

PRELO.

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA

MAIO - AGOSTO de 2008

8

PRELO.

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA



MAIO-AGOSTO de 2008

8

PRELO.

Edição e propriedade
IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AV. ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA
TEL. 21 781 07 00 • FAX 21 781 07 54

Director
CARLOS LEONE

Concepção gráfica
BRANCA VILALLONGA
Revisão
PAULA LOBO

Publicação quadrimestral
E-mail: revista.prelo@incm.pt
Edição: 1015762
ISSN: 0871-0430
Depósito legal: 242 853/06
Tiragem: 800 exemplares
Preço: 6€

5	Editorial
	<i>ENSAIO</i>
7	«COMO SE SABE POUCO, ENSINA-SE MUITO: O HOMEM É UNO E MÚLTIPLO» (EVOCAÇÃO DE JOEL SERRÃO) <i>Carlos Leone</i>
18	SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA E A FILOSOFIA BRASILEIRA <i>António Braz Teixeira</i>
30	REESCRITAS DA HISTÓRIA, CARTOGRAFIAS DA NAÇÃO EM A TORRE DA BARBELA DE RUBEN A. (continuação da Prelo n.º 7) <i>Maria-Benedita Basto</i>
44	A NOÇÃO DE CIÊNCIA E A IDEIA DE PORTUGAL NA OBRA DE FERNANDO OLIVEIRA <i>José Eduardo Franco</i>
	<i>TRADUÇÃO</i>
81	A EDUCAÇÃO DO GÉNERO HUMANO <i>Gotthold Ephraim Lessing</i>
	<i>TEATRO</i>
106	MEMÓRIAS DE PETRÓNIO MALABAR <i>Norberto Ávila</i>
	<i>CRÍTICA</i>
115	AA. VV., TEATRO ROMÂNTICO PORTUGUÊS. O DRAMA HISTÓRICO AA. VV., TEATRO ROMÂNTICO BRASILEIRO <i>Sebastiana Fadda</i>

121	Antônio Braz Teixeira, O ESSENCIAL SOBRE A FILOSOFIA PORTUGUESA (SÉCS. XIX E XX) José Esteves Pereira, O ESSENCIAL SOBRE SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA <i>Carlos Leone</i>
123	Henrique Leitão (comissariado científico), Lígia Martins (coordenação técnica e catalográfica) et al., SPHAERA MUNDI: A CIÊNCIA NA AULA DA ESFERA <i>Ana Cláudia Vicente</i>
126	Alexander von Humboldt, PINTURAS DA NATUREZA. UMA ANTOLOGIA <i>David Silva e Sousa</i>
128	Sigmund Freud, O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO <i>Pedro Panarra</i>
132	Rudolf von Sebottendorff, ANTES DE HITLER CHEGAR <i>João Tiago Proença</i>
134	Steven Bach, LENI. A VIDA E OBRA DE LENI RIEFENSTAHL <i>João Tiago Proença</i>
137	Karl-Otto Apel, ÉTICA E RESPONSABILIDADE <i>David Silva e Sousa</i>
140	Diogo Pires Aurélio, RAZÃO E VIOLÊNCIA <i>Carlos Leone</i>
142	Lothar Müller, DIE ZWEITE STIMME [A SEGUNDA VOZ]. VORTRAGKUNST VON GOETHE BIS KAFKA <i>Pedro Panarra</i>

EDITORIAL

À beira de completar o seu terceiro ano consecutivo de publicação, a terceira série da Prelo prolonga a estratégia definida de dar primazia à divulgação crítica da cultura portuguesa menos privilegiada pela imprensa generalista.

Como já foi observado em editorial anterior (vide n.º 7, Abril do corrente ano), as mudanças em curso no panorama editorial em Portugal são apreciáveis e, tanto quanto é possível prever, estão ainda longe de diminuir de intensidade. No âmbito da Prelo, revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, a opção seguida consiste em manter o curso traçado e só o alterar em função de um eventual reordenar de prioridades no cumprimento dos estatutos da instituição no que diz respeito à publicação.

Assim, o leitor encontra neste número as habituais secções dos números não temáticos da revista. No ensaio, para lá da necessária evocação de Joel Serrão, publicamos textos de História (por José Eduardo Franco), Filosofia (por António Braz Teixeira), Literatura (por Maria-Benedita Bastos), acompanhados de uma nova tradução de João Tiago Proença, que, depois de ter traduzido Nietzsche no n.º 2 (Agosto de 2006), apresenta agora Lessing e a sua A Educação do Género Humano. E, juntamente com a crítica, continuamos a publicar teatro, portugueses.

Desta forma, e cumprindo com a tarefa cultural que cabe à Prelo, abordamos o próximo número, já temático, dedicado ao (tantas vezes depreciado) «papel dos intelectuais». No ano de mais uma celebração em torno de Eduardo Lourenço, em que se celebra ainda o centenário do nascimento de um dos autores da INCM, Adolfo Casais Monteiro, e o quarto centenário do Padre António Vieira, tão presente no catálogo desta Casa, parece apropriado traçar um panorama mais amplo e significativo do caso português. Até Dezembro.

Lisboa, Verão de 2008.

O DIRECTOR

ENSAIO

A ideia de um ensaio é sempre muito simples. É uma tentativa de compreender o mundo, de expressar o que se sente, de refletir sobre a realidade. É uma forma de diálogo com o leitor, de partilhar ideias e sentimentos. É uma forma de arte, de expressão criativa. É uma forma de conhecimento, de descoberta. É uma forma de vida.

Este ensaio trata da importância da educação para a formação do cidadão. A educação é o caminho para o desenvolvimento pessoal e social. É a base para a construção de uma sociedade justa e democrática. É a chave para a superação da pobreza e da desigualdade. É a ferramenta para a transformação do mundo.

A educação deve ser acessível a todos, sem distinção de cor, religião ou condição social. Deve ser de qualidade, com professores capacitados e métodos inovadores. Deve ser voltada para a formação de valores, para o desenvolvimento da cidadania e para a promoção da justiça social.

É preciso investir na educação, pois ela é o futuro de qualquer país. É através dela que podemos construir um mundo melhor, mais equitativo e mais sustentável. É através dela que podemos alcançar o verdadeiro desenvolvimento humano.

Prof. Ana Carolina

Leitor, Junho de 2008

O Diretor

«COMO SE SABE POUCO, ENSINA-SE MUITO: O HOMEM É UNO E MÚLTIPLO»¹

(EVOCAÇÃO DE JOEL SERRÃO)

CARLOS LEONE

A morte de Joel Serrão (Funchal, 1919-Sesimbra, 2008), a 5 de Março deste ano, não surpreendeu ninguém entre os que se interessam pela história e pela cultura portuguesas.

Tendo há muito tempo (já mais de uma década, cremos) abandonado a vida pública, por força de motivos de saúde, Joel Serrão fazia desde então parte da História de Portugal, para a qual tanto contribuíra, na historiografia, no ensino e noutras áreas. Em rigor, ainda durante a sua vida activa ele já a integrava, mas, como é nossa infeliz norma, a vida diminuía ainda a atenção à sua obra. Chorado na altura da despedida, o silêncio em torno da sua vida e legado persistem, contudo, de forma injustificada e quase insólita.

Após a mostra que, imediatamente a seguir ao seu desaparecimento, a Biblioteca Nacional apresentou do trabalho de Joel Serrão, *Prelo* presta aqui uma pequena homenagem póstuma ao intelectual, na expectativa de que outras mais significativas não demorem.



¹ Joel Serrão, *Iniciação ao Filosofar*, Lisboa, Sá da Costa, 1970 (p. 108). Quero agradecer a Ana Cláudia Vicente a leitura que fez deste texto.

Quem concebeu e dirigiu o *Dicionário de História de Portugal* (1963-1971), para mencionar aqui apenas o seu trabalho mais referido e consensual, participa por direito próprio na História do seu país, de imediato e sem reservas. Mas, como é evidente, quer antes, quer depois dessa empresa ainda hoje sem paralelo, o labor de Joel Serrão contribuiu decisivamente não só para a historiografia nacional como ainda para a nossa História: assim com a epistolografia de Pessoa para Côrte-Rodrigues, com que se estreou em livro (1945), e posteriores trabalhos de edição de autores portugueses, de Cesário Verde na década de 1950 às comunidades emigradas e exiladas, já na década de 1970, passando por Sérgio, seu declarado Mestre, na década de 1960. Apesar de os critérios que Joel Serrão usou nos seus trabalhos de organização serem pouco pacíficos (nomeadamente a tendência a quebrar a cronologia em sub-séries, favorecendo organizações temáticas sempre discutíveis e flutuantes), o valor propriamente histórico destes trabalhos é inquestionável, ao devolverem à cultura portuguesa (e não apenas à sua historiografia, por definição votada ao seu estudo) autores e obras negligenciados ou, por vezes, mesmo desprezados.

Pense-se no caso do mundo da emigração portuguesa, tantas vezes relegado para segundo plano quando se fala de Joel Serrão enquanto historiador da cultura. Na sua perspectiva, aliás comum em tantos que partilharam os seus ideais, uma peça fundamental da nossa cultura, em termos históricos, é justamente a emigração. Serrão, e os seus alunos, deram-na na sua complexidade e riqueza nos dois ângulos a que aqui fazemos referência: enquanto experiência histórica e enquanto objecto historiográfico.

No seu *Emigração Portuguesa* (1974, 2.^a ed.) foca a segunda, no volume colectivo que organizou, *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa* (Serrão *et alii*, 1976) ilustra bem como essa a historiografia se encontra imbricada com a própria experiência vivencial dos seus autores (algo que veio a ser negligenciado por estes mesmos no «Suplemento» ao *Dicionário da História de Portugal*, duas décadas mais tarde).

Sendo *Emigração Portuguesa* um estudo compreensivo de toda a existência histórica de Portugal, interessa-nos nele não

apenas os dados mas a perspectiva geral que o enforma. Esta, aliás, integra-se na historiografia portuguesa que, desde Herculano, pensa a emigração como um problema social mais do que meramente disciplinar (económico, demográfico ou outro). De acordo com esta tradição historiográfica, a emigração portuguesa é elemento estrutural da sociedade portuguesa. E, como afirma Joel Serrão neste seu estudo do primeiro lustro da década de 1970, desde 1949 «é a subida quase constante, numa espécie de desesperada euforia, suscitada, sobretudo, pela procura de mão-de-obra na Europa transpirenaica, em vias de integração económica» (p. 37). Este estado de coisas representa uma anomalia europeia, pois os países tradicionalmente exportadores de mão-de-obra no século XIX tornaram-se depois de 1945 importadores de trabalhadores, sem que isso sucedesse a Portugal (cf. pp. 54-55).

O problema da emigração é equívoco no seus próprios termos (para uma sùmula da flutuação terminológica, cf. pp. 61-65) mas nem isso impede conclusões e uma avaliação, feita não apenas como estatística mas (partindo desta) também valorativa:

Com efeito, a clandestinidade — toda e qualquer clandestinidade —, considerada em termos sociopsicológicos, afecta também, e pesadamente, isso mesmo que a ela compele e obriga. Opondo-se-lhe ou desrespeitando-a, o clandestino tenta pôr ou pôe em causa a ordem jurídico-política da legalidade vigente. Ora, quando num fenómeno da importância nacional da emigração, acontece que, pelo menos, 50% dela se verificam [*sic*] no mais claro desrespeito da lei, de duas uma: ou a lei é inoperante, e necessita, portanto, de ser alterada de acordo com as realidades, ou se quis (ou se foi obrigado a) dizer *Não* a um estado de coisas insuportável. Na verdade, torna-se preciso entender que as largas centenas de milhares de emigrantes clandestinos (380 000 só no período de 1969 a 1973) quiseram (ou foram obrigados a) uma opção que é, em sentido lato, também de natureza política. [P. 65.]

Esta confluência de questões políticas e económicas não é nada de novo. A tese geral de Serrão sobre a emigração portuguesa, já mencionada, depende mesmo dela. Como «se insinua» de forma bastante clara (cf. pp. 111-112), a renitência da Europa do Sul à industrialização no século XIX gerou no século XX fenómenos de emigração específicos (esta renitência, reconheça-se, é questão polémica). Trata-se aqui a emigração como parte da história da modernidade extemporânea da sociedade portuguesa (cf. pp. 113-115), tese em linha com a hipótese de trabalho que desenvolvemos no passado (em trabalho publicado na INCM, *Portugal Extemporâneo*, 2 vols., 2005).

Os dados carreados por Joel Serrão mantêm-se ainda hoje pertinentes, até cada vez mais pertinentes (cf., p. ex., p. 135, sobre o crescimento da importância da emigração no sector terciário). Mas neste momento interessa-nos notar como a sua análise se articula com outras, de natureza sociológica, por si não mencionadas mas que decorreram em simultâneo, caso dos trabalhos de Adérito Sedas Nunes. Ao referir-se à «debandada europeia», que no século XX produz um expatriamento de famílias inteiras, prolongando fenómeno emigratório anterior (para o Brasil), é de um êxodo não apenas rural mas nacional (como afirmava na década de 1960 Sedas Nunes) que Joel Serrão nos fala. Isso mesmo adquire aspectos quantificados ainda mais concretos quando Serrão observa (cf. p. 140) como as diferenças entre zonas com muita e com pouca emigração se vão esbatendo, verificando-se uma «elevação, em todos os distritos, de 1866-1877 a 1960-1965, das respectivas médias anuais de emigração».

A relevância destas análises ultrapassa em muito a caracterização dos contingentes que abandonam o País. O que se revela (cf. pp. 152 e segs.) é o duplo fardo que desde meados do século XX a sociedade portuguesa, a residente, sofre: envelhecimento por quebra de fertilidade e, simultaneamente, pela partida dos elementos mais jovens e activos da população em grande número. Joel Serrão articula a sua análise com estudos de demografia como os de Orlando Ribeiro e salienta a continuidade de fenómenos contemporâneos com os do século XIX (filiando-se declaradamente em Oliveira Martins, cf. pp. 158-159): «a emigração contemporânea portuguesa seria conse-

quência natural do baixo nível de rendimento nacional, efeito, por seu turno, de um lento crescimento económico, do qual são índices seguros a hesitante curva da nossa industrialização e o predomínio no conjunto nacional das actividades agrárias ou primárias, que mobilizam, e mobilizaram, percentagens excessivas da mão-de-obra disponível» (p. 159).

Toda a questão da emigração revolve em torno do problema actual: «Porque a verdade é que, sabemos-lo já, a emigração portuguesa assumiu, neste período, sobretudo a partir dos inícios da década de 60, uma intensidade e uma gravidade sem par em toda a nossa história.» (P. 160.) Seguindo em permanência modelos de desenvolvimento importados, sem conseguir torná-los eficazes em Portugal (cf. pp. 161-162), a economia nacional reflecte bem a estrutura social portuguesa: «Um complexo sistema de estrangulamentos, desde os políticos e culturais até aos de natureza social e económica, cuja destruição está ainda por fazer-se, dificulta ou impede a mobilidade social interna. Assim, a única 'saída' que se apresenta a muitos, a única forma de promoção pessoal ou familiar que se descortina passa, necessariamente, pelos caminhos da emigração.» (P. 162.) Estrangulamentos antigos, estruturais, agravados na conjuntura do estertor do Estado Novo, não se devem confundir com crises (justas as críticas a autores conservadores, A. de Amorim Girão e Pedro Soares Martinez, cf. pp. 163-164). Em linha, portanto, com o que pensaram os seus antecessores (Sérgio), coetâneos (Sedas Nunes, Orlando Ribeiro) e até autores posteriores (que influenciou decisivamente), a abordagem diacrónica de Joel Serrão permanece estruturante de uma compreensão não apenas da emigração em sentido estrito, mas também em sentido lato (incluindo exílio, etc.) e, em rigor, da sociedade portuguesa ao longo da sua formação e evolução, particularmente após a Restauração. Não por acaso, escolheu acentuar «o facto de a emigração representar no conjunto estrutural português uma espécie de válvula de segurança, que ou funciona por si ou pela intervenção mais ou menos hábil daqueles que detêm as alavancas do Poder político» (p. 171).

Eis uma actualidade de que o historiador decerto abria mão, patriota que também era, desde logo pelo seu *munus*.

Se a relevância na História de Portugal lhe está garantida pela sua acção (que, institucionalmente, se exerceu de forma igualmente relevante enquanto membro da Administração da Fundação Calouste Gulbenkian), mais nítida é ainda a sua centralidade na historiografia portuguesa contemporânea. A par de Oliveira Marques, já desaparecido mas exemplarmente evocado pela Biblioteca Nacional, de que foi Director, e de Vitorino Magalhães Godinho, não só entre nós como, além disso, mais activo que muitos, Joel Serrão formou o triunvirato dos grandes historiadores do século xx português (embora os próprios decerto contestassem a omissão neste panteão de Jaime Cortesão...). Pela sua acção que já qualificámos como propriamente histórica, pelo feito colectivo que representou o *Dicionário* que dirigiu, e pelos seus numerosos trabalhos, nem poderia ser de outro modo. Não espanta, assim, que tenha sido juntamente com Oliveira Marques o responsável por uma das mais actuais e lúcidas sínteses da nossa História, ainda incompleta e já órfã dos seus dois mentores (*Nova História de Portugal*). Convirá notar um ponto, a explorar já no próximo número da *Prelo*: os três foram não só intelectuais de eleição mas cidadãos empenhados e nenhum se refugiou em qualquer especialização, temática, cronológica ou outra, que o privasse de uma visão completa e integrada da História (nacional e universal) — o que não impediu, antes auxiliou, a que todos tivessem trabalhos especializados em número suficiente para serem «autoridades» cada um em sua área.

A obra do historiador Joel Serrão é um caso exemplar da proficiência das ciências sociais e humanas quando estas se não reduzem às *buzzwords* (e *boohwords*) do momento. Desde a história local que lhe era familiar (*Temas Históricos Madeirenses*, de 1982), passando pela história intelectual (dedicando numerosos trabalhos a autores tão complexos como Sampaio Bruno ou Antero de Quental), não se centrando exclusivamente no contemporâneo mas percorrendo o passado nacional, desde o imediato (*Temas Oitocentistas* e *Para a História do Século XIX Português*, ambos da década de 1950) até a períodos remotos (*O Carácter Social da Revolução de 1383*, 1946), sem-

pre com o esforço por articular de forma inteligível momentos e processos históricos que a historiografia muitas vezes isolava nos seus diversos ramos especializados (o caso porventura mais nítido disto será *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal*, 1969). Os numerosos investigadores que formou, contudo, pertencem já a uma outra geração historiográfica e, salvo raras excepções, percorrerão trilhos bem mais estreitos, desde logo pela pressão profissional. É, portanto, de uma despedida a um certo tipo de historiografia que, ao menos simbolicamente, se trata na morte de Joel Serrão.



Já em 1952, ao responder a um inquérito de Eduardo Lourenço na revista *Bicórnio* (dirigida por José-Augusto França), Joel Serrão revelava de forma límpida essa atitude pessoal e profissional, essa vocação, que com ele morre também um pouco mais.

Como escreve França no texto de abertura do volume:

A Eduardo Lourenço de Faria pedi que organizasse um inquérito sobre o problema da Cultura em Portugal, cujo interesse, qualquer que tivesse sido o resultado alcançado, é obviamente actualíssimo, por causa de tudo e de todos. [Página não numerada, «Introdução à leitura».]

Esta assumpção de paternidade não diminui em nada o trabalho de Lourenço. Apesar de ser um inquérito não científico, na verdade apenas um pequeno questionário enviado a «personalidades» da cultura, as respostas que recebe tornam-no relevante, pois nelas vemos autores «estrangeirados» já aqui referidos a confrontar-se com o seu objecto de eleição, a cultura portuguesa².

² Note-se que o inquérito foi feito a um conjunto de autores diversificado, e que aqui nos centramos em apenas alguns dos responden-

O título do inquérito exprime a tensão que o motiva: «Como vivem os intelectuais portugueses a sua relação com a cultura passada em Portugal?» Há no enunciado questões resolvidas e questões por resolver, mas sobretudo há questões irresolúveis. Que alguém se diga «intelectual» é assunto que pode ser resolvido tranquilamente, como o à-vontade dos respondentes não permite duvidar. Que a «cultura» em questão seja a «passada» (no sentido de pretérita, como iremos ver) já é mais controverso, pois os respondentes irão invariavelmente ligar o passado ao presente para falar do futuro (desde logo em resposta às quatro perguntas de Lourenço); mas não se vê como se poderia resolver a «vivência» em definitivo, nem a «relação» em definitivo, a menos que a morte anulasse o problema. É esta indeterminação que suscitará as reservas quase unânimes aos termos em que as quatro perguntas do inquérito são feitas (muitos e muito diversos autores respondentes usam o termo «equivoco» para caracterizar o inquérito). E, ainda antes das perguntas, há também um preâmbulo que as «enquadra» na perspectiva de Lourenço (à altura ainda a décadas de ser inteiramente publicada) e que também causa vários problemas. O terceiro parágrafo desse preâmbulo resume-o:

Que sucederá connosco? O nosso passado cultural goza dessa espécie de harmonia que um presente ele mesmo harmonioso projecta sobre ele, como em Inglaterra ou em França? Ou como Espanha lutamos com imagens contraditórias do nosso passado e tentamos acorrentá-las a um presente dividido sobre a maneira de criar o seu próprio futu-

tes. A lista dos não respondentes (p. 43) é já de si longa: Almada Negreiros, António José Saraiva, Augusto Saraiva, Cabral de Moncada, Domingos Maurício, João Gaspar Simões, Martins de Carvalho, Paulo Quintela, Rodrigues Lapa, Sílvio Lima, Teixeira de Pascoais, Vieira de Almeida. Já os respondentes foram: Casais Monteiro, Afonso Botelho, Costa Pimpão, Álvaro Ribeiro, António Sérgio, Delfim Santos, Hernâni Cidade, Joaquim de Carvalho, Joel Serrão, Jorge de Sena, o próprio França, Blanc de Portugal, José Marinho, Régio, Torga, Sant'Ana Dionísio, Vitorino Nemésio.

ro? Ou ainda: falhos daquela harmonia e incapazes desta agonia somos apenas um presente fragmentariamente ligado ao passado e mais fragmentariamente ainda a caminho do futuro? [P. 43.]

A contraposição de França e Inglaterra face a Espanha (e, implicitamente, Portugal) não é muito relevante, pois mesmo Espanha será mais tarde (na «Nota final» de Lourenço, cf. p. 63) aproximada à restante Europa. Mas a perspectiva de cisão Portugal/Europa é importante, pois é típica da visão «estrangeirada» de Portugal. E as quatro perguntas do questionário reforçam isso mesmo sem margem para dúvidas. Mesmo quando não preservam a sua diferenciação, ou a sua ordem, ao responder (ou mesmo quando não respondem a algumas) os inquiridos notam geralmente como o questionário é já um modelo de leitura do próprio objecto questionado, um modelo no qual se estabelece um confronto entre a perspectiva estrangeirada, crítica do isolamento português, e a perspectiva, não diremos castiça, mas não-europeísta dessa mesma cultura. Isso não será o suficiente para homogeneizar as respostas de um e de outro lado, mas é em todo o caso o critério *quase* uniforme em função do qual vamos comentar algumas respostas sem nos determos noutras.

As quatro perguntas de Lourenço são:

1) Pode falar-se sem equívoco de «cultura portuguesa»? Ou será preferível falar antes de «cultura em Portugal»?

2) Num caso ou no outro julga possível discernir nessa cultura alguma permanência de intenção, ideais, valores, problemas com características próprias? Ou apresenta-se-lhe o ritmo histórico dessa cultura como fundamentalmente arbitrário e desconexo?

3) Em que medida o debatido problema da «universalidade» ou «não-universalidade» dessas criações culturais tem sentido?

4) Julga possível ou conveniente impor ao conjunto das manifestações espirituais dos portugue-

ses qualquer espécie de orientação geral apoiada sobre a existência pretendida ou real, de uma maneira de ser portuguesa, unitária e indiscutível? [P. 43.]

As respostas de Joel Serrão a este questionário não são especialmente originais, mas as suas respostas configuram uma síntese possível (e necessariamente limitada) das posições expressas pelo contingente de «estrangeirados» entre os respondentes. Todo o questionário depende de valorações, de opções, e o objecto dessas opções está ainda em grande parte por determinar e estudar, pelo que a relação com ele não assume a forma de respostas (a um inquérito) mas «de perguntas, de problemas» (p. 51). A sua perspectiva é a de uma escala cultural «universal, ou, ao menos, europeia» (p. 52). Perspectiva que claramente se radica na concepção cosmopolita do discurso crítico português que os intelectuais estrangeirados vão desenvolver livremente fora de Portugal: «Se há um caminho para a cultura portuguesa como para a de qualquer outro país — como encontrá-lo em senda diversa do debate, da crítica, do esforço por pensar e pensar claro?» (*Idem.*) Não se tratou de uma pergunta retórica.

Joel Serrão não conheceu pessoalmente os trajectos do exílio nem os da clandestinidade. Desafecto à Situação, cumpriu ainda assim um longo magistério liceal, antes de, no final da sua actividade docente, ser docente da Universidade Nova de Lisboa (na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas). Foi, portanto, a par de investigador, professor durante a maior parte da sua vida. Ao contrário do que a obra pode sugerir, contudo, foi professor de Filosofia. Também em sede filosófica se não especializou, optando mesmo pelo caminho inverso, ao menos aparentemente, o da iniciação. Assim, em *Iniciação ao Filosofar* (1970), título sintomático em que o dinamismo da forma verbal tem primazia sobre a estabilidade do substantivo, Joel Serrão pôde escrever que «as grandes revoluções mentais foram sempre mais de método do que de sistema», pelo que uma iniciação filosófica pertinente se teria de confrontar com a cultura científica contemporânea, no que ainda hoje se mantém actual. Título pouco frequentado da sua bibliografia (e agradeço a chamada de atenção para ele a António Braz

Teixeira), a *Iniciação* é talvez, e ainda que parcial e involuntariamente, um testamento intelectual. Muito antes da morte e mesmo do abandono da vida pública, bem longe da área científica à qual o seu nome fica indissociavelmente ligado, esta pequena obra (antologia de textos acompanhada de ensaio do próprio Joel Serrão) articula de modo muito económico grandes momentos da pesquisa filosófica: a gnosiologia (compreendendo nesta questões metodológicas e lógicas), a antropologia, a filosofia prática (articulando em torno do tema da liberdade questões políticas e éticas), a axiologia (nunca dissociada da realidade empírica) e a sagesa necessária à reflexão filosófica num mundo cada vez mais marcado pela actividade das ciências positivas.

Foi, sem dúvida, esta sagesa que lhe guiou os passos em áreas tão diversas como as que investigou. Foi ela, também, que decerto lhe ditou linhas tão lúcidas e valiosas como as que escreveu nesse volumezinho hoje esquecido: «A história e a sociologia não nos ensinam a viver *bem*, e o excessivo apego à sua 'lição' constitui, tanta vez, e sobretudo num país como Portugal, trôpego ao peso do passado, o inconfessado medo de arcar com a responsabilidade do futuro, ou seja da vida em ascensão e progresso.» (P. 108.)

A Joel Serrão, historiador maior e escritor notável da língua portuguesa, o medo não sobrepujou a responsabilidade.

SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA E A FILOSOFIA BRASILEIRA

ANTÔNIO BRAZ TEIXEIRA

1. No Brasil, a expulsão dos jesuítas, em 1759, teve como directa e imediata consequência a extinção dos Colégios das Artes da Bahia, Rio de Janeiro, Olinda, São Paulo e Recife, provocando uma profunda crise no sistema de ensino da colônia, que só muito tardia e incompletamente os mestres régios viriam a conseguir superar, ainda que incompletamente¹.

Como foi já salientado por Laerte Ramos de Carvalho, a reforma pombalina, em terras brasileiras, teve em vista eliminar não só os jesuítas como, a curto prazo, as outras ordens religiosas, afastando do ensino franciscanos, beneditinos e carmelitas e secularizando as instituições educacionais².

As novas aulas régias eram, no entanto, em número notoriamente inferior aos colégios que pretendiam substituir, continuando as famílias nobres ou burguesas a preferir o ensino ministrado nos colégios religiosos e sendo, frequentemente, recebidos com alguma hostilidade os mestres régios que a corte enviava para o Brasil, a fim de dar execução às novas orientações pedagógicas.

Por outro lado, as reformas educativas pombalinas, na sua deliberada atitude antiescolástica, vieram a concentrar-se ou a cingir-se à gramática latina e à retórica, deixando de fora ou menosprezando o ensino filosófico, que, até à década de 80

¹ Antônio Alberto Banha de Andrade, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, São Paulo, 1978, pp. 3-4.

² *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*, São Paulo, 1978, p. 139.

do século XVIII, se achou predominantemente concentrado nos seminários e colégios das ordens religiosas, onde continuou a dominar a anterior orientação de matriz neoescolástica, como expressivamente o documentam os textos conhecidos de autores como o beneditino frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800) ou o franciscano frei Joaquim da Purificação³.

A partir de 1780, regista-se, porém, um considerável acréscimo dos mestres régios de filosofia racional e moral, cujo ensino deveria seguir as orientações do eclectismo empirista e sensista acolhido pela reforma de 1772 e adoptar os compêndios de Genovesi, Heinécio e Job, se bem que um número significativo deles continuasse fiel à anterior tradição escolástica conimbricense e seguisse ainda os velhos compêndios⁴. Acresce que, segundo o testemunho de Bento José de Sousa Farinha, a ampliação do número de professores régios desta disciplina acabou por se traduzir na quebra da qualidade do respectivo ensino, males que se agravaram com a volta destes estudos às mãos dos religiosos⁵.

Cabe recordar aqui, além dos manuais prescritos pela reforma pombalina e das apostilas, conclusões ou lições ditas pelos mestres régios ou pelos professores eclesiásticos dos seminários e colégios das ordens religiosas, as obras redigidas, durante a segunda metade de Setecentos, por três pensadores nascidos em terras brasileiras ou a ela profundamente ligados. Refiro-me às *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens* (1752), do paulista Matias Aires Ramos da Silva d'Eça (1705-1763), aos *Discursos Político-Morais* (1758), do fluminense Feliciano Joaquim de Sousa Nunes (1730?-1808?), e ao *Tratado de Direito*

³ Cf. Carlos Lopes de Mattos, «Frei Gaspar da Madre de Deus», *Rev. Brasil. Fil.*, n.º 78, Abril-Junho de 1970, e Luís Washington Vita, «Conclusiones de Metaphysica» sustentadas no Colégio Franciscano do Recife», *id.*, n.º 34, Abril-Junho de 1959.

⁴ João Cruz Costa, *Contribuição à História das Ideias no Brasil*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1967, p. 59.

⁵ «Sobre estudos. Memória terceira», em Mariana Amélia Machado Santos, *Bento José de Sousa Farinha e o Ensino*, Coimbra, 1948. Cf. Laerte Ramos de Carvalho, *ob. cit.*, p. 139.

Natural (1772?), do mineiro adoptivo Tomás António Gonzaga (1744-1810), obras que conheceram muito diferente destino editorial, pois, enquanto as *Reflexões* tiveram significativa difusão durante a segunda metade do século XVIII, em que foram objecto de quatro edições (1752, 1761, 1778 e 1786), os *Discursos* desencadearam a ira pombalina, sendo condenados à destruição pelo fogo, só em 1931 tendo voltado a ser novamente impressos, graças aos bons ofícios da Academia Brasileira de Letras ⁶, e o *Tratado* do lírico inconfidente permaneceu inédito durante mais de um século e meio.

Assim, nas últimas quatro décadas do século XVIII, além do livro do reflexivo paulista, as obras filosóficas em língua portuguesa que obtiveram maior difusão no Brasil ficaram a dever-se a dois proeminentes membros da Congregação do Oratório cujas relações com o despótico ministro de D. José conheceram notórias dificuldades: o *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), de Luís António Verney, e a *Recreação Filosófica* (1751-1800), de Teodoro de Almeida ⁷.

2. Esta situação cultural e especulativa viria a registar significativa alteração nos anos iniciais do século XIX, com os primeiros ecos de novas orientações filosóficas, tanto no Rio como em São Paulo.

Com efeito, e segundo testemunhos coevos e posteriores, Martim Francisco Ribeiro de Andrade (1775-1844), diplomado em Matemática pela Universidade de Coimbra, nos cursos de

⁶ Uma 3.ª ed. dos *Discursos* foi recentemente publicada, em Lisboa, pela INCM (2006), com prefácio do signatário.

⁷ Sobre este período da reflexão filosófica no Brasil, além das obras já citadas, ver Alcides Bezerra, «A filosofia na fase colonial», *Achegas à História da Filosofia*, Rio de Janeiro, 1936, António Paim, *Etapas Iniciais da Filosofia Brasileira*, Londrina, 1998, Luís Washington Vita, *Esforço da Filosofia no Brasil*, Coimbra, 1964, Fernando Arruda Campos, «Reflexão introdutória ao estudo da Filosofia na época colonial, no Brasil», *As Ideias Filosóficas no Brasil: Séculos XVIII e XIX*, São Paulo, 1978, e *Tomismo no Brasil*, São Paulo, 1998, pp. 23-44, e Jorge Jaime, *História da Filosofia no Brasil*, vol. 1, São Paulo, 1997, pp. 64-83.

Filosofia que ministrou na capital paulista, em 1807-1808, ter-se-á ocupado a expor os princípios fundamentais da filosofia transcendental de Kant, não havendo, no entanto, sido nunca encontrados e publicados os oito densos cadernos manuscritos que se sabe teria redigido nessa época sobre o pensamento kantiano, apoiado, porventura, na obra de Charles de Villers *La Deduction Transcendentale de Kant*, publicada em França pouco tempo antes⁸.

Alguns anos mais tarde, também em São Paulo, mais precisamente na vila de Itu, o padre Diogo António Feijó (1784-1843), no curso de Filosofia Racional e Moral que aí regia, mantinha, igualmente, diálogo com o pensamento kantiano, limitado, porém, ao domínio gnosiológico, já que, no tocante à moral, as ideias expressas nos *Cadernos de Filosofia*, editados só um século e meio após a sua redacção, se acham na directa continuidade da anterior tradição neoescolástica, nelas nenhum eco ou sinal se encontrando da ética do mestre de Königsberg.

Muito maior repercussão do que as lições, de precoce presença kantiana, de Martim Francisco ou Diogo Feijó, viriam a ter as *Preleções Filosóficas*, que, a partir de 1813, Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) proferiu no Real Colégio de São Joaquim, no Rio de Janeiro, e cujo texto foi sendo publicado, em fascículos, pela Imprensa Régia, obra que, para mais de um historiador e hermeneuta, marcaria o verdadeiro nascimento da «filosofia brasileira»⁹.

Deste modo, assim como, no plano político, foi a um príncipe português que ficou a dever-se a independência brasileira, no domínio filosófico, seria, igualmente, um pensador português quem marcaria o início da autonomia especulativa do Brasil, a partir do tronco comum da filosofia portuguesa, já que, como notou António Paim, «a filosofia brasileira pode ser

⁸ Cf. Miguel Reale, «Introdução» à ed. dos *Cadernos de Filosofia* de Diogo António Feijó, São Paulo, 1967, pp. 16-18.

⁹ É o caso de António Paim, *A Filosofia Brasileira*, Lisboa, 1991, e de José Maurício de Carvalho, *Curso de Introdução à Filosofia Brasileira*, Londrina, 2000.

definida como uma das virtualidades da filosofia portuguesa, que encontrou uma situação propícia, desabrochou e seguiu seu curso», dentro do universo, comum a ambas, da língua portuguesa¹⁰.

3. Nascido durante o consulado pombalino, três anos antes da reforma da Universidade, e falecido em plena Maria da Fonte (1846), depois de uma vida agitada, que fez dele aluno da Congregação do Oratório, professor de Filosofia no Colégio das Artes e no Rio de Janeiro, ministro de D. João VI e deputado às Cortes, que o levou a França, à Alemanha, à Holanda, à Inglaterra e ao Brasil, Silvestre Pinheiro Ferreira, figura singular e complexa de filósofo e homem público, cujo saber enciclopédico abarcou todo o conhecimento do seu tempo, da matemática à pedagogia, do direito à economia, da mineralogia à botânica, representa, de forma particularmente expressiva, no pensamento de língua portuguesa, o trânsito da fácil e serena confiança do século XVIII para a austera e dramática inquietação do século XIX.

Este homem, que o destino fez contemporâneo de Verney e Amorim Viana, que conheceu de perto o idealismo alemão e contactou, pessoalmente, com Vitor Cousin, recusará, até ao fim da vida, «o tenebroso barbarismo dos Heraclitos da Alemanha e a brilhante fantasmagoria dos da França»¹¹, para, embora coetâneo de Hegel, se colocar numa atitude pré-kantiana, na linha de um eclectismo *sui generis* que, a uma base aristotélica, procurará adicionar as conquistas modernas de Bacon, Leibniz, Locke e Condillac¹².

Ligado ao século XVIII e à sua herança filosófica, pelo psicologismo e pelo sensismo do seu pensamento, pela preo-

¹⁰ *A Fil. Brasil.*, cit., p. 9.

¹¹ *Noções Elementares de Filosofia Geral*, Paris, 1839, p. vi. Cf. *Prelecções Filosóficas sobre a Teórica do Discurso e da Linguagem, a Estética, a Diceósina e a Cosmologia*, Rio de Janeiro, 1813, 10.^a prelecção, § 353.

¹² *Essai sur la Psychologie, comprenant la Théorie du Raisonnement et du Langage, l'Ontologie, l'Esthétique et la Diceósine*, 2.^a ed., Paris, 1828, § 246; *Noções*, p. vi.

cupação pedagógica de que sempre deu mostras, pela feição ecléctica do seu sistema de ideias, pelo seu aristotelismo renovado numa perspectiva empirista e pelo seu antikantismo e anti-idealismo, Pinheiro Ferreira traz já consigo muito do que virá a caracterizar a atitude mental do novo século.

É, desde logo, a independência filosófica que revela e a ausência de qualquer posição polémica antiescolástica ou anti-moderna. É, depois, a sua franca oposição ao Genuense e ao seu «insignificante compêndio», que durante longas décadas, mais do que desenvolver, entorpeceu ou perverteu a nascente inteligência da mocidade portuguesa, como em seu duro juízo o apreciará ¹³.

É, ainda, a rigorosa separação entre a filosofia e a ciência, a atitude positiva, apoiada num longo e efectivo contacto com a problemática científica, a atenção dada à metodologia e ao problema da classificação das ciências. É, finalmente, a revalorização da lógica aristotélica e da sua teoria do silogismo, a meditação do pensamento de Leibniz e o relevo de novo conferido à ontologia.

4. O ponto de partida do pensamento silvestrino é o problema do conhecimento, ou, mais precisamente, o da origem das ideias. Da solução que procurou dar-lhe, inspirando-se em Aristóteles, Locke e Condillac, resultou o apressado rótulo de sensualista com que, com manifesta desatenção e injustiça, alguns intérpretes superficiais pretenderam arrumá-lo nos esquemas da História da Filosofia.

Com efeito, embora Pinheiro Ferreira, em certo período da evolução do seu pensamento, tivesse navegado na corrente sensista, a breve trecho se afastou com decisão do filósofo gaulês para, regressando ao mestre comum Locke, afirmar a autonomia do intelecto e do raciocínio como fonte de conhecimento, paralela à sensação.

¹³ *Noções*, p. vi. Pela mesma época, Herculano classificava de «filosofia caquética» a de Genovesi. «Instrução pública» (1838), in *Composições Várias*.

Por outro lado, se bem que critique o inatismo do tipo leibniziano ou kantiano, o pensador português admite, ainda desta vez com Locke, a existência da faculdade inata de conhecer e ter ideias, concepção que Condillac expressamente repudiava, declarando que a origem de tal faculdade se encontrava nas sensações.

Finalmente, cumpre não esquecer, ao lado das frequentes e lúcidas críticas a que não poupou o pensador francês, a franca e coerente adesão do filósofo português à lógica aristotélica e a clara afirmação ontológica do seu pensamento, atitudes especulativas que, a mais de um título, se revelam inconciliáveis com uma posição sensista extrema como a do mesmo Condillac.

Para o nosso filósofo, o conhecimento não se esgota, porém, no plano passivo das ideias ou noções, pois busca essencialmente, agora numa atitude activa, estabelecer relações entre as próprias ideias. Daí que o juízo, enquanto expressão dessas relações, seja a forma lógica do conhecimento. Mas o espírito tem ainda a faculdade de estabelecer relações entre juízos, de raciocinar ou discorrer, a tal faculdade se dando o nome de *razão*.

Desta gnosiologia resulta que o conhecimento não tem unicamente nos sentidos a sua origem, pois também as conclusões a que o pensamento chega através do raciocínio são autêntico conhecimento, diferenciado do que provém das sensações¹⁴. A este propósito, notava, argumentadamente, Silvestre Pinheiro Ferreira que cumpre distinguir entre *origem das ideias e princípios do conhecimento*, pois se as primeiras sempre provém de uma sensação, o segundo pode derivar também do raciocínio, como resultado da combinação nova de ideias recebidas pelo uso dos sentidos¹⁵. Daí que o nosso

¹⁴ Ao tratar do raciocínio, mostra-se Pinheiro Ferreira fiel sequaz da silogística aristotélica, que acolhe na íntegra, ao mesmo tempo que procura refutar as críticas que lhe movera a filosofia moderna.

¹⁵ *Prelecções*, 8.ª prelecção, §§ 283-291; *Essai*, §§ 182 e 243 e nota 19, pp. 190-191; *Noções*, notas F, G e H à Ideologia, pp. 91-93.

especulativo não descursasse o tratamento da teoria aristotélica do discurso e da definição, nem ignorasse a importância da análise.

Ciente de que a teoria do raciocínio é inseparável da da linguagem¹⁶, Silvestre Pinheiro Ferreira demorar-se-á a mostrar que sem linguagem não há pensamento e a estudar o processo através do qual, pela análise, se chega à formulação das definições, que depois se relacionarão no raciocínio, num esquema quase matemático.

Embora as palavras não sejam as próprias ideias, mas apenas um seu sinal ou expressão, a verdade é só haver conhecimento quando há discurso, e este tece-se de palavras. Daí a importância fundamental que, para a filosofia e para a ciência, apresenta a nomenclatura de que uma e outra se servem. Daí também a atenção que o pensador português sempre dedicou aos problemas da filosofia da linguagem e da nomenclatura das ciências, bem como as tentativas, infelizmente incompletas, por ele realizadas com vista a dar corpo à velha aspiração leibniziana de uma linguagem universal, criada à imagem da matemática e que, através de mapas sistemáticos e correspondências numéricas, permitisse o fácil e claro entendimento noutras línguas do que numa fosse pensado ou escrito¹⁷.

O reconhecimento do papel do raciocínio na criação do conhecimento não significa, da parte de Silvestre Pinheiro Ferreira, a concessão a qualquer inatismo, seja de raiz cartesiana-leibniziana, seja de tipo kantiano, aos quais o pensador sempre se mostrou adverso¹⁸, afirmando bem claramente que

¹⁶ *Prelecções*, 1.ª prelecção, §§ 5-7; *Essai*, § 17.

¹⁷ Ver *Prelecções*, 28.ª prelecção; *Noções*, apêndice; «Gramática Filosófica», in *Patriota*, t. 1, n.º 1, Rio de Janeiro, 1813.

¹⁸ A doutrina kantiana será objecto de demorada crítica no *Essai sur la Psychologie*, afirmando o filósofo português que a teoria das doutrinas transcendentais mais não é do que uma versão nova, com diferente terminologia, da doutrina das ideias inatas, a que opõe as seguintes dificuldades: «Que noções são essas que o nosso espírito possui, mas não conhece? Ideias que possui mas de que não tem conhecimento, ideias de que não tem ideia?» (§§ 191-239.) Ver ainda *Prelecções*, 27.ª prelecção,

todas as nossas ideias provêm da experiência ou do testemunho de outrem.

Ê, precisamente, este engenhoso dualismo que vai permitir ao nosso filósofo conciliar o seu empirismo sensista com o teísmo e o pensamento religioso, porquanto o admitir que as ideias tanto podem provir da experiência sensível como do testemunho de outra pessoa se lhe afigurava garantia suficiente para uma ortodoxa teodiceia cristã que o ponto de partida do seu filosofar parecia pôr irremediavelmente em causa.

Deste modo cria o filósofo salvar o seu pensamento de um imanentismo em que uma exigência de coerência com os seus próprios fundamentos parecia querer precipitá-lo e garantir a validade gnosiológica do conhecimento revelado, a possibilidade da profecia e do milagre e a superioridade da religião revelada sobre aquela que se detém nos limites da razão natural¹⁹.

Por outro lado, embora sequaz de uma concepção predominantemente sensista da origem das ideias, o pensador, sob o influxo de Leibniz, não deixa de afirmar a sua realidade, do mesmo passo que confia ainda na correspondência existente entre as categorias do conhecimento e as do ser, pretendendo salvar assim, pré-kantianamente, o acesso gnosiológico à realidade.

5. A ontologia de Silvestre Pinheiro Ferreira, apresentando-se, em primeira instância, como um tratado formal de categorias, que vê na categoria de *qualidade* e não já na de *substância* a primeira das categorias, pois, assim como o conhecimento consiste na observação de algumas qualidades ou de algum complexo de qualidades, também todo o ser ou ente se reduz a uma qualidade ou a um complexo de qualidades²⁰, vem, depois, a desenvolver-se, explicitar-se e completar-se num sistema do universo e numa cosmologia monadológica.

§§ 878 e segs. Cf. A. Braz Teixeira, «Kant e a reflexão filosófica luso-brasileira do século XIX», in *Cultura — Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. XX (2.ª série), Lisboa, 2005, pp. 25-47.

¹⁹ *Essai*, nota 25, pp. 224-239.

²⁰ *Noções*, Ontologia, §§ 2 e 4.

Lembrando o aforismo leibniziano de que cada mónada de que o Universo se compõe é representativa do mesmo Universo²¹, o pensador luso-brasileiro afirma que todas as substâncias se encontram ligadas entre si, num vasto sistema, pelo que cada fenómeno, por mais ínfimo que se apresente, assim como é efeito de todos os que o antecederam, é, igualmente, causa parcial de todos aqueles que vêm a suceder-lhe.

Para Silvestre Pinheiro Ferreira, todas as substâncias se encontram numa relação de mútua dependência, num equilíbrio harmónico, dentro de um sistema total do Universo em que não existem hiatos nem fissuras, havendo antes uma transição gradual de uns géneros para outros, através das espécies que participam de qualidades comuns a mais de um género, e assegurando as forças de atracção e repulsão de que são dotadas as mónadas a conservação e o aperfeiçoamento das substâncias, bem como a transformação e a regeneração de todos os elementos da natureza.

Ordenado racionalmente desde o início pela sabedoria de um Deus criador, o vasto Universo é, assim, um sistema pluralista de substâncias interdependentes e hierárquicas, a que preside a harmonia leibniziana²².

6. Por outro lado, se bem que a ideia de Deus do antigo aluno da Congregação do Oratório seja a de um Deus criador, eterno, onnipotente e omnipresente, espiritual e livre, que a tudo assiste com a suma bondade e sabedoria da sua providência («o que acontece no mundo é porque Deus quer»)²³ e, apesar do benéfico influxo da teodiceia leibniziana e do seu optimismo, que o levava a sustentar que o mal não tem existência real, sendo mera privação ou ausência de bem²⁴, a ra-

²¹ *Prelecções*, 5.^a prelecção, § 177.

²² *Prelecções*, 5.^a prelecção, §§ 185-189, 11.^a prelecção, § 413; *Essai*, §§ 95-107.

²³ *Noções*, nota E à Ideologia, p. 79.

²⁴ «O filósofo reconhece que o acontecimento justamente qualificado como um mal relativamente a um indivíduo ou a um certo número de

dicação sensista do pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira, que contaminara irremediavelmente a sua ontologia, vai projectar-se também no mais alto plano metafísico, provocando esta degradação do Deus puro espírito criador da tradição judaico-cristã em mera causa necessária da máquina cósmica.

É, de igual modo, a minoração empirista da filosofia que o conduz a sustentar que, se observando o admirável mecanismo deste vasto sistema do mundo, podemos remontar à contemplação das infinitas perfeições do seu divino autor, jamais as poderemos avaliar ou compreender, pois unicamente através da revelação é possível ao homem conhecer a sublimidade dos mistérios de Deus. Só a religião revelada, suprimindo as insuficiências e as limitações da religião natural, produto da razão apoiada na mera experiência sensível e no raciocínio, garante ao homem uma felicidade cuja existência apenas ela pode assegurar-lhe²⁵.

Para o antigo aluno dos néris, nenhum conflito poderia existir entre a razão e a fé, já que na revelação cristã, a que sempre o seu pensamento se refere, nenhuma máxima, dogma ou mistério há que não esteja de acordo com a mais pura razão, embora possam ser-lhe superiores e o sejam por vezes. Com efeito, aquilo a que se chama *incompreensibilidade* dos dogmas ou dos mistérios do cristianismo ou o seu carácter infável refere-se, não à sua natureza de verdades ou afirmações contraditórias ou contrárias à razão, mas sim à incapacidade dessa mesma razão para abarcar o seu pleno sentido, por se tratar de verdades que, não a contradizendo, transcendem os estritos limites do entendimento humano²⁶.

indivíduos, é relativamente ao universo, um *bem* efectivo; pois que é do concurso desses e de todos os mais acontecimentos reputados felizes uns e infelizes outros, que resulta a admirável ordem que desde o princípio dos séculos depõe da infinita sabedoria do Criador do universo.» *Noções*, nota C à Ontologia, pp. 63-64.

²⁵ *Essai*, nota 25, pp. 237-238.

²⁶ *Theodicée*, §§ 82, 307, 378-394 e 1283-1284; cf. *Prelecções*, 26.ª prelecção, §§ 848-849. Neste ponto, o pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira prolonga a linha do eclectismo do final do século XVIII,

7. Situado na encruzilhada das duas vias do iluminismo — a que parte de Locke e a que se inspira em Leibniz —, o pensamento filosófico de Silvestre Pinheiro Ferreira, em seu singular eclectismo, depara com uma dificuldade de não fácil superação: a de fundar numa exígua e precária base empirista uma harmoniosa e ampla ontocosmologia e uma teodiceia ortodoxamente fiel à tradição cristã.

Tal superação procurou o pensador encontrá-la admitindo a revelação como via legítima e válida de conhecimento, mas esta forma, filosoficamente demasiado fácil, de salvar a transcendência divina e o conhecimento humano revestia-se de uma patente fragilidade. Assim, este súbito socorro trazido de cima ao periclitante sistema do nosso filósofo, pelo seu carácter artificioso e sua deficiente garantia especulativa, revelava-se insuficiente para servir de elemento mediador entre os dois níveis do seu pensar, os quais vão cindir-se, violentamente, no pensamento posterior.

O nível mais baixo, o do empirismo de raiz sensista, será prolongado, no Brasil, primeiro no eclectismo de frei Francisco de Mont'Alverne e, depois, pelas correntes positivistas, agnósticas e ateias e pelas tentativas de fundamentação científica do pensar filosófico, surgidas no último quartel do século XIX, enquanto da sua ontocosmologia e teodiceia de inspiração leibniziana, de certo modo, virão a derivar os grandes esboços do espiritualismo de Domingos Gonçalves de Magalhães (1811-1882) e de Raimundo de Farias Brito (1862-1917), ainda que o pensamento do primeiro se afirme, criticamente, contra o sensismo de que partia a reflexão silvestrina, revelando estas duas contrapolares correntes especulativas o profundo significado fundador que a obra e a acção do filósofo lisboeta vieram a ter no nascimento e no desenvolvimento autónomo da meditação brasileira, dentro do mais vasto domínio da filosofia de língua portuguesa e da filosofia luso-brasileira.

vindo a coincidir, no essencial, com as posições assumidas pelos mais representativos pensadores das duas ordens rivais, o jesuíta Inácio Monteiro (1724-1812) e o oratoriano Teodoro de Almeida (1722-1804).

REESCRITAS DA HISTÓRIA, CARTOGRAFIAS DA NAÇÃO EM A TORRE DA BARBELA DE RUBEN A.

(continuação da Prelo n.º 7)

MARIA-BENEDITA BASTO

3. Uma escrita da história em ruptura com um «discurso de separação»

No início deste texto interroguei-me sobre o modo como Ruben A. (re)escreveu uma História com a finalidade de criticar uma cartografia da nação e de conceber, a partir de uma política da paisagem, formas «geográficas» de identidade fluidas.

A este respeito, evoquei o facto de esta escrita se fundar sobre uma ruptura com a separação entre espaço e tempo. Na introdução do seu livro *L'écriture de l'histoire*, Michel de Certeau apresenta-nos agora uma outra característica deste modo de conceber a escrita da história no romance que diz respeito à relação entre passado e presente. Segundo este autor, a história moderna ocidental define-se por um traço essencial, a instituição de uma «différence entre le présent et le passé» (1975: 15). No plano da historiografia, esta forma de discurso, que Certeau compreende como «hétérologie», traduz-se pelo «gesto de dividir», de estabelecer uma cronologia composta de «períodos» (*ibidem*). Nesta perspectiva, cada «novo» tempo deu lugar a um discurso tratando como «morto» aquilo que o precedia, mas recebendo um «passado» já marcado por rupturas anteriores (*ibidem*). A mesma observação pode ser feita em relação à cartografia, onde um espaço marcado por «histórias de marchas e de gestos» (De Certeau, 1990: 177) se torna um lugar abstracto. Assim, circunscrito pelo olhar do observador, o outro no tempo e no espaço é ou cortado de

toda a relação consigo próprio, ou totalmente incorporado, o que abre a via para a dinâmica de inclusão por exclusão própria à nação fechada.

O encontro com a paisagem, do qual resulta o romance, põe em jogo uma escrita que se situa aquém e para além desse corte entre o observador e o seu objecto de contemplação. Este facto tem em primeiro lugar, como consequência, a construção de uma temporalidade na qual o passado é posto em inter-relação com o presente, e a história é considerada como uma história em devir. Desta forma, o presente caracterizado pelos turistas que vêm visitar a Torre articula-se com a presença das personagens e de acontecimentos associados a diferentes épocas. Esta perspectiva é, como evoquei já, associada à experiência sexualizada de Ruben A. no seu encontro/descoberta da paisagem de Ribeira Lima. A penetração mútua com a paisagem/natureza inspira não apenas a criatividade do autor mas fazendo as personagens amar e sonhar, como acontece na relação Cavaleiro/Madeleine, fá-las sair de si próprias.

A crítica de uma separação entre o presente e o passado, que interessa Certeau, toma igualmente uma outra dimensão: se o presente e o passado, o eu e o outro, estão em inter-relação, o saber produzido sobre esse outro não pode ser nunca absoluto e definitivo. A verdade é sempre multiplicada pela pluralidade possível das relações possíveis. Esta verdade histórica múltipla encontra-se na estratégia narrativa que Ruben A. desenvolve. Em vez de utilizar a perspectiva única de um narrador extradiegético que teria o privilégio de enunciar a realidade, Ruben A. faz contar os «que estavam lá» através de conversas ou monólogos interiores. O leitor fica por exemplo a saber da condenação à morte e execução de Madeleine pelos Barbelas num comentário em directo pela voz de três personagens, os três irmãos que vivem na Beringela.

O modo como Ruben A. concebe a relação entre o homem e a paisagem/natureza parece destituir um outro aspecto do discurso de separação ocidental que diz respeito ao corte entre natureza e cultura. Em vez de ser um objecto separado do homem, a cultura entra numa relação intersticial com a natureza. Esta perspectiva pode ser ilustrada por uma Torre, que é um produto humano, e se torna no fim do livro uma

componente da paisagem natural, um devir-outra coisa, um devir-terra, à margem:

A Torre mantinha-se à margem. Já estava desintegrada dos homens, já era uma montanha, um rio ou uma planície [...] Era um produto natural que crescera com os anos e os tempos, narrando a sua história verdadeira e alimentando as suas raízes impregnadas nos confins remotos e húmidos da vizinhança das águas do Letes. A Torre passara a ser um fenómeno geológico [...] [TB, 346-347.]

Na narrativa, a natureza aparece quer nos seus elementos exteriores quer como natureza interior dos homens, identificada às suas pulsões, susceptíveis de os afastar da norma. Sob esta «lei própria às fraquezas humanas» (TB, 206) se encontram associadas quer as pulsões sexuais quer o medo, cuja associação com o nevoeiro parece reforçar a projecção para o exterior de um fenómeno interior. Esse nevoeiro poderia ser então interpretado como um modo de esconder um imperfeito domínio sobre a sua própria natureza. Tal parece ser a postura de Dom Raymundo quando ele exclama: «Os outros que se entendam com este nevoeiro, que coisa assim eu nunca vi.» (TB, 206.)

A relação do homem com a paisagem diz igualmente respeito em *A Torre da Barbela* a todas as maneiras através das quais este se pode separar das coisas, pode desconhecê-las. De um lado, a expressão «[a] Torre passara a ser um fenómeno geológico» (TB, 347) sugere que o edifício pode ser reduzido ao estado de um simples objecto científico de «dissecção, e facto curioso para o estudo das espécies raras de formação espontânea» (*ibidem*). Do outro, esta separação entre o homem e as coisas consome-se na forma de atracção turística, que pode sugerir uma certa banalização enquanto «monumento nacional». Neste sentido, o autor representa os turistas que vêm ver a Torre como pessoas que não se confrontam com a complexidade e profundidade histórica do lugar. A paisagem parece aliás afastar-se voluntariamente dos seus olhares *voyeuristes*. A esfinge não se deixa fotografar.

Ali, de dia, ativa e carcomida, a Torre não se comprometia à primeira vista para se desfazer em facilidades. Não era a sua altivez que venciam a curiosidade dos visitantes que se aproximavam, de roteiro e máquina em riste, para extorquir da paisagem uma chapa fotográfica e ler o manancial de idioteiras que em letra grossa corria pela mão do turismo regional. A Torre mantinha-se à margem [...] não tinha nada que ver com as aflições menopáusicas de rapapés e palmadas atrás das costas, dados pela satisfação alarve da visita cumprida. [TB, 346.]

A questionação do olhar dos visitantes pode ser igualmente interpretada como uma alusão subtil ao leitor, no seu gesto de uma leitura que não «vê», ou que apenas vê «monumentos (nacionais)», uma literatura canonizada nos circuitos das instituições oficiais.

Dominada pelas explicações dadas pelo caseiro, a apresentação do mundo dos turistas entra num registo cómico alimentado pelo modo como este guia utiliza expressões eruditas deformando-as ou reinterprestando-as com o sotaque da região, semeando o seu discurso, que pretende solene, com factos anedóticos como aquele de um ilustre habitante da Torre «morto de adigestão quando de uma lamprejada para festejar as vitórias dos primos Barbelas» (TB, 11) e propondo-lhes à saída a venda dos limões de S. Cyro, bons para qualquer maleita.

O olhar ignorante da visita encontra enfim uma outra expressão na figura do «homem de Angola» que acaba por vir perturbar a separação entre o mundo dos vivos e o dos mortos. Tendo ganho muito dinheiro em África, este homem pode vir a comprar tudo e muito mais, como afirma (TB, 318). Fazendo prova de uma insensibilidade total em relação à história do local, ele considera a hipótese de arrasar a Torre para se desembaraçar dos seus ruídos nocturnos e sobre ela construir a sua casa de «tipo colonial»: «Vai tudo abaixo. Mesmo a Torre, para que é preciso isso? Ainda queria que me explicassem essas coisas da História. Para que é que serve? É preciso é milho,

feijão, porco, angolares, comprar enquanto o escudo está desvalorizado, comprar tudo.» (*Ibidem.*) O colonialismo mais recente do Estado Novo em África é abordado nesta figura. A África aparece aqui como oportunidade de enriquecimento rápido, não reproduzindo o romance uma cartografia imperial. África é evocada a partir de movimentos de regresso, regresso que neste caso pode «arrasar» a paisagem.

Ao perder a casa e a Torre, os Barbelas, cujas aventuras expansionistas aparecem várias vezes mencionadas ao longo do livro, arriscam-se aqui, ironicamente, a sofrer a mesma sorte que muitos dos seus súbditos. Para retomar uma réplica do caseiro ao visitante de África: «É sempre mau devassar a terra dos outros. Os pretos aqui ainda são brancos.» (*Ibidem.*) Ruben A. evoca as descobertas sobretudo sob o registo das histórias trágico-marítimas (TB, 196-197) associadas aos naufrágios e outros padecimentos, a parte não gloriosa da gesta da expansão (TB, 204):

Os fumos da Índia e as espumas da África trouxeram consigo a desolação, sem que para isso fossem bastantes as façanhas dos fidalgos de Entre Douro e Minho. Tempos em que os Barbelas viviam espalhados pelo país e pelas histórias trágico-marítimas de naus catrinetas. [TB, 26.]

Do mesmo modo, a presença dos Barbelas nas margens do Lima é associada a uma retirada dolorosa depois do desaparecimento de D. Sebastião na batalha contra os Mouros e à ocupação do reino pelos Castelhanos. A figura do grande nevoeiro parece aliás testemunhar o carácter traumatizante dessas experiências. A missão civilizadora «de um povo que tanto tem contribuído para o encaminhamento moral dos indígenas menos favorecidos» (TB, 209) encontra-se quanto a ela ridicularizada quando o Dr. Mirinho a vê posta em perigo pelo facto de que «Madeleine tinha o mailhote com menos quatro centímetros por baixo das axilas do que o regulamento oficial estabelecido por uma comissão que durante anos [lhe] deu tantos trabalhos» (*ibidem*).

4. Uma escrita sem pai ou a questão da origem

A ideia de pátria, como ideia de «lar», do seu lugar de pertença, constrói-se em Ruben A. menos a partir das «raízes» que dos «caminhos», para utilizar o jogo de palavras que na língua inglesa P. Gilroy estabelece entre «roots» e «routes» (1994, *apud* Edensor, 2002: 63). Como não deixa de dizer Liberto Cruz no texto que lhe dedica em 1969, Ruben A. amava a sua pátria (Cruz, 1969: 296). Mas tinha para esta palavra, de uso obrigatório no quotidiano do cidadão do Estado Novo, uma outra gramática. O viajar, o viajante, o estrangeiro, a paisagem fluida que tem no rio, na água e nos voos¹⁵ do Cavaleiro as suas matrizes, criam outras possibilidades de pensar o laço nacional num exercício de reescrita da história saindo de um fechamento cartográfico do Portugal fotografado da torre a duas dimensões¹⁶, para uma «copulação» com a natureza (que tem na cena do mergulho do Cavaleiro e de Madeleine no rio um modelo), para uma errância geográfica que faz e desfaz o sentido das coisas.

A esta ideia de pátria se associa um traço de escrita de Ruben A. que se opõe ao movimento tendencial da nação portuguesa ao fechamento nas suas «imaginadas» (Anderson, 1996) origens. Trata-se da sua proposta de uma escrita «sem paternidade».

Esta ideia apoia-se na constatação do autor, já citada na introdução deste trabalho, de que o seu romance é o resultado de uma «fecundação sem paternidade». O seu romance, como ele escreve, foi «engendrado, emprenhado na Natureza, como Nossa Senhora na Palestina, foi concebido sem pecado, immaculado, de paternidade sem paternidade» (MMPII, 120). O que é que esta ideia pode significar num questionar da escrita de

¹⁵ O «ar» como possibilidade de realização infinita da paisagem, da escrita do solo.

¹⁶ «para extorquir da paisagem uma chapa fotográfica e ler o manancial de idioterias que em letra grossa corria pela mão do turismo regional» (TB, 346).

uma identidade pela sua inscrição no espaço e no tempo? Podemos ver aqui duas coisas, a primeira, com E. Said e G. Vico, a desconstrução da origem, a segunda, com J. Rancière, o traço «político» do fazer literário de Ruben A.

Partamos da hipótese de que a ideia de «paternidade sem paternidade» tem uma ligação com um entendimento específico da origem. Em Said, ela não é pensada como qualquer coisa que seria dada de uma vez por todas, como um princípio determinado e determinante. Uma tal interpretação é a meu ver sugerida pela significação que o autor atribui às reflexões históricas de Giambattista Vico:

In what Vico called the gentile world, this does away entirely with such common hierarchies as a spirit higher than body, a meaning higher than evidence, a father who because he is older is wiser than his son, a philosopher or a logician who is more «rational» than a poet, an idea that is higher than clusters of words. It also does away with the Beginning that stands over and above all human effort. [1997: 352.]

Said fala por isso de uma distinção entre «origem» e «começo»

a beginning intends meaning, but the continuities and methods developing from it are generally *orders of dispersion, of adjacency, and of complementarity*. A different way of putting this is to say that whereas an origin *centrally* dominates what derives from it, the beginning (specially the modern beginning), encourages nonlinear development, a logic giving rise to the sort of multileveled coherence of dispersion [...]. [1997: 373.]

Em consequência, segundo Vico, «a beginning is at once never given and always indefinite or divined and yet always asserted at considerable expense» (*ibidem*, p. 350). A alusão a Nossa Senhora e a uma concepção do romance «sem pecado,

imaculado» poderia sugerir que a escrita de Ruben A. seria, ao contrário, fundada por um elemento estranho à história «gentile», secular, de Vico. Mas o facto de o romance e o seu autor fazerem eles próprios parte da natureza/paisagem, retira o sentido a uma distinção entre uma realidade sagrada ou um «espírito» que seria separado e hierarquicamente superior ao mundo profano. A relação entre verdade e escrita não é aqui então uma relação de subordinação. Do mesmo modo, e tal como na perspectiva de Vico, «o começo» na paisagem permanece de uma certa forma indefinido ou a adivinhar, «[a] esfinge que, do fundo do tempo, vinha oferecer um plácido rosto indecifrável» (2005 [1964], p. 13), e a sua escrita implica não apenas um trabalho considerável: «[o] que reparei nesse dia levou-me cinco anos a escrever» (1968: 109-110), mas reafirma o princípio de indeterminação. Ruben A. adopta uma escrita que é deliberadamente insubmissa ou descentrada em relação às práticas normais, significados e convenções. Na sua autobiografia, ele recria um tribunal diante do qual ele-Ruben A. é obrigado a reconhecer e confessar essa subversão de códigos preestabelecidos:

Esteja calmo, responda aí do banco dos réus, diga, eu não oiço bem, diga em voz alta, confesse: É verdade ou não que o senhor criou palavras novas para a língua portuguesa, que tentou desarticulá-la, desmembrá-la, formando novas associações, vocábulos clandestinos, construções nos arredores da gramática, frases picarescas? [MMPII, 266.]

Um pouco antes, o censor perguntara-lhe:

São de sua autoria dois livros sem estilo, anti-gramaticais, que se chamam *Páginas*? [...] O senhor confessa-se autor da obra que é um insulto à nossa tradição, às letras semânticas — [...] E nessa euforia de patacoadas o senhor criou palavras novas, o senhor quis mostrar que as nossas palavras não eram bastantes ao mundo, quis dizer a todos que haviam palavras que precisavam de ser revistas.

O senhor sabe a gravidade desta acusação? O senhor compreende os ditirambos de ordem copulativa de que está eivada a sua prosa? Responda se sim ou não criou novas palavras para a língua nacional. *[Ibidem.]*

Com os seus neologismos, transcrições da língua falada e construções insólitas, a escrita de *A Torre da Barbela* ilustra amplamente esta forma antigramatical de fazer. Nesta escrita geográfica em osmose com a paisagem, decifrando as palavras escritas no próprio solo, nas próprias coisas, mas ao mesmo tempo inventando palavras novas e agindo através de distorções na gramática, manifesta-se claramente o paradoxo que Jacques Rancière discute no seu livro *La parole muette* (1998). A escrita pode ser entendida «comme verbe témoignant d'une puissance d'incarnation, présente dans le poème, le peuple et la pierre» (*ibidem*, p. 72), e ser, ao mesmo tempo, «une parole orpheline, dénuée de ce qui fait la puissance de la parole vivante, de la parole du maître» (*ibidem*, p. 81). Assim, a palavra escrita «[n]'étant pas guidée par un père qui la porte, selon un protocole légitime, vers le lieu où elle peut fructifier, [...] s'en va rouler au hasard, de droite et de gauche» (*ibidem*) (meus sublinhados), falando a quem não deve ou calando-se quando deveria falar. Como «une semence vivante capable de fructifier par elle-même» (*ibidem*), a escrita presta-se a uma apropriação democrática que se subtrai a todo o esforço de a fixar sobre um corpo social determinado, uma significação única ou uma forma predeterminada.

Resultante de uma relação não-hierárquica, a escrita de Ruben A. testemunha assim menos de uma relação de «sucessão genealógica» (Said, 1997: 357), do que daquilo que Said qualifica de «parallelism, adjacency, and complementarity — that is, all those relationships that emphasize the lateral and the dispersed rather than the linear and the sequential» (*ibidem*). Lateralidade e dispersão manifestam-se nomeadamente pela decisão do autor em espacializar a História, em vê-la inscrita na paisagem, e assim em a não representar numa ordem sequencial que separa presente, passado e futuro. Esta «lateralidade» reveste-se na sua escrita de um outro dispositivo, a

intertextualidade, trabalhado através de uma multiplicidade de reenvios, de apropriações de outros textos, estreitamente ligados à historiografia, à mitologia e ao cânone literário português. Aqui, a intertextualidade é menos testemunha de um processo de sucessão ou de inscrição na forma de um palimpsesto que um apagamento autoral, de transversalidade na horizontalidade, na construção de um texto que sendo singular parece polifonicamente colectivo, como querendo-se portar-voz de um laço comum a inventar.

Conclusão

Concluindo, Ruben A. abre a via para uma geografia de um espaço identitário cuja significação permanece aberta à indeterminação. Esta indeterminação lembra que a verdade que a escrita faz aparecer é sempre parcial e de uma intensidade que nos leva ao limite dos nossos sentidos e que ela é o resultado de uma espécie de hermenêutica cujo horizonte interpretativo é susceptível de se deslocar. A paisagem, a natureza e o Amor fornecem as linhas que constroem a figura triangular da Torre, fornecem as metáforas que inspiram todas estas possibilidades de relações horizontais e intersticiais que substituem uma relação vertical, sequencial e hierarquizada.

Considerarei uma leitura de *A Torre da Barbela* na qual a ideia da paisagem como «imagem viva» ou «falante» da qual decorre um conjunto de dispositivos narrativos tem um papel chave na compreensão do modo como Ruben A. se confronta com uma problemática que se intensificou no Portugal do Estado Novo, a questão da identidade nacional. Encontrámos aqui uma ressonância com as teorizações sobre o laço entre espaço, paisagem e nação nas obras de Williams, Lefebvre e Edensor.

Em Ruben A., trata-se mais precisamente de saber como se pode escrever essa identidade de um modo que ela contenha ao mesmo tempo uma crítica ao nacionalismo português e faça sobressair uma outra ideia de pertença comum. Estes dois aspectos desenvolvem-se através de uma narrativa das relações de uma linhagem aristocrática com o mundo; relações que, depois das «histórias trágico-marítimas» e do desapareci-

mento do rei D. Sebastião, são dominadas pelo medo, o retraimento e a defesa de uma identidade através de uma estratégia de clausura, de fechamento, de inclusão por exclusão, de denúncia. A paisagem ancestral oferece no entanto um lugar de encontro com o Outro e de libertação de si que torna a saída deste fechamento pelo menos pensável.

Esta libertação toma a forma de uma convivência ecológica com a Natureza e uma abertura ao Amor. No entanto, à excepção do cavaleiro, os protagonistas nacionais deste romance permanecem cativos do seu espaço identitário mostrando a situação que caracteriza a experiência de retraimento e clausura, a estagnação da sociedade portuguesa que Ruben A. conheceu sob o regime do Estado Novo.

Tentei por outro lado compreender as características dos dispositivos narrativos através dos quais Ruben A. procura construir uma identidade aberta a partir de três conceitos: o «discurso de separação» desenvolvido por Michel de Certeau, a noção de «escrita sem pai» analisada por Jacques Rancière e uma reflexão sobre a «origem», o «começo», elaborada por Edward Said, a partir da sua leitura da filosofia da história de Giambattista Vico. A ruptura com uma descrição do mundo que, separando o tempo e o espaço, o presente e o passado, não pode levar em conta as suas inter-relações e entrecruzamentos, permite a Ruben A. retrair os contornos de uma pertença sem a reduzir a uma verdade única, centralizada e englobante. Esta opção manifestou-se nomeadamente pelo desenvolvimento de uma narrativa não linear, pela utilização de outras vozes narrativas, pela justaposição de vários estádios e espaços da língua portuguesa, por um entrelaçar de natureza e cultura, pela agramaticalidade e neologismos, pela apropriação de outros textos, pela multiplicação de reenvios a outros textos, a «enxertia», como lhe chama Dália Dias (2004: 216). Estes traços podem ser igualmente compreendidos como consequência de uma espacialização da história que instaura relações horizontais e rizomáticas, polivalentes e complementares em vez de relações hierárquicas, lineares e sequenciais nas quais a história, a escrita da história, teria uma única origem, um único sentido. O facto de a escrita da história poder, nas palavras de Ruben A., ser engendrada numa «paternidade sem

paternidade» reenvia finalmente para um paradoxo que parece ser constituinte da escrita literária: a escrita possui um poder de incarnação que parece abolir a diferença entre palavras e coisas e ao mesmo tempo pode ser dita «órfã», livre de toda a significação ou forma predeterminada, desarrumando uma ordem social preestabelecida, criando afinal entre as palavras e as coisas um intervalo de sentido polissémico¹⁷. Encontramos este paradoxo no projecto de Ruben A., no seu projecto de conceber uma *pátria* que seja aberta ao Outro e uma escrita que não é *literatura*:

Em todo este mundo a literatura não existia,
sim a vida, sim a música das palavras, a pintura
das sílabas, a forma das frases. [MMPIII, 83-84.]

BIBLIOGRAFIA

- A., Ruben, *A Torre da Barbela*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2005 (1.^a ed., 1964).
- , *O Mundo à Minha Procura III*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1994, 2.^a ed. (1.^a ed., 1968).
- , «A prosa da prosa», in *In Memoriam Ruben Andersen Leitão*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, pp. 59-78.
- AA. VV., *Lire le paysage. Lire les paysages, Actes du Colloque des 24 et 25 novembre 1983*, Université de Saint-Étienne, CIEREC, 1984.
- ANDERSON, Benedict, *L'imaginaire national. Réflexions sur l'origine et l'essor du nationalisme*, Paris, La Découverte, 1996.
- APPADURAI, Arjun, *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1996 [ed. ut. *Dimensões Culturais da Globalização*, Lisboa, Editorial Teorema, 2004].
- ATKINSON, David (et al.), *Cultural Geography: A Critical Dictionary of Key Concepts*, London/NY, I. B. Tauris, 2005.
- BALIBAR, Etienne, «Racisme et nationalisme», in E. Balibar e I. Wallerstein, *Race, nation, classe*, Paris, La Découverte, 1997, pp. 54-94.

¹⁷ Entenda-se este sentido polissémico como o faz Jacques Rancière como acentuação da desordem das vozes e das coisas (2007).

- BELCHIOR, Maria de Lurdes, «O mundo à procura de Ruben A.», in *In Memoriam Ruben Andersen Leitão*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, pp. 117-119.
- CRUZ, Liberto, «Ruben A., vinte anos de prosa», in *Ocidente*, vol. LXXVI, 1969, pp. 290-300.
- CRUZ, Liberto, BRANDÃO, José, e LEITÃO, Nicolau Andersen, *O Mundo de Ruben A.*, Lisboa, Assirio & Alvim, 1996.
- DE CERTEAU, Michel, *L'écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1975.
- DELEUZE, G., e GUATTARI, F., *Mille Plateaux, Capitalisme et Schizophrénie*, 2, Paris, Les Éditions de Minuit [1980], 2004.
- DIAS, Dália, *A Escrita Dissidente, Autobiografia de Ruben A.*, Lisboa, Assirio & Alvim, 2004.
- EDENSOR, Tim, *National Identity, Popular Culture and Everyday Life*, Oxford/NY, Berg, 2002.
- FRANCESCHI, Catherine, «Du mot *paysage* et de ses équivalents dans cinq langues européennes», in Michel Collot, *Les enjeux du paysage*, Bruxelles, Ousia, 1997, pp. 75-111.
- GALLUT-FRIZEAU, Anne, «Libre essai d'interprétation de deux romans fantastiques: *O Aquário* d'Alice Sampaio et *A Torre da Barbela* de Ruben A.», in *Le roman portugais contemporain, Actes du Colloque, Paris, 24-27 octobre, 1979*, Paris, FCG, 1984, pp. 299-306.
- GILROY, Paul, *The Black Atlantic: Modernity and Double-Consciousness*, London, Verso, 1994.
- GRACQ, Julien, *Carnets du grand chemin*, Paris, José Corti, 1992.
- GROSSBERG, Lawrence, «The space of culture, the power of space», in I. Chambers e L. Curti (eds.), *The Post-Colonial Question. Common Skies, Divided Horizons*, London e New York, Routledge, 1996, pp. 169-188.
- HOOKE, Jeremy, *Writers in a Landscape*, Cardiff, University of Wales Press, 1996.
- HUTCHEON, Linda, *Theory of Parody: The Teachings of Twentieth-Century Art Forms*, Urbana e Chicago, University of Illinois Press [1985], 2000.
- , *A Poetics of Postmodernism. History, Theory, Fiction*, London/NY, Routledge, 2000 [1988].
- JACOB, Christian, «Logique du paysage dans les textes géographiques grecs», in *Lire le paysage. Lire les paysages, Actes du Colloque des 24 et 25 novembre 1983*, Université de Saint-Étienne, CIEREC, 1984.
- JAMESON, Fredric, *The Political Unconscious. Narrative as a Socially Symbolic Act*, London, Routledge, 1981.

- LEFEBVRE, Henri, *La production de l'espace*, 2^{ème} éd., Paris, Anthropos, 1981 [1974].
- LEPECKI, Maria Lúcia, «Ruben A.: O diálogo trágico-dramático», in *In Memoriam Ruben Andersen Leitão*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, pp. 193-198.
- LIMA, M.^a Manuela de Almeida, «As torres — reinos da intimidade onírica — *A Ilustre Casa de Ramires, A Toca do Lobo, A Torre da Barbela*», Lisboa, Universidade Nova, 1995, policopiado.
- MENDES, Ana Paula Coutinho, «D'A Torre da Barbela, panorama fantástico de uma relação mítica», in *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, II série, vol. x, 1993, pp. 133-143.
- PEREIRA, Vitor, «Uma casa para 'vir à terra'», in *O 1.º de Janeiro*, 25 de Outubro de 2000, suplemento de «Artes e Letras», pp. 10-11.
- PROUST, Marcel, *Le Côté de Guermantes, Esquisse IV*, Paris, Pléiade/Gallimard, 1988.
- RANCIÈRE, Jacques, *La parole muette*, Paris, Hachette, 1998.
- , *Politique de la littérature*, Paris, Galilée, 2007.
- ROCHA, Clara, «Tradição e modernidade n'A Torre da Barbela de Ruben A.», in *Vértice*, n.º 6, II série, Setembro de 1988, pp. 7-12.
- SAID, Edward, *Beginnings. Intention and Method*, London, Granta Books 1997.
- SEIXO, Maria Alzira, *A Palavra do Romance: Ensaios de Genologia e Análise*, Lisboa, Horizonte Universitário, 1986
- SEQUEIRA, Rosa Maria, «A Torre da Barbela de Ruben A.: um romance fantástico», in *Lusorama*, 11, Março de 1990, pp. 8-22.
- WILLIAMS, Raymond, *The Country and the City*, London, Chatto and Windus, 1973.

A NOÇÃO DE CIÊNCIA E A IDEIA DE PORTUGAL NA OBRA DE FERNANDO OLIVEIRA

JOSÉ EDUARDO FRANCO

Portentosas foram antigamente aquelas façanhas, ó portugueses, com que descobristes novos mares e novas terras, e destes a conhecer o Mundo ao mesmo Mundo. Assim como lieis então aquelas vossas histórias, lede agora esta minha, que é também vossa. Vós descobristes ao Mundo o que ele era, e eu vos descubro a vós o que haveis de ser. Em nada é segundo e menor este meu descobrimento, senão maior em tudo. Maior cabo, maior esperança, maior império.

PADRE ANTÔNIO VIEIRA

O mundo único pode ser entendido como muitos; ou os muitos mundos entendidos como um; o tratar-se de um ou de muitos depende do modo de os entender.

NELSON GOODMAN

Dimensão e significado da vida e obra de Fernando Oliveira

Perfil de um humanista genial, rebelde e insubmisso

Fernando Oliveira (c. 1507-c. 1582) emerge como um autor bem exemplar do mais original e avançado humanismo renascentista português. Luís de Albuquerque definiu-o muito significativamente como «um português genial aventureiro e insubmisso»¹. Com efeito, a sua personalidade era de uma ver-

¹ Luís de Albuquerque, «Fernando Oliveira. Um português genial aventureiro insubmisso», in *Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portu-*

satilidade singular e a sua experiência internacional, pelas diversas viagens² que realizou e povos, culturas e ideias com que contactou, forneceram-lhe informações qualitativa e quantitativamente significativas, dando-lhe uma abertura de espírito que o elevou a uma posição charneira entre os espíritos mais vanguardistas da sua época.

Estamos, com efeito, perante um dos mais originais e multifacetados autores do Humanismo português do Renascimento. Teve um percurso diversificado e cheio de aventuras. Este que foi Dominicano e depois egresso Dominicano, Padre Secular, Humanista, Filólogo, Piloto e Especialista em Ciência Náutica, Historiador, é mais conhecido pelo seu nome grafado em português antigo, Fernão de Oliveira, com o qual também

gueses. Séculos XV-XVI, vol. II, Lisboa, Circulo de Leitores e Caminho, 1987, pp. 128-142.

² Acerca da importância das viagens como meio de ampliar conhecimentos e horizontes intelectuais, já Séneca testemunhava numa das suas cartas ao seu amigo Lucilio, de maneira muito curiosa e interessante: «Estas viagens que me forçam a sacudir a minha indolência são óptimas, acho eu, quer para a minha saúde, quer para os meus estudos [...] E porquê para o estudo? Já te digo: porque não interrompi as minhas leituras. A leitura é de facto, em meu entender, imprescindível: primeiro, para me não dar por satisfeito só com as minhas obras, segundo, para, ao informar-me dos problemas investigados pelos outros, poder ajuizar das descobertas já feitas e conjecturar as que ainda há por fazer. A leitura alimenta a inteligência e retempera-a das fadigas do estudo, sem, contudo, pôr de lado o estudo. Não devemos limitarmos-nos não só à escrita, nem só à leitura: uma diminui-nos as forças, esgota-nos (estou-me referindo ao trabalho da escrita), a outra amolece-nos e embota-nos a energia. Devemos alternar ambas as actividades, equilibrá-las, para que venha a dar formas às ideias coligidas das leituras. Como sói dizer-se, devemos imitar as abelhas que deambulam pelas flores, escolhendo as mais apropriadas ao fabrico do mel e depois trabalham o material recolhido, distribuem-no pelos favos [...]». Séneca, *Cartas a Lucílio*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, pp. 379-380. Entendi citar este trecho de Séneca porque considero muito significativo e importante, além de achar que Fernando Oliveira cumpriu, ao longo da sua vida, o programa intelectual e científico esboçado por este intelectual romano.

assina alguns dos seus escritos³. Formou-se no Convento de São Domingos de Évora, tendo tido entre os seus mestres o humanista André de Resende que mais tarde o haveria de acusar perante o Tribunal do Santo Ofício. Por razões desconhecidas, provavelmente pelo seu *carácter rebelde e insubmisso*, fugiu do convento eborense para Espanha no ano de 1532. No país vizinho viria a estabelecer contactos com humanistas espanhóis e especialmente com a obra de António de Nebrija, cuja *gramática* estudou e transcreveu e lhe viria a servir de inspiração para a redacção daquela que é na realidade a primeira *Gramática da Linguagem Portuguesa*, publicada em 1536, que antecede a obra gramatical de João de Barros só sairia do prelo quatro anos mais tarde. F. O. editou o primeiro manual gramatical no contexto da sua experiência pedagógica no âmbito das funções que desempenhava como preceptor de filhos da Nobreza portuguesa, mormente dos filhos de João de Barros e do barão de Alvíto.

Entretanto nos anos de 1540 desenvolveu uma actividade tão multifacetada como atribulada desde as funções que teria desempenhado como enviado secreto de D. João III em Itália para tratar de negócios da corte portuguesa, passando pelo serviço que prestou como piloto naval na frota do capitão francês Saint-Blanchard, até à sua presença na corte inglesa de Henrique VIII na qualidade de perito em assuntos de marinharia, onde tomou contacto com as ideias do protestantismo anglicano que viriam a influenciar as suas opiniões sobre diversas matérias expressas nas suas obras. A partir do final da década de 1540, regressado já a Lisboa, a liberdade de opinião

³ A oscilação da ortografia do nome deste autor — Fernão de Oliveira ou Fernando Oliveira — deve-se à confusão típica da sua época quanto ao modo de grafar estes onomásticos, pelo que optámos pela grafia mais moderna deste nome, sendo esta, aliás, aquela que é usada na sua obra historiográfica, conforme defende Paul Teyssier. Cf. Paul Teyssier, *L'Histoire de Portugal de Fernando Oliveira d'après le Manuscrit de la Bibliothèque Nationale de Paris*, separata das *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Lisboa, s. n., 1959, p. 359.

praticada e as suas críticas feitas à Igreja e a certos costumes da sociedade portuguesa vão atrair a atenção do Tribunal da Inquisição. Postura intelectual que levará, no século XIX, o seu primeiro biógrafo, Henrique Lopes de Mendonça, a classificá-lo livre-pensador *avant la lettre*.

Depois de um primeiro processo inquisitorial aberto no ano de 1548, em que Fernando Oliveira foi acusado e condenado por professar opiniões heréticas e temerárias próximas da heresia eclesiológica anglicana e da corrente erasmista, novamente no ano de 1555 voltou a ser encarcerado nos calabouços inquisitoriais por ter emitido pareceres, alguns deles ventilados na publicação da *Arte da Guerra do Mar*, sobre algumas estruturas, doutrinas e práticas católicas, em particular a vida monástica e os fundamentos teológicos clássicos do comércio escravagista então muito próspero. Denuncia o recurso hipócrita aos argumentos hauridos na doutrina teológica clássica da guerra justa, recurso muito cómodo para apaziguar as consciências católicas interessadas no tráfico de escravos. Recusando esses argumentos assacados, Fernando Oliveira desmascara a causa efectiva da expansão da escravatura na modernidade: o interesse comercial promovido por profissionais especializados neste sector de comércio. Ao mesmo tempo deplora a metodologia proselitista violenta utilizada na conversão dos povos ao Cristianismo descobertos no quadro das viagens marítimas intercontinentais promovidas pelas potências ibéricas. Faz uma apologia radical da perspectiva mais evangélica do anúncio de Cristo pelo poder persuasivo do magistério da palavra desvinculada do uso do império da força das armas. Nas alegações que professou perante o Tribunal tece uma ousada crítica aos estilos e à natureza do Tribunal do Santo Ofício. Perante os inquisidores, advoga destemidamente que a Inquisição deveria assumir uma postura mais evangélica, devendo por isso usar metodologias menos repressivas e mais pedagógicas através da orientação para a verdadeira fé pelo recurso à persuasão e não à intimidação e à punição impiedosa.

O pioneirismo de Fernando Oliveira na crítica à escravatura e à recusa do reconhecimento de uma soberania espiritual e temporal do papa e dos reis católicos sobre os povos

recém-descobertos inscreve este humanista português na linha de pensamento da escola de Salamanca e aproxima-o das teses paradigmáticas desenvolvidas em torno destas questões candentes por Francisco Vitória e Francisco Suarez.

Na década de 1560 e 1570, num período em que os seus serviços especializados na área da ciência náutica foram disputados pelas cortes espanhola e francesa, redige mais duas obras técnicas que deixou manuscritas (em latim e em português) também pioneiras no âmbito europeu sobre construção naval e marinharia: *Ars Nautica* (c. 1570) e o *Livro da Fábrica das Naus* (finais da década de 1570). Dedicou-se ainda à tradução dos Clássicos e também lhe é atribuído um relato da viagem de Fernão de Magalhães.

Na esteira dos melhores homens do saber da época dos Descobrimentos e do Renascimento, Fernando Oliveira construiu um conhecimento avançado à luz de um experiencialismo que assenta no confronto crítico entre teoria e prática, entre doutrina e técnica, entre as heranças epistemológicas e culturais clássicas e os novos dados objectivos colhidos no processo de planetarização das relações entre os povos e os continentes. Este processo revolucionou a mundividência greco-romana e medieval e inaugurou a época da protoglobalização.

A palavra *discernimento* ganha um papel decisivo neste novo quadro epistemológico. A metodologia do experiencialismo e da indutividade a ela inerente, que preside principalmente à concepção das obras técnicas deste autor, emerge como definidora de um programa de saber, cujo carácter pendular vai da hipótese à prova e da descrição à explicação. Este processo de produção científica e de reformulação de mundividências é desenvolvido através do recurso a uma linguagem preferencialmente vernacular e de estilo claro, sintético e rigoroso com cuidados pedagógicos acrescidos de modo a servir de ensino eficaz, multiplicativo de conhecimento e da sua aplicabilidade, não apenas para satisfazer uma mera curiosidade intelectual.

A noção de ciência

Na ciência, como na arte e na vida, apenas aquilo que é realidade para a Cultura é realidade para a Natureza.

LUDWIK FLECK

Situados neste horizonte ideológico, é deveras interessante analisar a noção de ciência e as suas implicações em Fernando Oliveira, através da análise de duas importantes obras saídas da sua pena, as quais detêm um valor cimeiro na produção técnico-científica portuguesa, no âmbito do humanismo português e no quadro da produção científica fomentada pela actividade marítima resultante dos Descobrimientos portugueses. *A Arte da Guerra do Mar* e o *Livro da Fábrica das Naus* não só constituem um paradigma avançado de reflexão, conhecimento e inovação científica para a época como abrem e estimulam o amor pela ciência e a necessidade de permanente aperfeiçoamento, na perspectiva de um entendimento valorativo do homem e das suas potencialidades.

Com efeito, Fernando Oliveira soube aproveitar com perspicácia e inteligência aquilo que observou, ouviu, palpou e experimentou nas suas viagens e contactos com outros povos e culturas e encetou uma reflexão comparada, crítica e aberta, valorizando aquilo que concluiu ser mais importante, menosprezando o secundário e o mesquinho. Embora a compreensão da ciência seja o tema único que nos vai ocupar neste estudo, não posso deixar de relevar, nesta introdução, um aspecto que me surpreendeu sobremaneira, no capítulo III da *Arte da Guerra do Mar*, e que revela um entendimento ético de um homem ousado e vanguardista para o seu tempo — a condenação da escravatura e uma visão altamente desvalorizante e crítica da guerra.

O conhecimento científico em Fernando Oliveira, como veremos, insere-se também nesta ambiência epistémico-cultural de supervalorização do homem e das suas potencialidades vistas numa perspectiva optimista de aperfeiçoamento historicamente ascendente. A leitura das Descobertas são entendi-

das neste horizonte ideológico como um passo em frente no avanço da humanidade, avanço que nunca se apresenta como acabado, mas sempre passível de revisão.

A noção de ciência que vamos apresentar como resultado da pesquisa das obras de Fernando Oliveira não pode ser desligada da consideração, como pano de fundo, de um acontecimento histórico-programático que foram, pois, as viagens dos Portugueses que desvelaram à Europa as desconhecidas terras *misteriosas* da cartografia de Ptolemeu. Estas viagens, a sua preparação, realização e consequências vão provocar uma ruptura epistemológica da ciência náutica tradicional em particular e, subseqüentemente, da ciência em geral.

Neste sentido, comenta Luís de Albuquerque que «para se ter uma ideia de como as viagens dos descobrimentos podiam lembrar este facto: a náutica corrente nascera e era praticada no Mediterrâneo, e as rotas nesse mar interior eram quase sempre descritas no sentido das longitudes; pelo contrário, no Atlântico, as navegações faziam-se predominantemente no sentido norte-sul. Esta diferença fundamental foi mais vincadamente acentuada pelo facto dos condicionalismos geográficos do Atlântico nem sempre permitirem que nele se adoptasse uma navegação costeira ou de cabotagem, que podia ser praticada sem restrições no Mediterrâneo.»⁴

Esta possibilidade de confronto entre os saberes apreendidos teoricamente das autoridades científicas antigas e a sua verificação, revisão e inovação, na prática, vai constituir o grande contributo dos Descobrimentos que conduziram ao repensar da noção aristotélica de ciência. E isto tornou-se um programa irreversível e a cumprir, visto que os Descobrimentos representaram um «fenómeno de permanente comunicação mundial enquanto expansão planetária dos povos europeus dos séculos xv e xvi [...]. Pela primeira vez existem programas de conhecimento de sistematização e de utilização desta revolu-

⁴ Luís de Albuquerque, *As Inovações da Náutica Portuguesa do Século XVI*, separata de *Presença de Portugal no Mundo*, Lisboa, 1982, p. 391.

cionária acumulação informativa sobre os mais diversos mares, continentes e sociedades.»⁵

O autor que estamos a analisar faz um eco potente desta relação planetária comunicativa, em que «Portugal desempenha um papel vanguardista e fundamental»⁶. A partir do seu vasto conhecimento cultural e experiencial, F. Oliveira conseguiu escrever duas obras ligadas aos avanços nos domínios dos mares, onde revê a noção de ciência tradicional e propõe uma nova perspectiva para fundamentar e construir o conhecimento científico.

Vamos agora apresentar as principais linhas mestras que formam o pensamento científico de Fernando Oliveira, deslindando o modo como o autor entendeu a estruturação de um conhecimento discursivo que se pretendia científico.

Saber técnico-científico

No estudo de toda a questão científica, considerar a maneira como os primeiros investigadores puseram os termos problemáticos que se lhes apresentam — nada de mais essencial.

LUCIEN FEBVRE

Luis de Albuquerque escrevia «que as viagens de Descobrimento fizeram passar a náutica de uma arte para uma técnica»⁷. Neste âmbito de transformação e mudança é perfeitamente enquadrável a obra náutica de Fernando Oliveira. Ele elabora a construção do seu edifício epistemológico em função de um esforço nitido de descrição rigorosa de um saber que se pretende técnico e rigoroso a partir de um confronto de um vasto banco de dados, de forma a apurar os resultados mais

⁵ Luís Filipe Barreto, *Portugal, Mensageiro do Mundo Renascentista*, Lisboa, Quetzal Editores, 1989, pp. 17 e 19.

⁶ *Ibidem*, p. 17.

⁷ Luís de Albuquerque, «Ciência e técnica nos Descobrimentos», in *Vértice*, 1988, n.º 9, p. 16.

convincentes, do ponto de vista técnico-prático, depois de abundantemente validados pela verificação experiencial prática. É bem expressiva esta passagem de *A Arte da Guerra do Mar*, sobre a imperiosidade do conhecimento *in loco*, no terreno, para cimentar e sustentar a teoria: «Eu queria que soubessem eles e não presumissem filósofos e astrólogos deviam ser os marinheiros. Mas pois não porque carecem totalmente da noticia disto que deviam saber, quero-lhes dar conta do que dizem os sabedores e que indícios dão para conhecermos em particular as mudanças do tempo que faz dum dia para outro, as quais é necessário conhecer.»⁸ A verificabilidade praxica é enunciada como critério e etapa insubstituível para imprimir à sistematização epistemológica um carácter rigorosamente científico. Caso contrário, esse *corpus* gnosiológico não chega a transpor o horizonte da presunção.

É notória a emergência da exposição de um saber teorizante, a partir do qual se haure uma sistematização e reflexão científica evidente no claro empreendimento de um discurso de fundamentação, ordenação, compreensão e explicação⁹. Nesta perspectiva, comenta Fernando Oliveira no *Livro da Fábrica das Naus* que a «arte é doutrina tirada do uso e prática dos bons oficiais. E se o bom oficial tiver muita e bem entendida prática dos outros bons oficiais, terá arte e se tiver bom entendimento para saber usar dela e usar bem dela será artista e poderá ser mestre. E a arte tal se pode cometer, que supra de sua suficiência onde as regras faltam. Portanto, o que lhe comete é que com bom entendimento e bem atentado supra as coisas onde as regras faltam para tal somente.»¹⁰

⁸ Fernando Oliveira, *A Arte da Guerra do Mar*, Lisboa, Ministério da Marinha, 1969, p. 87. Procedi à actualização da linguagem dos textos escritos em português antigo.

⁹ Recorde-se que classicamente era hábito dizer-se, com alguma verdade, que a ciência tinha nascido na Grécia, por volta do século VI a. C., com a preocupação de fundamentar e sistematizar o saber. Do mesmo passo, surge um certo distanciamento entre o saber puro e a aplicação.

¹⁰ Fernando Oliveira, *Livro da Fábrica das Naus*, Lisboa, Academia da Marinha, 1991, p. 79.

Este trecho é deveras nevrálgico para enunciarmos uma definição medular da construção do pensamento científico oliveiriano: a íntima e indispensável convivência entre a teoria e a prática e uma contaminação necessária entre a doutrina e o saber técnico-prático.

A construção do edifício teórico-epistemológico deve grande informação à praxicidade, se quisermos, à exercitação técnica. Não obstante, a utensilagem teórica, o «bom entendimento» é decisivo para o melhoramento da competência técnica, bem como esta clara compreensão de índole nitidamente mais abstracta, pode possibilitar a inovação, a transposição dos limites pontuais da codificação convencionalizada pelo estabelecimento de um saber consignado sob a forma de regras.

Em nosso entender, encontra-se aqui o nó górdio da noção de ciência desenvolvida por este humanista. Com efeito, esta contaminação, que sublinha e evidencia a necessidade sistemática de um conhecimento concomitantemente científico e técnico onde aparentemente a vertente técnica abafaria a valorização epistemológica, vai conceder um lugar importante à vertente científica como resultado e como possibilidade de avanço gnosiológico, pois «cumprir que saiba o tal oficial tanto de arte que se possa isso confiar dele e que tenha tanta prática e tão bom entendimento que possa acrescentar na arte coisas boas e necessárias»¹¹.

Neste quadro de reflexão emerge o conceito aglutinador e polarizador do entendimento científico no autor que nos ocupa este estudo — o conceito-chave de arte. Explica Luis Filipe Barreto que «o vocábulo *Arte* recobre, no quadro semântico do Renascimento, um vasto e polissémico campo que vai desde a acção humana em diferenciação ou oposição à natureza até ao significado de disciplina de conhecimento. Em Fernando Oliveira ele é principalmente o manifesto duma teoria praticista, dum quadro ordenador que considera a teoria como uma normalização propedêutica e acessível da prática experiencial (que

¹¹ *Ibidem*, p. 79.

é o primeiro e o verdadeiro fundamento do saber) que generaliza o acesso ao conhecimento verdadeiro.»¹²

Deste modo, como já vimos, a arte delineia-se como doutrina auferida do conhecimento depurado do saber prático. Por seu lado, a arte engloba um conjunto de regras que exigem o cumprimento por parte dos seus executores. Conjunto esse que constitui uma lei que define e identifica o grupo dos seus agentes, formando uma espécie de *comunidade científica* que regula e estabelece os parâmetros e limites da prática científica: «Deve-se guardar sempre a regra da arte e cumpre que sejam os oficiais submetidos a ela como a lei, porque isso quer dizer arte, lei que liga e aperta os seus oficiais dentro dos limites das suas regras, porque este nome arte vem dum verbo latino que é *arceo*, o qual quer dizer constringer.»¹³

O estatuto epistemológico da arte desenvolve um código legal que implica o estabelecimento de regras gerais e particulares que devem ser seguidas no exercício prático: «Guardem os carpinteiros as regras gerais e muito mais as particulares porque o erro particular é mais prejudicial que o geral.»¹⁴

Uma das regras de captação de conhecimento científico-técnico a que Fernando Oliveira dá grande relevo, mormente ao nível do *modus faciendi*, é à aristotélica *imitatio naturae*¹⁵ bastante enfatizada pela reflexão tomista-cristã. Assim, a arte apresenta-se em grande medida como uma leitura analógico-imitativa dos exemplos da natureza: «De maneira que muitas coisas há nas artes que trazem imitação da natureza, ordenando assim Deus para nossa doutrina.»¹⁶

Verifica-se um acentuado esforço de especialização técnico-científica em Fernando Oliveira, através do uso de vocábulos próprios e rigorosamente significativos de um campo se-

¹² Luis Filipe Barreto, *op. cit.*, p. 55.

¹³ Fernando Oliveira, *op. cit.*, p. 81.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ Sobre as relações arte/natureza em Aristóteles, veja-se A. Maison, *Introduction à la physique aristotelicienne*, Lovaina, s. n., 1945.

¹⁶ *Ibidem*, p. 83.

mântico restrito. Utiliza-se, nesta linha especializante, uma utensilagem conceptual específica ao lado de uma terminologia técnica, o que instiga a produção de um conhecimento crescentemente rigoroso e circunscrito. Todavia, esta atitude promove um distanciamento progressivo em relação aos outros situados no exterior e não detentores de uma chave descodificadora, dificultando a comunicação e a sua compreensão. Porém, esta distância é, em grande medida, atenuada pela preocupação pedagógica de Fernando Oliveira, como veremos mais à frente.

Porém, esta tendência especializante releva da dimensão filológico-humanista que aparece em vários pontos do programa técnico de Fernando Oliveira e que ganha aí também uma posição de grande relevo.

Por fim, o trajecto técnico-científico de Fernando Oliveira manifesta o chamado «processo de aritmatização do mundo real»¹⁷, que estava em curso na comunidade científica humanista. Este autor, no seu esforço de radicação e exposição rigorosa de conhecimento, manifesta a tentativa de aritmatização do real pelo recurso à utilização da numeração árabe, nomeadamente nas figuras exemplificativas da apresentação da construção naval¹⁸.

E isto é significativo não só para a acentuação do pendor rigoroso do conhecimento que se quer expor, como testemunha o desenvolvimento da aritmatização do real, que, segundo A. A. Marques de Almeida, «desempenha um papel fundamen-

¹⁷ Sobre este assunto ver o texto de A. A. Marques de Almeida, denominado «Aritmatização do real na sociedade portuguesa (séculos XIV-XVII)» na obra editada em homenagem a Luis de Albuquerque: Contente Domingues e Luís Filipe Barreto (orgs.), *A Abertura do Mundo*, Lisboa, Presença, 1985. Aí explica Marques de Almeida que as «as origens deste *processus* devem procurar-se na cultura árabe, no seu gosto pela formalização da experiência sensível, na preocupação de transformar o real físico e de apreender o sentido profundo dessa transformação», p. 155.

¹⁸ Cf. Fernando Oliveira, *Livro da Fábrica das Naus*, cit., pp. 87, 92, 97, 99-100, 103-104, 107-109.

tal — exactamente como agente dessa aritmatização — o sistema de numeração de posição, ou melhor, o sistema de notação árabe»¹⁹.

Todos estes aspectos salientados fazem emergir em Fernando Oliveira uma ambiência gnosiológica que se pode definir como sendo um conhecimento que se constrói com a vertente técnica aliada à dimensão científica.

A experiência como fonte do conhecimento científico

Porque o regular curso das coisas, em que os homens trabalham, é que cada um colhe a novidade da terra segundo o que nela semeou.

JOÃO DE BARROS

Em consonância com outros teóricos dos Descobrimentos e do Renascimento, Fernando Oliveira vai eleger o experiencialismo como fonte e metodologia, por excelência, do conhecimento científico que se pretende verdadeiro e objectivo, cimentado no primado da experiência como categoria central, definidora do programa de saber, desde a hipótese à prova, desde a descrição à explicação²⁰.

Luis Filipe Barreto selecciona, no quadro dos cientistas dos Descobrimentos portugueses, um reduzido número de personalidades passíveis de serem integradas na escola experimentalista: «As figuras enunciadas da teoria científico-filosófica do experimentalismo são: Duarte Pacheco Pereira, D. João de Castro, Fernando Oliveira, Garcia da Orta e Cristóvão da Costa.»²¹ O mesmo estudioso define esta corrente científica, ao explicar que «a meditação teórico-crítica da cientificidade dos Descobrimentos e, muito em especial, das quatro figuras essenciais da sabedoria do mar leva à elaboração duma filosofia

¹⁹ A. A. Marques de Almeida, *op. cit.*, p. 155.

²⁰ Cf. Luis Filipe Barreto, *op. cit.*, pp. 32-33.

²¹ *Ibidem*, p. 33.

em torno dos fundamentos do valor objectivo/verdadeiro (a que chamamos experiencialismo)»²².

A verificação experiencial é o lugar judicial de avaliação da cientificidade rigorosa do conhecimento que se quer sistematizar. É significativo este passo do livro *A Arte da Guerra do Mar*, acerca da importância da experiência, a qual não dispensa, todavia, a teoria: «Depois de bem equipados seus navios, o capitão consultará da partida com homens que para isso trará em companhia [...] discretos e experimentados nas coisas do mar e da guerra, nas quais aproveita pouco a descrição sem a experiência e esta sem aquela nada. No mar e na guerra cumpre ver e discernir.»²³ Nesta observação e respectivo discernimento reside o cerne da noção do experiencialismo que é precisamente o confronto crítico entre a teoria e a prática, entre a doutrina e a técnica. A palavra *discernimento* assume um significado altamente definidor da escola experiencialista que concilia de forma permanente a teoria e a prática, a acção técnica e o pensamento científico que se enriquecem mutuamente.

No plano prático-observacional, o sentido da visão ocupa um lugar cimeiro na recolha verificacional de informação para efeitos de comparabilidade gnosiológica, selecção e hierarquização valorativa dos dados do conhecimento. Por exemplo, quando Fernando Oliveira explica os géneros e a qualidade da madeira para a fabricação das naus evidencia a predominância da visão como instrumento sensível para obtenção de saber experiencial: «Nesta terra temos dois géneros de madeira muito apropriada para estas duas partes das naus, cada um para a sua: as quais são sovaro e pinho. O sovaro para o liame e o pinho para o tavoado. E são, a meu parecer, os mais acomodados para isto, que todos os que *eu vi*²⁴ [...] porque o sovaro é muito rijo e não apodrece na água, mas antes refresca e endurece [...].»²⁵

²² *Ibidem*.

²³ Fernando Oliveira, *A Arte da Guerra do Mar*, cit., p. 83.

²⁴ O itálico é nosso.

²⁵ Fernando Oliveira, *Livro da Fábrica das Naus*, cit., p. 63.

Noutro plano, o exercício prático da mais variada ordem é uma condição mobilizadora e fulcral para o avanço da ciência, se quisermos, para operacionalizar a possibilidade do progresso científico-técnico. Neste sentido, refere o autor que «o uso achou, diz Virgílio, tirar das ervas pão e das pedras fogo. Assim também acha cada dia nesta nossa arte muitas perfeições que os antigos não alcançaram.»²⁶

Em suma, o experiencialismo, como metodologia de conhecimento científico em Fernando Oliveira, alia a teoria à verificação prática e releva a exercitação como meio bipolar de inovação e revisão teórica crítica. Como conclui Luís Filipe Barreto: «A construção do experiencialismo é uma luta que atravessa todo o século XVI entre, fundamentalmente, duas propostas: a do experimentalismo como empirismo sensorial e a do experimentalismo como racionalismo crítico-experiencial. Este combate desenrola-se, sobretudo, no campo do conhecimento verdadeiro sobre o mar (a marinharia), envolvendo temas de astronomia náutica, de representação cartográfica e de engenharia naval (ou seja, os sectores de investigação científica e de tecnologia de ponta da cultura renascentista).»²⁷

A teoria científica emerge em Fernando Oliveira do discernimento produzido do confronto crítico prático-doutrinal. Aqui a compreensão ocupa um lugar cimeiro. Provavelmente, o requisito fundamental do pensamento científico de Oliveira: «E também me parece que não ensinando esta arte porque a não entendiam bem: porque os mestres que entendem mal o que ensinam são escuros na prática, assim como os sem entendimento estão escuros nas matérias que praticam.»²⁸ Este entendimento teórico-prático será uma chave conceptual fundamental para abrir o quadro epistemológico para a inovação e aperfeiçoamento.

A escola experiencialista fundou-se nos dados resultantes de uma intensa actividade investigacional. As viagens que Fernando Oliveira teve a oportunidade de realizar proporciona-

²⁶ *Ibidem*, p. 62.

²⁷ Luís Filipe Barreto, *op. cit.*, p. 33.

²⁸ Fernando Oliveira, *op. cit.*, p. 55.

ram-lhe o cumprimento de um vasto programa de investigação muito útil para a elaboração do seu conhecimento: «porque para isso tomei trabalho andando por muitos portos de mar da Espanha, França, Itália, Inglaterra e alguns de terra de mouros, vendo suas taracenas e praticando com seus carpinteiros, apresentando seus estilos e modos desta carpintaria e fábrica»²⁹.

Necessidade/utilidade como móveis de aperfeiçoamento e inovação

A época dos Descobrimentos foi mais um degrau percorrido, e talvez um dos mais importantes, nessa escadaria que o homem não cessa de subir para acabar com o mistério.

LUÍS DE ALBUQUERQUE

Fernando Oliveira, no seu discurso científico, apresenta as categorias da necessidade/utilidade como *motores* que conduzem ao exercício prático da *arte*, exercitação essa que produzirá conseqüentemente, e em seu entender, a inovação e o aperfeiçoamento: «Porém, não foram logo no princípio as artes perfeitas, como acima disse, nem estas da navegação e fábrica naval. Mas, pouco a pouco se foram aperfeiçoando muito mais onde se mais frequentam e usam como fazem nesta terra, porque a indústria dos homens quanto mais usa das artes, tanto mais perfeições lhe acrescenta, requerendo assim a necessidade, ensinando a razão e entendimento.»³⁰

A consciência de que as ciências inventadas pelos antigos eram imperfeitas agudiza-se na escola do experientialismo e como contraponto exorbita-se o esforço de aperfeiçoamento e inovação que a empresa dos Descobrimentos possibilitou ao conhecimento científico.

²⁹ *Ibidem*, p. 56.

³⁰ *Ibidem*, p. 61.

O pensamento científico de Fernando Oliveira é atravessado pela pertinente convicção científica de que a exercitação prática é a grande responsável pelo aumento de quocientes de progresso científico, progresso esse que é estimulado, em grande medida, pela necessidade quer de carácter meramente vital, quer de carácter existencial mais complexo, ou seja, devido à necessidade de satisfação de objectivos sócio-políticos estipulados à partida: «E porquanto os navios são necessários para a arte da navegação e a navegação para a gente desta terra de Portugal, cujas vivendas em muita parte pendem do mar — não somente as do povo, mas também as do estado real, que pelo mar têm muitas ilhas, terras e conquistas: as quais não se podem conquistar, nem governar sem navegação.»³¹ Nesta linha de ideias, Luís de Albuquerque tem razão ao afirmar que «não restam dúvidas que neste domínio os estaleiros portugueses deram um enorme contributo para a arte de construção naval»³².

Acrescente-se a este aspecto todo o conjunto de dados que a expansão marítima de Portugal acumulou, os quais permitiram o desenvolvimento da chamada ciência náutica³³. Também, neste sentido, escreve Luís Filipe Barreto: «Os Descobrimientos portugueses levam, no plano da cultura discursiva, à constituição dum planetário banco de dados. Pela primeira vez, na existência do homem, assistimos a uma observação, classificação e acumulação sistemática de dados planetários do mais variado tipo (desde latitudes, bacias hidrográficas e declinações magnéticas de lugares, até à botânica, zoologia, mineralogia, sem esquecer os tipos de organização política, religiosa, económica e os valores e os conhecimentos).»³⁴

³¹ *Ibidem*, p. 55.

³² Luís de Albuquerque, «A ciência...», cit., p. 21.

³³ A ciência náutica é definida por Luís de Albuquerque como o «conjunto de regras, na sua quase totalidade de carácter astronómico, que foram sendo introduzidas na pilotagem a partir de meados do século xv». Luís de Albuquerque, *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

³⁴ Luís Filipe Barreto, *op. cit.*, p. 19.

Em suma, o mobilizador intento expansionista dos Portugueses, tendo na base necessidades económicas e motivações religiosas, produziu uma recolha intensa de dados e a sua verificação e exercitação prática que contribuiu para a inovação e avanços científicos e técnicos com uma dimensão até então nunca conhecida.

A crítica e o recurso à *Auctoritas*

A ciência e a técnica do Renascimento constituem, como é sabido, um ponto-chave no curso de evolução. Nelas se anuncia a ruptura com a imagem aristotélica do mundo (aquela poderosa tradição da Antiguidade) e berço de uma nova atitude e de uma nova relação frente à Natureza.

HERMAN J. MEYER

A expansão europeia protagonizada pelos Portugueses constituiu um marco revolucionário na história do pensamento científico, pois inaugurou a possibilidade de revisão crítica do sistema científico consignado pela cultura greco-romana e pelo pensamento cristão medieval. Esta revisão foi possibilitada pelo confronto entre a doutrina escrita, dogmatizada durante séculos, e a verificação prática que pôs em causa muitas pseudoverdades das grandes autoridades científicas clássicas.

Assim sendo, constata-se uma generalizada operação de correcção dos filósofos e cientistas clássicos e medievais nas suas mais variadas áreas do conhecimento, a saber, na cartografia/geografia, na ciência náutica, na astronomia, na biologia, etc. Até o crepúsculo da Idade Média, a tradição científica de matiz escolástica vigente tinha por regra fundamentar a sistematização de todo o conhecimento científico na autoridade dos grandes mentores da ciência da Antiguidade.

O renascimento e a reviravolta operada pelo pensamento humanístico contribuiu para rever esta atitude acrítica em relação às autoridades científicas do passado. Fernando Oliveira

é um exemplo paradigmático, como homem de ciência, que assume uma atitude crítica revisora dos saberes estipulados desde a Antiguidade acerca do mundo e da prática científica que o torna, também neste plano, um renascentista e um humanista de posicionamento cimeiro.

A primeira nota dominante a destacar no processo de revisão da literatura científica e da nítida consciência da importância da rapidez e da quantidade e qualidade do avanço operado na ciência, neste caso que estudamos — a ciência náutica —, pela realização das navegações portuguesas em relação àquilo que foi historicamente feito até então: «Pouca vezes se lê que os gregos nem latinos navegassem fora do mar Mediterrâneo, de que somente eram capazes os seus navios. Os nossos agora são capazes também do oceano todo por todo o mundo, ou a maior parte dele. O qual os nossos marinheiros em nossos dias descobriram e os seus nunca conheceram. Mais louvor se deve nisto aos nossos que aos gregos, nem latinos, porque mais têm feito pela navegação em oitenta anos, de que eles fizeram em dois mil anos que reinaram. E mais perfeições têm acrescentado a esta arte, de que eles nunca fizeram.»³⁵

O autor salienta um aspecto fundamental e significativo para o avanço da ciência náutica operado pelos Portugueses: a transposição da navegação *regional* do Mediterrâneo de carácter longitudinal, para a navegação latitudinal do Atlântico e depois atingindo a escala planetária. É uma fronteira histórica decisiva que foi ultrapassada e que revolucionou o horizonte epistemológico tradicional. Este argumento histórico-apologético da mais-valia científica dos portugueses modernos justifica e autoriza o autor a criticar a *menoridade* científica, nomeadamente dos autores greco-romanos.

Desde logo, apresenta F. Oliveira a obra *Livro da Fábrica das Naus* como original no contexto desta área científica: «Da qual ninguém escreveu até agora, em nossa língua, nem grega, nem latina, nem outra alguma que eu saiba [...]»³⁶ Esta

³⁵ Fernando Oliveira, *Livro da Fábrica das Naus*, cit., p. 62.

³⁶ *Ibidem*, p. 56.

constatação de um vazio de literatura científica neste âmbito move-o a escrever esta obra e a anunciá-la como pioneira, como de facto foi. Em jeito de parêntese, também, denota-se aqui uma valorização da consignação por escrito dos conhecimentos (memória escrita) como atitude cultural de sistematizar, ordenar e tornar acessível o conhecimento³⁷.

Movido por esta consciência de que estava a dar um contributo inédito para o conhecimento científico, opera confiada e firmemente uma crítica sistemática às autoridades científicas do passado. Primeiro, começa por desmentir os gregos e latinos quanto à datação da antiguidade da arte que ele está a tratar, depois de fazer uma sintética resenha histórica sobre a evolução desta ciência: «Finalmente esta arte é mais antiga do que dizem os escritores gregos e latinos: porque os latinos ainda são mais novos que os gregos e os gregos tomaram a memória das antiguidades.»³⁸

Ao fazer a depuração crítica da origem desta ciência, critica as teses de cariz mitológico dos gregos: «Escrevem os gregos que o seu deus Neptuno foi o primeiro que inventou a arte de navegar e fabricar navios — no que assim erram, como eu lhe chamar deus porque tão falsa é uma coisa como a outra [...] Homero diz que sempre se navegou pelo mar e o sempre em Deus não tem começo e se não tem começo, como inventou o que sempre fez sem ter começo? Porque inventar é começar de novo.»³⁹ Fica bem patente nesta revisão crítica da literatura sobre a arte náutica a preocupação de correcção filológica, do apuramento do sentido preciso das palavras, surpreendendo criticamente as contradições semânticas dos antigos⁴⁰. Recor-

³⁷ A este respeito é interessante o livro de Fernando Bosa Alvarez, *Del escribano a la biblioteca. La civilization da escrita e la alta Idade Moderna (XV-XVII)*, Madrid, Sínteses, 1992.

³⁸ Fernando Oliveira, *op. cit.*, p. 61.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ Sobre este assunto Michel Foucault faz uma reflexão interessante e propositada sobre a linguagem no século XVI, que merece o nosso registo: «No século XVI, a linguagem oral não é um conjunto de signos independentes, uniformes e livres, onde as coisas viriam reflectir-se como

de-se que Fernando Oliveira era um gramático de nomeada, sendo a sua primeira obra editada uma gramática de português, por sinal a primeira na história da língua portuguesa, editada em 1536⁴¹. Portanto, o rigor filológico acompanha todas as obras do autor, rigor esse que nos proporciona uma leitura semântica rigorosa do vocábulo e dos seus diferentes significados. Este aspecto reveste-se de grande importância, na medida em que podemos observar em Fernando Oliveira uma das primeiras tentativas de apresentar um vocabulário técnico-científico com pretensão de rigor.

A variedade de teses históricas acerca da origem da arte, analisadas historicamente pelo autor, é entendida como factor de descrédito das conclusões dos antigos: «Uns dizem que inventaram esta arte no mar helesponto os troianos: outros dizem que Danau a trouxe do Egipto para a Grécia e outros dizem variedades. Mas a sua variedade é argumento para não crermos que dizem a verdade.»⁴²

Embora Fernando Oliveira, ao longo das suas obras, corrija constantemente as autoridades antigas, distanciando-se qualitativamente da reflexão científica escolástico-medieval, não deixa de recorrer às mesmas autoridades para autorizar as suas conclusões naqueles aspectos em que considera que elas estão em sintonia positiva com o seu pensamento. A título de exemplo, podemos apontar um interessante recurso a Cícero feito por parte de Oliveira para fundamentar abonatoriamente a sua tese, segundo a qual a ciência é o resultado do labor

um espelho para anunciar uma verdade singular. É antes uma coisa opaca, misteriosa, cerrada sobre si mesma, massa fragmentada e total, enigmática, que se mistura aqui e ali às figuras do mundo, e com elas se confunde; tanto é assim que todos juntos formam uma rede em que cada um pode desempenhar, e com efeito desempenha, em relação a todos os outros, o papel de conteúdo ou de signo, de segredo ou de indicação.» Michel Foucault, *As Palavras e as Coisas*, Lisboa, Edições 70, 1991, p. 90.

⁴¹ Cf. Fernando Oliveira, *Gramática de Linguagem Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975; e ver, a este respeito, Maria Leonor Carvalhão Buescu, *Gramáticos Portugueses do Século XVI*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978, pp. 51-56.

⁴² Fernando Oliveira, *Livro da Fábrica das Naus*, cit., p. 62.

racional do homem, operando uma cisão crítica com as explicações de natureza mitológica da origem da ciência: «E por isso diz Cícero que a natureza racional ensina a buscar as artes necessárias. E com o instinto natural, que dá para isso motivo, o uso descobre muitos segredos que a natureza das coisas tem em si ocultas.»⁴³ É o rebater da tese que defende que a exercitação prática conduz à descoberta das leis da natureza e aumenta a possibilidade de domínio do homem em relação à mesma natureza.

Os que usam do conhecimento científico devem acatar a sistematização doutrinal das autoridades, cuja produção científica tenha sido considerada racional e experiencialmente válida: «[...] ainda que tenha singular engenho e invenção, todavia, sempre se há-de conformar com a arte, quero dizer, com a doutrina dos passados que já esteja aprovada e posta em uso pela boa razão que se nela acha.»⁴⁴

Atitude científico-pedagógica: para uma ciência aberta

O que sabem devem aos portugueses, que os instruíram e ensinaram a navegar no alto mar e em províncias remotas, lhe o não deve apenas a Espanha, mas toda a Europa.

TOME CANO

Não seremos injustos se considerarmos Fernando Oliveira um bom pedagogo. De facto, uma preocupação pedagógica, em nosso entender bem conseguida, percorre toda a obra científica do autor, atenuando a tendência marcadamente especializante com o esforço de destilação dos significados dos saberes apresentados, de forma a tornar acessível a sua apreensão.

O autor valoriza sobremaneira aqueles que assumiram o múnus do ensinar os conhecimentos técnico-científicos aos

⁴³ *Ibidem.*

⁴⁴ *Ibidem*, p. 81.

povos. Este estatuto pedagógico é dado na modernidade a um povo que, em sua opinião, foi um grande pedagogo científico. E com o seu sentimento *nacional* incontido elogia quase epicamente os Portugueses como os grandes mestres do avanço que se tinha operado na ciência: «Porém, são dignos de louvor e prêmio os que ensinaram aos povos as coisas necessárias e muito mais os que inventaram, acrescentaram ou emendaram as boas artes.»⁴⁵ A Portugal não é só dado categoria de pedagogo como a de criador de uma ciência nova.

Nesta perspectiva, é interessante notar que Oliveira considera que a atitude adoptada, durante muitos séculos, de manter a ciência oclusa, hermética e inacessível não favoreceu em nada o seu progresso, *a contrario sensu*, contribuiu para a sua estagnação e até para o seu retrocesso. Por isso, defende a sua acessibilidade a todos como forma de corrigi-la e fazê-la progredir. Mais uma vez os Portugueses, com a sua atitude generosa de abertura e de divulgação do seu conhecimento adquirido aos outros povos, protagonizaram esta nova atitude científica: «Desta maneira andava esta arte às escondidas, não vinha a lume para se emendar e acrescentar pelos juízos dos homens de bons entendimentos, que o costumam fazer em outras artes, como eu desejo que se faça nesta aqui por diante e que as pessoas que disto entenderem melhor que eu, escrevam e emendem o que a mim me falta porque nisso me farão honra e não afronta, porquanto eu pretendo aproveitar aos que desejam saber e não pretendo o próprio louvor, sem interesse, mas antes para mim será glória e gosto possibilitar o aproveitamento desta arte.»⁴⁶

É de destacar esta atitude de abertura científica revelada por Fernando Oliveira, o qual manifesta uma significativa atitude de humildade no reconhecimento da incompletude do conhecimento científico, não o chocando, antes o satisfazendo, o progresso e correcção que outros possam operar naquele que ele produziu. É uma nova e interessante atitude de humildade científica que manifesta amor à ciência e desejo genuíno do

⁴⁵ *Ibidem*, p. 63.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 56.

seu progresso. Aliás, o próprio autor valoriza e incita a que outros o corrijam e façam progredir o conhecimento científico porque só assim é possível contribuir para o progresso e bem-estar colectivo: «São de muita importância e quem quiser emendar esta obra, deve-os escrever com grande diligência ou fazer com maior, os documentos da guerra do mar, em especial nesta terra, onde as vivendas de muitos homens pendem desse mar.»⁴⁷

Também é relevante verificar no pensamento científico do autor que a arte de bem ensinar a ciência é factor decisivo para que se opere o seu progresso, dado que se o conhecimento científico for bem apreendido e compreendido, os seus protagonistas poderão inteligentemente aperfeiçoá-lo e operar inovações. Daí que haja uma preocupação em Fernando Oliveira de explicar tudo de forma clarividente e acessível, até com o recurso a metáfora de forma a que os destinatários apreendam bem o que se pretende ensinar. Escreve Pimentel Barata a este respeito: «O P.^o Fernando Oliveira tem excelente sentido didáctico da exposição das matérias e preocupa-se constantemente em bem definir os termos e explicar as razões das suas regras [...] A sua intenção didáctica manifesta-se particularmente nos desenhos que ele próprio executou, demonstrando bom domínio desta técnica.»⁴⁸

Esta atitude pedagógica inaugura uma nova relação com a ciência e acentua a importância da dimensão da inovação e aperfeiçoamento como forma de ela servir melhor o homem e a sociedade em que está inserido.

A noção de ciência em Fernando Oliveira, nomeadamente nas obras que analisámos, emerge de um esforço rigoroso de especialização em torno de um conhecimento extraído da sistematização crítica de dados recolhidos da experiência e investigação concreta do autor nos seus diversos contactos com outros povos e seus *modus faciendi* díspares, bem como pelo confronto crítico com o saber sistematizado pelos antigos.

⁴⁷ Fernando Oliveira, *A Arte da Guerra do Mar*, cit., p. 135.

⁴⁸ J. da Gama Pimentel Barata, *A «Ars Nautica» do P.^o Fernando Oliveira*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1973, p. 11.

Neste sentido, depara-se-nos um conhecimento científico resultante de uma prática experiencialista. Esta prática estrutura e fundamenta um saber que se pretende verificado e aperfeiçoado, bem como aberto pedagogicamente à inovação permanente.

O autor desenvolve ele mesmo e propõe aos seus colegas de ofício uma prática científica aberta. Não uma prática baseada na acumulação de saber protegida pelo critério de sigilo profissional, mas, pelo contrário, uma investigação científica que estimule a sua divulgação e explicação passível de possibilitar a acessibilidade a todos os que queiram, ou, pelo menos, que estejam aptos para perceber o código linguístico e tenham empenho em investir no incremento da ciência. Daí a preocupação do autor em consignar este conhecimento em código escrito e em solicitar a sua máxima publicitação, assim como admitir e reconhecer que os conhecimentos sistematizados até ao momento não se pretendem dogmáticos, mas podem e devem ser aperfeiçoados, revistos e passíveis de corrigibilidade pela prática e pelo esforço de inovação. Isto de forma a operacionalizar cada vez mais eficazmente aquilo que se compreende e sabe, visando o serviço do homem individual e colectivo, serviço esse entendido como a necessidade de satisfação de interesses sócio-políticos.

Portanto, a ciência para Oliveira encerra um saber que conjuga a teoria e a dimensão praxica, sendo esta o lugar privilegiado para testar e verificar criticamente aquela de maneira a aperfeiçoá-la. Nesta linha, a compreensão implica necessariamente a explicação, numa perspectiva de abertura e inovação permanente. Como explica L. F. Barreto: «O conhecimento da construção naval implica, no da linguagem e do pensamento de Fernando Oliveira, a aliança entre o pensamento técnico e a doutrina político-económica [...]. Esta aliança obriga a pensar o conhecimento e a realidade do navio em termos de funcionalidade e de cálculo económico, a avaliar os resultados tecnológicos de, por exemplo, a tonelagem, em parâmetros atentos à *despesa e receita*.»⁴⁹

⁴⁹ Luís Filipe Barreto, *op. cit.*, p. 62.

Assim sendo, a noção ciência em Fernando Oliveira exprime uma coesão muito estreita e interdependente entre a teoria científica e a tecnologia aplicada, sendo esta *promiscuidade* móbil de enriquecimento dos dois campos em intercruzamento.

As palavras-chave fundamentais para a compreensão de ciência em Fernando Oliveira são a doutrina, a criação de regras que possibilitem um crescente rigor, o aperfeiçoamento/ inovação, a utilidade/necessidade, a especialização e o desbloqueamento pedagógico que permita a ascendente perfeição desse conhecimento e a sua normalização clara, bem como a possibilidade de, ao ser aprendido, ser concomitantemente inovado pelas gerações vindouras.

Este entendimento científico de Oliveira integra-se plenamente no ambiente científico gerado nos descobrimentos portugueses, mais precisamente da escola experiencialista. Como bem conclui L. F. Barreto: «Os Descobrimentos geraram, ao longo do nosso século XVI, um território científico e filosófico directa ou indirectamente articulado à sua problemática rigorosa. Essa totalidade cultural rigorosa vai desde o mundo geográfico-náutico ao campo das matemáticas e medicina. Desde a prática técnica dos engenhosos renascentistas à teoria hipotética dos cientistas dialogantes com a ordem dos novos conhecimentos. A esse conjunto de produções discursivas chamamos Sabedoria do Mar.»⁵⁰

A ideia de Portugal⁵¹

Em termos de interesse filosófico, para uma filosofia da ideia de Portugal, importa relevar aqui para análise a obra

⁵⁰ Luís Filipe Barreto, *Descobrimentos e Renascimento. Formas de Ser e de Pensar nos Séculos XV e XVI*, (Lisboa), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p. 187.

⁵¹ Para um aprofundamento do que sintetizamos de uma forma muito breve neste estudo sobre a problemática da vida e da obra de Fernando Oliveira, particularmente da sua obra historiográfica, ver o nosso

historiográfica de Fernando Oliveira escrita no epílogo da sua vida profícua de cerca de setenta e cinco anos. Esta obra é concebida no contexto conturbado do pleito sucessório aberto na sequência do desaparecimento do rei D. Sebastião em Alcácer Quibir que derramou sobre a consciência portuguesa um estado de crise que obrigou a repensar a identidade do reino (aliás, como é próprio dos momentos de crise ou de grande exultação como tinha acontecido na história triunfalista recente das gestas dos Descobrimentos agora traumáticamente interrompida com a iminência da absorção espanhola). F. O. dá voz a essa preocupação, a esse sentir colectivo, de repensar a condição portuguesa com a redacção daquela que consideramos ser a primeira História de Portugal por volta de 1581/1582. Além de ser a primeira *História de Portugal* assim nomeada que se conhece, esta obra comporta o primeiro projecto historiográfico architectado para fazer uma história geral do reino, a qual foi precedida pela escrita, por volta de 1579, de um texto anterior, que catalogamos como um esboço da história global do reino propriamente dita, intitulado *Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal*. Este livro e a *História de Portugal* permaneceram até há bem pouco tempo inéditos na sua quase totalidade no Fonds Portugais da Biblioteca Nacional de Paris. Assim, estas duas obras de historiografia encarnam não apenas um mero programa de relato da história portuguesa, mas muito mais do que isso encerram um programa de intervenção ideológica no quadro político da crise dinástica, propondo uma releitura do destino histórico-temporal da nação portuguesa e da natureza do seu reino numa perspectiva que assume contornos de configuração mítica e utópica.

É, por isso, uma escrita da história portuguesa original que antecipa e inaugura aquela produção histórico-literária que veio a denominar-se *Literatura Autonomista* do período filipino,

estudo desenvolvido: José Eduardo Franco, *O Mito de Portugal: a Primeira História de Portugal e a Sua Função Política*, Lisboa, FMMVAO/Roma Editora, 2000.

que teve como produções mais emblemáticas a historiografia nacionalístico-mitificante dos historiógrafos de Alcobaça consignada nos densos volumes da *Monarquia Lusitana*.

Fernando Oliveira, enquanto precursor destes mitógrafos da identidade portuguesa, estabelece aquilo que podemos chamar o mito das origens sacrais da nacionalidade portuguesa. À semelhança do que era prática em muita historiografia das emergentes nações europeias do tempo, Oliveira faz retrotrair as raízes de Portugal aos patriarcas bíblicos da idade pós-diluviana do repovoamento universal da Terra. Define o carácter ontológico original do reino de Portugal a partir da sua historiogénese e da sua sociogénese que teria decorrido do mandato divino conferido a Noé para repovoar a Terra após o castigo diluviano. Teria sido encarregado de povoar a parte mais ocidental da Europa, que viria a ser o pólo por excelência da Cristandade, Tubal neto de Noé. Este teria começado o povoamento (reivindica esta versão F. O. contra a historiografia castelhana da mesma índole) precisamente pelo território português e não pelo espanhol, como queriam os historiadores do reino vizinho, onde funda reino e reinado.

O escopo deste discurso mitificante é defender para Portugal uma antiguidade maior e conferir-lhe, através desta primazia e da patriarcalização das suas origens, uma nobreza, uma superioridade étnica, que o elevasse ao estatuto de primeiro reino da cristandade, à frente de Espanha, que reivindicava o mesmo para si. Desta primazia fundacional transcendentalizada pela sua natureza sacral ao ser-lhe adscrito na base um mandato divino, o autor retira-lhe implicações ontológicas e teleológicas que tenta demonstrar através da narração do percurso histórico do reino até ao tempo presente como, de facto, pretendia. O reino de Portugal é apresentado como um reino de fundação divina, portanto, um reino eleito matricialmente e protegido, imunizado, no seu transcurso temporal, pelos céus contra os inimigos exógenos e endógenos. A especificidade matricial da sua natureza política enquanto reino e da sua natureza sociogénica enquanto povo, a quem foram conferidas prerrogativas de liberdade ontológicas, torna Portugal (desde os tempos primigénios assim chamado, advoga o autor contra a tese da precedência da Lusitânia) um reino-sempre-

-livre. Esta imunidade a qualquer projecto de dominação estrangeira é garantida pela vontade dos Portugueses assistida divinamente, capaz de eleger e depor reis e manter-se detentor da continuidade da essência do reino mesmo quando condicionada temporária e parcialmente por poderes externos. Estes poderes na realidade nunca chegam a dominar e exaurir a totalidade da «liberdade portuguesa», que se mantém sempre intacta num resto de território nacional e num resto de povo inviolados. Estas prerrogativas fazem de Portugal um reino muito especial, perene e imune contra todas as tentativas de dominação e extinção plena da herança matricial do reino consubstanciada numa dada porção de território, num dado povo e num projecto político-religioso de amplitude universal.

A dimensão transcendentalizada da história é plenamente compreendida em função da missão que lhe teria sido providencialmente destinada pelos céus: a missão de universalizar o cristianismo, missão prefigurada primigeniamente e, mais tarde, revelada profeticamente a D. Afonso Henriques (que não é visto como o primeiro rei, mas sim o primeiro rei restaurador) e começada a concretizar-se no tempo dos Descobrimentos e da missão planetária, mas ameaçada de ser interrompida abruptamente com o desfecho da crise sucessória. Esta missão que é, acima de tudo, de natureza religiosa confere a Portugal o estatuto de povo eleito da Nova Aliança prefigurado no povo hebreu, povo eleito do Antigo Testamento.

No entanto, à previsível interrupção da plena concretização da destinação portuguesa não lhe é dado carácter de irreversibilidade, mas é interpretada como mais uma prova, de pendor recorrente e já ocorrida analogicamente nos ciclos anteriores da história portuguesa, marcada pelos ciclos triádicos da idade de ouro/quebrantamento (dominação estrangeira)/restauração, restauração que será operada por um rei restaurador enviado por Deus, cujo protótipo foi D. Afonso Henriques. Por meio de uma hermenêutica analógica e pelo estabelecimento de tipologias homológicas, esta obra de F. O. comporta uma sublimar mensagem profético-teleológica que faz dela ao mesmo tempo um escrito protonacionalista e proto-sebastianista. Ao defender a perenidade da história da autonomia do reino de Portugal, ao advogar a impossibilidade da sua domi-

nação efectiva por potências estrangeiras e ao subentender a legitimidade da esperança num rei restaurador sempre que o reino sofre uma experiência de tentativa subjugação externa, a *História de Portugal* de Fernando Oliveira delinea a matriz ideológica da corrente messiânico-nacionalista do sebastianismo e configura-se como a precursora da filosofia sebastianista.

A peculiar filosofia que faz de Oliveira um autor proto-nacionalista é a filosofia do Portugalismo, da ideia fundamental de uma onticidade portuguesa ímpar que se afirmou na temporalidade como legado divino concebido a par e em função da proclamação utópica do missão de Portugal na liderança, frente ao resto da Europa, do processo de universalização da doutrina de Cristo e da reordenação do mundo à luz desta mensagem. Este pendor mítico-utopista faz de Fernando Oliveira precursor das obras utópico-proféticas dos séculos seguintes e das doutrinas quinto-imperialistas a elas inerentes que procuraram definir e redefinir do papel de Portugal no mundo.

Conclusões

Podemos caracterizar Fernando Oliveira como um autor do saber universalista, até se quisermos mesmo interdisciplinar *avant la lettre*. Universalista no plano gnosiológico pela abrangência dos saberes que dominava e que procurava abordar; universalista no plano culturológico e sociológico manifestado nos contactos estabelecidos com sentido investigativo com diferentes realidades culturais e sociais desde a espanhola, francesa, inglesa, italiana, árabe no Norte de África; universalista ainda no plano pedagógico, pois entendia que o saber não deveria ser codificado numa linguagem hermética apenas acessível a uma pequena elite detentora dos conhecimentos científicos, mas deveria ser oferecido em língua vernácula e acessibilizado ao maior número de interessados. Apesar desta abertura universalista no plano epistemológico, Fernando Oliveira não deixa de ser ao mesmo tempo um incondicional e apaixonado amante da sua pátria e um teorizador da superioridade da sua nação e um defensor da autodeterminação do reino de Portugal.

A sua obra gramatical e até mesmo as suas obras de ciência náutica (e de maneira mais intensa e peculiar a sua obra historiográfica) são transcorridas por uma atmosfera que podemos caracterizar de triunfalista de pendor nacionalizante. No seu manual gramaticológico, Fernando Oliveira conagra filologia e história, bem ao gosto humanista, para num tom claramente apologético aprofundar a antiguidade do Portugal no tempo e perscrutar e inscrever as raízes da sua língua vernácula num tempo quase imemorial e mítico. Tudo isto de modo a conceder uma originalidade e autonomizar a língua portuguesa da derivação absoluta do latim, ao mesmo tempo que procura dar-lhe capacidade de ascender ao patamar de língua de eleição da modernidade, a mais perfeita e a substituída da velho latim, com perfil suficiente para ser universalizada e servir de base à consolidação cultural e política do império português de dimensão planetária. Nas obras dedicadas à náutica, este autor exprime bem a euforia portuguesa em torno da exaltação da grandeza dos feitos realizados no quadro das viagens marítimas pelo processo de comparação sistemática das realizações operadas no presente com as dos greco-romanos. Em tudo Portugal teria superado os antigos, na dimensão das gestas e no avanço das ciências. Por isso é defendido para Portugal o direito ao *podium* das nações mais excelentes dos tempos modernos. Podemos dizer que toda a actividade científica e intelectual deste humanista é atravessada por um sentimento nacionalizante de defender para Portugal a vanguarda das nações da Europa.

BIBLIOGRAFIA

Obras de Fernando Oliveira

Manuscritas

Ars Nautica, c. 1570, Biblioteca da Universidade de Leiden (Holanda), Ms. Voss. Lat. F. 41, fls. 1-283v (existe uma tradução ainda inédita desta obra: *Arte de Navegação*, trad. de Rodrigues Esteves e Manuel Figueiredo, Lisboa, texto dactilografado, 1971).

- A Viage de fernão de Magalhães, escripta p hu homem q foy na copanhia*, c. 1570, Biblioteca da Universidade de Leiden (Holanda), Ms. Voss. Lat. F. 41, fls. 239-254.
- Liuro da Fabrica das Naos*, c. 1580, Biblioteca Nacional de Lisboa, Res. Cod. 3702, fls. 1-164.
- Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal*, c. 1579-1580, Fonds Portugais — Biblioteca Nacional de Paris, Ms. n.º 12, fls. 157-176.
- História de Portugal*, depois de 1580, Fonds Portugais — Biblioteca Nacional de Paris, Ms. n.º 12, fls. 1-152.
- Re Rustica de Columella* (tradução), Fonds Portugais — Biblioteca Nacional de Paris, Ms. n.º 12, fls. 177-272.
- Arte de grammatica de lengua castellana por el doctissimo maestro Antonio de Nebrissa compuesta*, Fonds Portugais — Biblioteca Nacional de Paris, Ms. n.º 12, fls. 273-339.
- História de Portugal de Fernando Oliveira*, copiada em 1831 por António Nunes de Carvalho, Fundo Memorial do Conselheiro Fernando Martins de Carvalho da Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa, Cota original: M. E. IX n.º 9II2 (actualmente em processo de recatologiação e informatização).

Impressas

- Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, 1.ª ed., Lisboa, Off. Germam Galharde, 1536; 2.ª ed., do visconde de Azevedo e Tito de Noronha, Porto, Imprensa Portuguesa, 1871; 3.ª ed., de Rodrigo Sá Nogueira e A. Ferreira Henriques, Lisboa, por José Fernandes Júnior, 1936; 4.ª ed., com estudo prévio e leitura modernizada de M.ª Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975; 5.ª ed., fac-simile da 1.ª ed., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981; 6.ª ed., fac-simile da 1.ª ed., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988; 7.ª ed., edição crítica, semidiplomática e anastática, de Amadeu Torres e Carlos Assunção, com texto introdutório de Eugénio Coseriu, Lisboa, Academia das Ciências, 2000.
- Arte da Guerra do Mar novamente escrita per [...] & dirigida ao muyto manifico senhor, o senhor dom Nuno da Cunha capitão das galees do muyto poderoso rey de Portugal dom Johão o terceiro*, 1.ª ed., Coimbra, per Johão Alvarez Emprimidor, 1555; 2.ª ed., com estudos prévios de Henrique Quirino da Fonseca e Alfredo Botelho de Sousa, Lisboa, 1937; 3.ª ed., reproduzindo a anterior, Lis-

- boa, Ministério de Marinha, 1969; 4.ª ed., idem e com fac-símile da 1.ª ed., Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1983.
- Um Roteiro Inédito da Circum-Navegação de Fernão de Magalhães*, transcrito por Marcus de Jong, Coimbra, Faculdade de Letras, 1937.
- Le Voyage de Magellan reconté par un homme qui fut en sa compagnie. Édition critique, traduction et commentaire du texte manuscrit recueilli par Fernando Oliveyra*, por Pierre Valière, com prefácio de Paul Teyssier, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1976.
- Fernão de Magalhães. A Primeira Viagem à Volta do Mundo Contada pelos que Nela Participaram*, edição feita por Neves Águas, Mem Martins, Europa-América, 1987.
- «Relato da viagem de Fernão de Magalhães», transcrito por Francisco Contente Domingos, in *Grandes Viagens Marítimas*, vol. 1, Lisboa, Publ. Alfa, 1989, pp. 99-126.
- «Liuro da fabrica das naos», in Henrique Lopes de Mendonça, *O Padre Fernando Oliveira e a sua Obra Nautica. Memoria comprehendendo um estudo biographico sobre o afamado grammatico e nautographo e a primeira reproducção typographica do seu tratado inédito «Livro da Fábrica das Naos», apresentada à segunda classe da Academia Real das Sciencias pelo [...]*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1898.
- Livro da Fábrica das Naus*, introdução de F. Contente Domingues e R. A. Barker, Lisboa, Academia de Marinha, 1991.
- Livro da Fábrica das Naus*, introdução de F. Contente Domingues e R. A. Barker, edição em português, inglês e chinês, Macau, Museu Marítimo, 1995.
- História de Portugal*, publicação incompleta (apenas os três primeiros capítulos do 1 livro) transcrita pelo general Pamplona, in *O Contemporaneo Político e Litterario*, t. II, t. III — 9.º caderno, 1820.
- Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reyno de Portugal; Hestorea de Portugal, recolhida de escritores antigos*, texto fixado e apresentado por Pierre Valière, Nantes, Université de Nantes, 1975.
- História de Portugal e Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal de Fernando Oliveira*, edição crítica de José Eduardo Franco, *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a Sua Função Política*, Lisboa, FMMVAO/Roma Editora, 2000.
- Re Rustica de Columella traduzida por Fernando Oliveira*, transcrita por Francisco José Maria de Brito, in *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, 1819-1820, t. IV-XII.

Sobre Fernando Oliveira

- ALBUQUERQUE, Luís de, «Fernando Oliveira, um português genial aventureiro e insubmisso», in *Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses, Séculos XV-XVI*, vol. II, Lisboa, Circulo de Leitores e Caminho, 1987, pp. 128-142.
- ASSUNÇÃO, Carlos da Costa, «Das gramáticas latinas à gramática da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira, primeiro gramático lusófono», in *Agália*, n.º 49, Primavera, 1997, pp. 51-60.
- BARATA, João da Gama Pimental, *A «Ars Nautica» do P.º Fernando Oliveira. Enciclopédia de Conhecimentos Marítimos e Primeiro Tratado Científico de Construção Naval (1570)*, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1972.
- BARKER, Richard, *Fernando Oliveira: The English Episode, 1545-1547*, Lisboa, Academia de Marinha, 1992.
- BARRETO, Luís Filipe, «Introdução ao pensamento técnico de Fernando Oliveira: em torno do *Livro da Fábrica das Naus*», in *Cultura-História e Filosofia*, vol. VI, Lisboa, 1987, pp. 613-626.
- BOURDON, Léon, «Épisodes inconnus de la vie de Fernando Oliveira», in *Revista Portuguesa de História*, t. V, Coimbra, 1951, pp. 439-451.
- BRITO, Francisco José Maria de, «Notícia sobre Fernão de Oliveira», in *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, t. IV, Abril, 1919, pp. 10-13.
- CIDADE, Hernâni, *Fernando Oliveira, «Homo Universale» Era também Filólogo*, Lisboa, Edição do Autor, 1976.
- COSERIU, Eugénio, *Língua e Funcionalidade em Fernão de Oliveira*, Rio de Janeiro, Presença, 1991.
- DOMINGUES, Francisco Contente, *Experiência e Conhecimento na Construção Naval Portuguesa do Século XVI: os Tratados de Fernando Oliveira*, Lisboa, Instituto de Investigação Tropical, 1985.
- , «Fernando Oliveira, primeiro técnico da construção naval em Portugal», in *Prelo*, n.º 6, 1985, pp. 21-27.
- , «Fernando Oliveira, um homem universal», in *Descobrimientos, História e Cultura*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1987, pp. 43-47.
- , «A obra técnica do P.º Fernando Oliveira (alguns aspectos)», in *Arquivo Histórico Dominicano Português*, vol. IV/2, Porto, 1989, pp. 209-217.
- , «Português, aventureiro, genial e insubmisso», in *Atlantis*, vol. 17, n.º 1, 1997, pp. 44-47.
- DOMINGUES, Francisco Contente, e BARKER, R. A., «O autor e a sua obra», in *Fernando Oliveira, Livro da Fábrica das Naus*, Lisboa, Academia de Marinha, 1991, pp. 11-27.

- , *Os Navios do Mar Oceano. Teoria e Empiria na Arquitectura Naval Portuguesa dos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004.
- FRANCO, José Eduardo, «A primeira história de Portugal: algumas pistas hermenêuticas sobre a obra historiográfica de Fernando Oliveira», in *Brotéria*, vol. 149, Julho, 1999, pp. 29-46.
- , «A História de Portugal do Padre Fernando Oliveira e a História do Futuro do Padre António Vieira: duas utopias em confronto», in *Actas do Congresso Internacional Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira*, vol. II, Braga, Universidade Católica Portuguesa/Provincia Portuguesa da Companhia de Jesus, 1999, pp. 945-968.
- , «A história de Portugal do Padre Fernando Oliveira e a história do futuro do Padre António Vieira: duas utopias em confronto», in *Ler História*, vol. 38, 2000, pp. 87-109.
- FONSECA, Quirino da, «Comentário preliminar», in Padre Fernando Oliveira, *A Arte da Guerra do Mar*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1983, pp. XI-XLI.
- GASPAR, João Gonçalves, «O aveirense Fernão de Oliveira», in *Boletim Municipal de Aveiro*, ano IV, n.º 8, 1986, pp. 37-46.
- , «Fernando de Oliveira e a sua obra náutica», in *Ciência e os Descobrimientos*, Lisboa, JNICT, 1996, pp. 217-254.
- , «Fernando Oliveira: obra náutica», in *Fernando Oliveira e o Seu Tempo. Humanismo e Arte de Navegar no Renascimento Europeu (1450-1650)*, Actas da IX Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia, edição organizada por Inácio Guerreiro e Francisco Contento Domingues, Cascais, Patrimónia, 1999, pp. 11-24.
- GOMES, Altino Magalhães, «Acerca da 'Ars Nautica'», in *Revista de Marinha*, n.º 752, 1986, pp. 33-38.
- JORGE, Teresa Margarida dos Anjos Reis, *A Obra Historiográfica de Fernando Oliveira*, História de Portugal e Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal, edição crítica, tese de mestrado apresentada na FCSH da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, texto policopiado, 2000.
- MATOS, Luís de, «A 'Ars Nautica' de Fernando Oliveira», in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. I, 1960, pp. 239-251.
- MENDONÇA, Henrique Lopes de, *O Padre Fernando Oliveira e a Sua Obra Náutica. Memoria comprehendendo um estudo biographico sobre o afamado grammatico e nautographo e a primeira reproducção typographica do seu tratado inedito «Livro da Fabrica das Naos» apresentada à segunda classe da Academia Real das Sciencias pelo [...]*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1898.

- NETO, José António, *A Comparative Study of the first Spanish Grammar by Antonio de Nebrija and the first two Portuguese Grammars by Fernão de Oliveira and João de Barros*, dissertação para obtenção do grau de Doctor of Philosophy, Washington, obra mimeografada, 1992.
- OUDINOT, J. P. Rangel de Quadros, *Aveirenses Notáveis*, s. l., texto mimeografado, s. d., pp. 5-11.
- PASSOS, Teresa Ferrer, *Fernão de Oliveira, 1.ª Gramática de Língua Portuguesa*, Lisboa, Edições Gazeta de Poesia, 1994.
- RADULET, Carmen, «Fernando Oliveira: a primeira anotação crítica da língua portuguesa», in *Fernando Oliveira e o Seu Tempo. Humanismo e Arte de Navegar no Renascimento Europeu (1450-1650)*, *Actas da IX Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia*, edição organizada por Inácio Guerreiro e Francisco Contento Domingues, Cascais, Patrimónia, 1999, pp. 25-36.
- REDACTORES, «Nota sobre a tradução dos livros de *Re Rustica* de Columela, por Fernando Oliveira», in *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, t. iv, Abril de 1919, pp. 5-6.
- RIBEIRO, António Silva, «O pensamento estratégico de Fernando Oliveira», in *Fernando Oliveira e o Seu Tempo. Humanismo e Arte de Navegar no Renascimento Europeu (1450-1650)*, *Actas da IX Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia*, edição organizada por Inácio Guerreiro e Francisco Contento Domingues, Cascais, Patrimónia, 1999, pp. 37-59.
- SILVA, Augusto R. Medina da, *Tentativa de Interpretação das Informações de Fernão de Oliveira sobre a Prenúncia Portuguesa do Século XVI*, tese de licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, texto mimeografado, 1954.
- TERENTIUS, *Comoediae*, Venetiis, in aedibus Tacuini da Tridino, 1533.
- TEYSSIER, Paul, *L'«História de Portugal» de Fernando Oliveira d'après le Manuscrit de la Bibliothèque Nationale de Paris*, separata das *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Lisboa, s. n., 1959.
- TORRES, Amadeu, «Dos códices gramaticais medievos à gramática de Fernão de Oliveira», in *Diacrítica*, n.º 3-4, 1988-1989, pp. 157-172.
- , «Fernão de Oliveira, primeiro gramático e filólogo da lusofonia», in *Boletim da Comissão Nacional da Língua Portuguesa*, n.º 1, 1989, pp. 47-54.
- , *A Propósito de uma Nova Edição da Gramática de Fernão de Oliveira*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1992.

TRADUÇÃO

GOTTHOLD EPHRAIM LESSING

A EDUCAÇÃO DO GÊNERO HUMANO

Traduzido e apresentado por JOÃO TIAGO PROENÇA

Introdução

O texto que agora se publica, A Educação do Género Humano, constitui uma versão final, mas ainda assim uma versão, das questões filosóficas e teológicas que o ocuparam durante toda a sua vida. Neste sentido, uma compreensão fundamentada do texto pressuporia todo o itinerário de Lessing. Mesmo sem uma tal fundamentação, este texto apresenta, na sua brevidade, os temas principais.

A educação foi para os Modernos — e continua a ser — o que o pelagianismo havia sido para o início do cristianismo. Se o homem foi chamado à perfeição (Mt, 5: 48) é porque o deve conseguir sem necessitar de uma Graça especial. A educação foi, cada vez mais, o reconhecimento que essa perfeição seria colectiva e imanente. Lessing tenta harmonizar o plano imanente com a ideia de Providência. Apesar de todos os seus protestos, todo o plano teológico está dependente de um conteúdo humano que não é alterado pelo facto de ser ensinado por Deus. Já nos Gedanken über die Hernhuter, escrito em 1750, mas publicado apenas postumamente, Lessing considerava Cristo um professor humano, iluminado pela luz divina. Esta luz está destinada, di-lo agora, a tornar-se verdade de razão. Daí o problema de saber quem educa os educadores, que Marx resolve, logo na terceira tese sobre Feuerbach, pela unidade de teoria e prática. Aqui ainda se trata de transformar a realidade, as circunstâncias, de fora, o que leva Lessing a uma valorização dos momentos em que um escol produz um avanço significativo; voluntária ou involuntariamente, tudo tem o seu lugar num plano providencial, seja a idade do Espírito Santo, depois da do Pai e do Filho, seja

a Maçonaria, ou os acrescentos que os Apóstolos introduziram nos ensinamentos de Cristo. Não há erros, apenas desvios. A doutrina da transmigração das almas, tal como apresentada nos parágrafos finais, testemunha que Lessing não está disposto a sacrificar a perfeição individual à perfeição colectiva. A presente tradução utilizou o texto publicado em Gotthold Ephraim Lessing, Werke, Carl Hanser Verlag, Munique, 1979, vol. VIII, pp. 490-510.

A Educação do Género Humano

§ 1

O que a educação é para o ser humano individual é a Revelação para o género humano.

§ 2

A educação é a Revelação que se realiza no ser humano individual: e a Revelação é a educação que se realiza e se está a realizar no género humano.

§ 3

Se a educação, considerada deste ponto de vista, pode ser de préstimo na pedagogia, não o investigarei aqui. Mas se considerarmos a Revelação como uma educação do género humano, será certamente de grande utilidade na teologia e obviará a muitas dificuldades.

§ 4

A educação nada dá ao ser humano que este não possa haurir de si mesmo; dá-lhe o que este consegue haurir de si mesmo, só que mais depressa e mais facilmente. E assim também a Revelação nada dá ao género humano que a razão humana, entregue a si mesma, não conseguisse atingir; mas deu-lhe e dá-lhe as mais importantes dessas coisas, só que mais cedo.

§ 5

E tal como não é indiferente à educação a ordem na qual se desenvolvem as faculdades do ser humano, também o ser

humano não pode ser instruído de uma só vez: justamente por isso Deus tem de observar uma certa ordem, uma certa medida na sua Revelação.

§ 6

Ainda que o primeiro ser humano estivesse imediatamente na posse de um conceito de um Deus único, seria impossível que este conceito, comunicado e não adquirido, permanecesse por muito tempo na sua pureza. Logo que a razão entregue a si mesma começou a elaborá-lo, decompôs este único incommensurável em diversas partes comensuráveis e atribuiu um sinal característico a cada uma destas.

§ 7

Deste modo gerou-se naturalmente o politeísmo e a idolatria. E quem sabe quantos milhões de anos teria a razão humana de vaguear por caminhos errados, a despeito de por toda a parte e em todos os tempos terem existido homens isolados que denunciaram tais caminhos, se não tivesse aprazido a Deus dar-lhe uma orientação melhor por intermédio de um novo empurrão.

§ 8

Mas, dado que não podia nem queria revelar-se a cada *ser humano particular*, elegeu um *povo particular* para a sua educação particular; e justamente o mais rude, o mais indomito, a fim de poder começar com este pela base.

§ 9

Tal povo foi o israelita, do qual nem sequer se sabe com certeza qual teria sido o culto divino que praticava no Egipto. Pois escravos tão desprezados não podiam participar no culto divino dos egípcios, e o Deus dos seus antepassados tinha-se tornado totalmente desconhecido do povo israelita.

§ 10

Talvez que os egípcios lhe tivessem expressamente interdito todo o deus, todos os deuses; talvez o tivessem levado a crer que não existe um Deus ou deuses; Deus e deuses seriam ape-

nas um privilégio dos melhores dos egípcios, e isso para o poderem tyrannizar com a aparência de legitimidade. E, ainda hoje, não tratam os cristãos da mesma forma os seus escravos?

§ 11

A este povo rude pôde Deus anunciar-se de início como o Deus dos seus antepassados, a fim de aquele conhecer e familiarizar-se com a ideia de um Deus que também lhe cabia a ele.

§ 12

Através dos milagres com que o conduziu do Egipto e o instalou em Canaã deu-lhe testemunho de si como um deus mais poderoso do que qualquer outro deus.

§ 13

E enquanto continuou a dar testemunho de si como o mais poderoso — que só pode ser *um* — habituou-o gradualmente ao conceito de *Único*.

§ 14

Mas quão inferior era este conceito de único ao verdadeiro conceito transcendental de único, que a razão tão tardiamente aprendeu a deduzir com segurança somente do conceito de infinito!

§ 15

O povo, porém, há muito tempo que não conseguia elevar-se ao verdadeiro conceito de único — ainda que os melhores do povo se aproximassem mais ou menos de tal conceito — e reside aí a única causa verdadeira do frequente abandono do seu Deus único e de acreditar ter encontrado o Único, isto é, o mais Poderoso num deus qualquer de outro povo.

§ 16

Um povo, porém, tão rude, tão pouco dotado para o pensamento abstracto, ainda completamente na sua infância, de que espécie de educação *moral* seria capaz? De nenhuma outra, salvo a que corresponde à idade infantil. A educação através de castigos e recompensas imediatamente sensíveis.

§ 17

Também aqui educação e Revelação coincidem. Nem Deus poderia dar ao seu povo qualquer outra religião, qualquer outra lei, senão aquela segundo cuja observância ou não observância ele teme ou espera ser feliz ou infeliz na Terra. Pois a sua visão não alcança mais do que esta vida. Nada sabe da imortalidade da alma, não anseia por nenhuma vida futura. Mas, revelar-lhe já essas coisas para as quais a sua razão estava tão pouco madura, não teria sido, em Deus, o erro do pedagogo vaidoso que prefere apressar a criança que lhe está confiada, para assim se vangloriar, a ensiná-la fundamentadamente?

§ 18

Mas, perguntar-se-á, para quê esta educação de um povo tão rude, de um povo com o qual Deus teria de começar pela base? Respondo: para que no decurso do tempo pudesse servir-se de alguns membros isolados desse povo, com uma segurança tanto maior, como educadores de todos os restantes povos. Educou nele o educador futuro do género humano. Foram-no os Judeus, só os Judeus o podiam ser, só homens de um povo educado daquele modo.

§ 19

Prossigamos. Depois de a criança ter sido criada entre golpes de pancada e manifestações de carinho, e ter atingido a idade da razão, o pai envia-a um dia para terras alheias; e aí aquela reconhece de imediato o bem que tinha na casa de seu pai e que não havia reconhecido.

§ 20

Enquanto Deus conduzia o seu Povo Eleito através de todos os graus de uma educação infantil, já os outros povos da Terra haviam franqueado o seu caminho na luz da razão. A maioria de entre eles estava muito atrás do Povo Eleito: apenas alguns o haviam precedido. Isso também acontece entre as crianças que se deixam crescer entregues a si próprias; muitas permanecem totalmente incultas, algumas formam-se por si próprias de maneira espantosa.

§ 21

Tal como estas poucas bem sucedidas nada provam contra a utilidade e necessidade da educação, também os poucos povos pagãos que parecem ter tomado a dianteira ao Povo Eleito, inclusive no conhecimento de Deus, nada provam contra a Revelação. A criança da educação começa com passos lentos, mas firmes, pode passar muito tempo no encaço de crianças mais bem dotadas pela natureza, mas apanha-as por fim e, depois, nunca mais é apanhada por nenhuma delas.

§ 22

O mesmo se passa aqui. Que — afora a doutrina da unidade de Deus, que se encontra presente e ausente dos livros do Antigo Testamento — que, digo, pelo menos a doutrina da imortalidade da alma e a doutrina, que se liga a esta última, dos castigos e recompensas numa vida futura lhe tenham sido inteiramente alheias, tão pouco milita contra a origem divina destes livros. Podem, *apesar de tudo*, com tudo o que neles está contido de milagres e profecias, estar certos? Pois assentemos que aquelas doutrinas estivessem *ausentes*, assentemos até que aquelas doutrinas *nem sequer* fossem *verdadeiras*, estabelecamos que para os homens tudo se esgotaria nesta vida: a prova da existência de Deus estaria por isso enfraquecida? Seria Deus, por isso, menos livre, conviria menos a Deus, por isso, tomar em mãos imediatamente o destino temporal de um qualquer povo deste género efêmero? Os milagres que realizou para com os Judeus, as profecias que permitiu que aqueles delieneassem, não se destinaram meramente àqueles Judeus mortais em cuja época aconteceram ou se delinearam: as suas intenções dirigiam-se a todo o povo judeu, a todo o género humano, que deverá talvez permanecer eternamente na Terra, quando já todo o Judeu individual, todo o ser humano individual, tiver agonizado para sempre.

§ 23

E mais. A ausência daquelas doutrinas dos escritos do Antigo Testamento nada prova contra a sua proveniência divina. É que Moisés foi enviado por Deus, ainda que a sanção da sua lei se estendesse apenas a esta vida. Pois porquê ir mais

além? Aquele foi de facto enviado apenas para o povo *israelita*, para o povo *israelita de então*; a sua incumbência adequava-se perfeitamente aos conhecimentos, às capacidades e às inclinações do povo *israelita de então*, bem como à sua destinação futura. E tal basta.

§ 24

Warburton também chegou até aqui, mas não foi mais além. Mas este homem erudito esticou demasiado a corda. Não se satisfaz com a afirmação de que a ausência daquelas doutrinas em nada prejudica a missão divina de Moisés, pelo contrário, deveria provar-lhe inclusive a missão divina de Moisés. E, ao menos, se ele tivesse procurado estabelecer a prova a partir da conveniência de uma tal lei para um tal povo! Refugiou-se, porém, num milagre de duração ininterrupta de Moisés a Cristo, segundo o qual Deus teria feito cada judeu individual justamente feliz ou infeliz, na medida em que o merecia de acordo com a sua obediência ou desobediência à lei. Este milagre substitui a ausência daquelas doutrinas sem as quais nenhum Estado pode subsistir; e uma tal substituição provaria precisamente aquilo que aquela ausência pareceria negar à primeira vista.

§ 25

Como foi bom o facto de *Warburton* por nada mais ter corroborado, por nada mais ter tornado plausível, este milagre continuo no qual colocava o essencial da teocracia *israelita*! Pois se o tivesse conseguido, teria, em boa verdade, tornado a dificuldade insolúvel. Pelo menos para mim. Pois aquilo que devia restabelecer o carácter divino da missão de Moisés teria tornado a questão duvidosa, que Deus não quis então comunicar, mas que certamente também não queria dificultar.

§ 26

Explico-me na imagem correspondente da Revelação. Um livro elementar para crianças pode omitir silenciosamente esta ou aquela parte importante da ciência ou da arte que expõe que o pedagogo julgue não ser ainda adequada às capacidades das crianças para quem escreve. Mas não pode certamente

conter nada que adie ou vede às crianças o caminho para as partes importantes que ficaram de fora. Pelo contrário, todos os acessos a tais assuntos têm de ser cuidadosamente mantidos abertos às crianças; e desviá-las de uma só destas vias ou fazer que aquelas só mais tarde trilhassem tais vias seria transmutar a incompletude do livro elementar num erro essencial do mesmo.

§ 27

Do mesmo modo, a doutrina da imortalidade da alma e da reparação futura pode muito bem estar ausente dos escritos do Antigo Testamento, o livro elementar destinado ao povo israelita, rude e não exercitado no pensamento: mas não pode conter nada que atrasasse, por pouco que fosse, o povo para o qual foi escrito no caminho para esta grande verdade. E quanto não o teria *atrasado*, para dizer pouco, nessa via, se aquela milagrosa recompensa nesta vida estivesse aí prometida e tivesse sido prometida por aquele que nada promete que não cumpra?

§ 28

Pois, desde logo por causa da partilha desigual dos bens desta vida, parece atribuir-se tão pouca consideração à virtude ou ao vício que nem a mais rigorosa prova conduz à imortalidade da alma e de outra vida, na qual todos os nós se desenlaçariam: assim é bem certo que o entendimento humano sem aqueles nós não teria chegado tão cedo — se é que lá chegaria — a provas melhores e mais rigorosas. Pois o que o poderia impelir a buscar provas melhores? A mera curiosidade?

§ 29

Este e aquele israelita bem gostariam, é claro, de estender as promessas e ameaças divinas que se referem ao todo do Estado, a cada membro individual do mesmo, e é uma sólida crença que quem for piedoso deve também ser feliz e quem for infeliz ou se tornar infeliz está a ser castigado pela sua má acção, castigo que se inverte imediatamente numa bênção, logo que uma tal pessoa desista da sua má acção. Parece que quem escreveu o Livro de Job pensava assim, pois o plano de tal livro insere-se neste espírito.

§ 30

Mas era impossível que a experiência quotidiana pudesse confirmar esta crença; ou o povo que tinha esta experiência estava condenado para sempre, *para sempre*, ao conhecimento e aceitação da verdade que ainda lhe era pouco familiar. Pois se o homem pio era sem dúvida feliz e à sua felicidade também pertencia o facto de a sua satisfação não ser interrompida pelo terrível pensamento da morte, o facto de morrer velho e «satisfeito da vida»: como poderia aspirar a outra vida? Como poderia meditar sobre algo a que não aspira? Mas se o homem pio não meditasse sobre isso, quem o faria? O malvado? Que sentiu o castigo da má acção e, ao amaldiçoar esta vida, renunciará de bom grado a qualquer outra vida?

§ 31

Era de longe mais acertado que este e aquele israelita recusassem de pronto e expressamente a imortalidade da alma e a reparação futura, porque a Lei não se lhe refere. A recusa de um individuo — ainda que fosse a de um Salomão — não detém o avanço da compreensão geral e era em si e por si já uma prova que o povo se tinha aproximado da verdade num grande passo. Pois os individuos só recusam aquilo que muitos tomam em consideração; e tomam-no em consideração porque antes não se haviam preocupado de todo com tal — é metade do caminho para o conhecimento.

§ 32

Confessemos também que é uma obediência heróica observar as leis de Deus apenas porque são leis de Deus, e não porque Ele tenha prometido àquele que as observa recompensá-lo aqui e ali; observá-las ainda que se desespere de uma recompensa futura ou também não se esteja assim tão certo da recompensa temporal.

§ 33

Um povo educado nesta obediência heróica a Deus não deve determinar, não deve ser capaz, antes de todos os outros, de executar desígnios divinos, completamente particulares? Permita-se que o soldado, que presta obediência cega ao seu

chefe, se convença também da inteligência do seu chefe e, diga-se, o que não se atreverá a levar a cabo este chefe com um tal soldado?

§ 34

O povo judeu venerara em Jeóva antes o mais poderoso do que o mais sábio de todos os deuses; ainda o temera mais como um Deus ciumento que amado: também isto serve de prova de que os conceitos que tinha do seu supremo e único deus não eram justamente os conceitos correctos que devemos ter de Deus. Mas havia chegado o tempo em que estes seus conceitos deviam ser ampliados, enobrecidos e rectificados, para o que Deus se serviu de um meio totalmente natural; foi-lhe dada a oportunidade de o avaliar segundo um critério melhor, mais correcto.

§ 35

Em vez de o avaliar como até então, apenas contra os ídolos mesquinhos das pequenas tribos vizinhas ainda rudes, com as quais vivia em permanente despique, começou, sob o cativoiro dos sábios Persas, a medi-lo contra o ser de todos os seres, tal como era reconhecido e venerado por uma razão mais exercitada.

§ 36

A Revelação havia conduzido a sua razão, e agora a razão esclareceu de uma vez por todas a sua Revelação.

§ 37

Foi o primeiro dos serviços recíprocos que aquelas se prestaram entre si; e uma tal influência mútua era tão pouco indecorosa para o autor de ambas que sem isso cada uma por si teria sido supérflua.

§ 38

A criança enviada a terras alheias viu outras crianças que sabiam mais, que viviam mais decentemente, e interrogou-se envergonhada: «Porque também não o sei? Porque não vivo também assim? Se não me tivessem instruído também deste

modo na casa de meu pai, não acabariam por me levar a viver também assim?» Então procurou novamente os seus livros elementares que há muito tempo se lhe haviam tornado repugnantes, a fim de lançar as culpas sobre os livros elementares. Mas veja-se! Ele reconhece que a culpa de há muito tempo não saber precisamente isso, de viver precisamente assim, só pode residir em si próprio.

§ 39

Dado que os Judeus, doravante, a pretexto da doutrina persa, mais pura, reconheciam no seu Jeóva não meramente o maior de todos os deuses nacionais, mas Deus; dado que eles podiam descortiná-Lo e mostrá-Lo como tal nos seus escritos sagrados, novamente descobertos, a outrem, tanto mais que Ele estava realmente lá; dado que eles testemunhavam uma aversão tão grande como a que, desde sempre, havia sido a dos Persas perante todas as representações sensíveis do mesmo, ou antes, que nesses escritos haviam sido ensinados a ter: não é de admirar que eles achassem graça aos olhos de Ciro com um serviço divino que, embora este reconhecesse estar ainda muito abaixo do sabaísmo, não deixava de reconhecer que estava, porém, muito para além da idolatria grosseira que se havia apoderado, em troca, da terra abandonada pelos Judeus?

§ 40

Assim esclarecidos acerca dos seus próprios tesouros ignorados, regressaram e tornaram-se num povo totalmente diferente, cuja primeira preocupação era tornar este esclarecimento duradouro no seu seio. Em breve deixou de se poder pensar em apostasia ou idolatria entre eles. Pois pode-se ser de facto infiel a um deus nacional, mas nunca a um deus, assim que este tenha sido reconhecido por uma vez que seja como tal.

§ 41

Os eruditos em assuntos divinos tentaram explicar esta transformação total do povo judeu de várias maneiras; e um

que mostrou muito bem a insuficiência de todas estas diferentes explicações quis por fim indicar como a verdadeira causa daquela «o cumprimento aparente das profecias pronunciadas e escritas acerca do cativo da Babilônia e a restauração a partir dele». Mas esta causa também só pode ser verdadeira se se pressupuser os conceitos só então enobrecidos de Deus. Os Judeus haviam reconhecido somente então que a execução de milagres e previsão do futuro cabia apenas a Deus; ambas haviam sido atribuídas por eles também aos falsos deuses, precisamente por isso os milagres e as profecias haviam-lhes causado até então apenas uma tão fraca e evanescente impressão.

§ 42

Os Judeus, sem dúvida, tomaram conhecimento da doutrina da imortalidade da alma entre os Persas e os Caldeus. Mas só se familiarizaram com ela nas escolas dos filósofos gregos no Egípto.

§ 43

Dado que, porém, não se passou com esta doutrina, atendendo aos seus escritos sagrados, aquilo que se passou com a doutrina da unidade e propriedades de deus; dado que o povo sensual fez vista grossa a esta, que se encontrava em tais livros, aquela ia, porém, ser procurada; dado que ainda foram necessários *exercícios preparatórios* para aquela, e, por essa razão, só tiveram lugar *alusões e indícios*: assim a crença na imortalidade da alma nunca conseguiu tornar-se a crença do povo todo. Foi e permaneceu apenas a crença de uma determinada seita deste.

§ 44

Designo como *exercício preparatório* para a doutrina da imortalidade da alma, por exemplo, a ameaça divina de castigar a má acção do pai nos seus filhos até a terceira ou quarta geração. Isto habituou os pais a viverem em pensamento com a sua descendência mais tardia e a presentirem a infelicidade que podem causar a estes inocentes.

§ 45

Designo por *alusão* o que deve meramente estimular a curiosidade e deve suscitar uma questão. Como a expressão idiomática, que ocorre com tanta frequência, «ir ter com os seus» por morrer.

§ 46

Designo por *indício* o que já contém um qualquer germe do qual se pode desenvolver a verdade aí alojada. Deste género foi a conclusão que Cristo tira da designação «Deus de Abrão, Isaac e Jacob». Este indício parece-me poder ser aperfeiçoado, sem dúvida, numa prova rigorosa.

§ 47

Em tais exercícios preparatórios, alusões, indícios, consiste a perfeição *positiva* de um livro elementar; tal como a propriedade acima mencionada de que ele não dificulta nem veda o caminho para as verdades ainda retidas, que eram a sua perfeição *negativa*.

§ 48

Acrescente-se a apresentação e o estilo

1) a apresentação de verdades abstractas, que não devem ser omitidas, em alegorias e casos individuais ricos em ensinamentos, que são narradas como coisas que realmente aconteceram. Deste género são: a criação através da imagem do dia que nasce; a fonte do mal moral na narrativa da árvore proibida; a origem das várias línguas na história da construção da torre de Babel, etc.

§ 49

2) o estilo — ora chão e simples, ora poético — completamente cheio de tautologias, mas de um tipo tal que exercita a perspicácia, na medida em que parecem dizer ora uma coisa e, porém, dizem o mesmo, ora parecem dizer o mesmo e no fundo significam, ou podem significar, outra coisa.

§ 50

E aí tendes todas as boas propriedades de um livro elementar, quer para crianças, quer para um povo na sua infância.

§ 51

Mas todo o livro elementar só se adequa a uma certa idade. Para a criança que já cresceu para lá do nível do livro, o demorar-se nele mais tempo do que aquele que lhe estava destinado é prejudicial. Pois para lhe poder ser útil em alguma medida, tem de se lá colocar mais do que lá está; introduzir mais do que ele pode comportar. Tem de se sacudir as alusões e indícios, interpretar demasiado circunstanciadamente os exemplos, espremer demasiado fortemente as palavras. Isso dá à criança um entendimento mesquinho, retorcido, sofisticado; isso torna-a cheia de segredos, supersticiosa, repleta de desprezo por aquilo que é compreensível e fácil.

§ 52

E esse é justamente o modo como os rabinos trataram os seus escritos sagrados! É justamente esse o carácter que, por isso, conferiram ao espírito do seu povo!

§ 53

Tem de vir um pedagogo melhor que lhe arrebate das mãos o livro elementar já esgotado. E Cristo veio.

§ 54

Parte do género humano quis compreender deus num plano educativo — quis compreender, porém, numa *unidade* apenas aquilo que já estava em si ligado através da língua, da acção, do governo, através de outras relações naturais e políticas — estava maduro para o segundo grande passo da educação.

§ 55

Isto é, esta parte do género humano havia já avançado tanto no exercício da sua razão que necessitava de e podia

utilizar motivos mais nobres, mais dignos para as suas acções morais, do que a recompensa e os castigos temporais que o haviam guiado até então. A criança tornou-se adolescente. As gulodices e os brinquedos cedem o lugar ao desejo que germinava de se tornar tão livre, tão honrado, tão feliz como vê que os seus irmãos mais velhos são.

§ 56

Já há muito tempo que os melhores daquela parte do género humano estavam habituados a deixarem-se governar por uma sombra de tais motivos mais nobres. Para continuarem a viver na memória dos seus concidadãos depois desta vida, o grego e o romano faziam tudo.

§ 57

Foi o tempo em que outra vida *verdadeira*, a esperar para depois desta, ganhou influência sobre as suas acções.

§ 58

E assim Cristo tornou-se o primeiro professor *prático*, de *confiança*, da imortalidade da alma.

§ 59

O primeiro professor *de confiança*. De confiança pelas profecias que pareciam cumprir-se nele; de confiança pelos milagres que levava a cabo; de confiança pela ressurreição depois de uma morte através da qual havia selado a sua doutrina. Se nós podemos ainda hoje provar esta ressurreição, estes milagres: isso deixo por decidir. Tal como deixaria também saber quem foi a pessoa deste Cristo. Tudo isso pode ter sido importante na sua época para a *aceitação* da sua doutrina, agora já não é tão importante para o conhecimento desta doutrina...

§ 60

O primeiro professor *prático*. Pois uma coisa é supor, desejar, acreditar na imortalidade da alma como uma especulação filosófica; outra coisa é pautar as suas acções interiores e exteriores por tal crença.

§ 61

E pelo menos isto foi Cristo o primeiro a ensinar. Pois, se já havia sido introduzida em muitos outros povos antes dele a crença de que as más acções seriam ainda castigadas naquela vida, isso só se referia, porém, àquelas que causam prejuízo à sociedade civil e, por isso, encontram já na sociedade civil o seu castigo. Estava reservada apenas a Cristo a recomendação de uma pureza interior do coração a respeito de uma outra vida.

§ 62

Os seus discípulos propagaram fielmente esta doutrina. E, se outro mérito não tivessem do que proporcionar a esta verdade, que Cristo parecia ter destinado somente aos Judeus, uma circulação universal entre vários povos, só por isso seriam já de contar entre os amigos e benfeitores do género humano.

§ 63

Que eles tenham mesclado esta grande doutrina com outras doutrinas cuja verdade era menos esclarecedora, cuja utilidade era menos considerável: como podia ser de outra maneira? Permita-se-nos não os repreender por isso, mas antes investigar seriamente se estas próprias doutrinas misturadas não foram um novo *impulso de orientação* para a razão humana.

§ 64

Pelo menos é claro, a partir da mera experiência, que os escritos neotestamentários nos quais esta doutrina se encontrou depositada algum tempo depois deram e dão ao género humano o segundo e melhor livro elementar.

§ 65

Ocuparam o entendimento humano, desde há mil e setecentos anos, mais que todos os outros livros, esclareceram mais que todos os outros livros, nem que fosse apenas pela luz que o entendimento humano lá colocou.

§ 66

Seria impossível dar a conhecer tão universalmente qualquer outro livro a povos tão diferentes; e tem indiscutivelmente ajudado mais o entendimento humano o facto de modos de pensar tão diversos se ocuparem com este mesmo livro do que se cada povo tivesse tido separadamente o seu próprio livro elementar.

§ 67

Também foi altamente necessário que cada povo tivesse de considerar este livro, por algum tempo, como o *non plus ultra* dos seus conhecimentos. Pois o adolescente tem de considerar assim o seu livro elementar, para que a impaciência de o terminar não o arraste para assuntos para os quais ainda não possui os fundamentos.

§ 68

E o que é altamente importante: guarda-te, tu que és um indivíduo mais capaz, que ardeste e bateste com o pé no chão de impaciência até à última folha deste livro elementar, guarda-te, não deixes que os teus condiscipulos mais fracos notem aquilo que pressentiste ou começaste já a ver!

§ 69

Até que aqueles condiscipulos, mais fracos, te apanhem — regressa antes mais uma vez a este livro elementar e investiga se aquilo que tomas apenas por desvios e método, por substitutos didácticos, não será de facto algo mais.

§ 70

Viste, na infância do género humano, na doutrina da unidade de Deus, que Deus também revelava imediatamente meras verdades de razão, introduz e permite que meras verdades de razão sejam ensinadas como verdades imediatamente reveladas durante um período de tempo, a fim de as difundir mais depressa e fundá-las mais firmemente.

§ 71

Descobres o mesmo na adolescência do género humano, na doutrina da imortalidade da alma. Esta é *pregada* no se-

gundo, melhorado, livro elementar enquanto Revelação, não ensinada como resultado de conclusões humanas.

§ 72

Tal como podemos doravante prescindir do Antigo Testamento para a doutrina da unidade de Deus, assim também podemos gradualmente começar a prescindir do Novo Testamento para a doutrina da imortalidade da alma: também não poderiam estar neste já simuladas as verdades do mesmo gênero que admirámos durante tanto tempo como Revelações, até que a razão nos ensine a derivá-las de outras verdades constituídas e a ligá-las entre si?

§ 73

Por exemplo, a doutrina da Trindade. Não poderia dar-se o caso de esta doutrina ter reconduzido o entendimento humano, após intermináveis desvios para a esquerda e para a direita, ao caminho a fim de reconhecer que era impossível que Deus fosse *Uno*, no sentido em que as coisas finitas são *unas*; que esta unidade teria de ser uma unidade transcendental, que não excluísse uma espécie de multiplicidade? Não terá Deus de ter pelo menos a mais perfeita representação de si próprio, isto é, uma representação em que se encontre tudo o que está nele próprio? Mas encontrar-se-ia nele tudo o que nele está, se se encontrasse nele igualmente uma mera representação, uma mera possibilidade, da sua realidade necessária bem como das suas restantes propriedades? Esta possibilidade esgota o ser das suas restantes propriedades; mas também a sua *realidade necessária*? Não me quer parecer. Deus, por conseguinte, ou não pode ter uma representação perfeita de si próprio, ou esta representação perfeita é tão necessariamente real como ele próprio o é, etc. Claro que a minha imagem no espelho nada mais é que uma representação de mim vazia, porquanto de mim tem apenas os raios de luz que caem sobre a sua superfície. Mas, se esta imagem tivesse, pois, *tudo*, tivesse tudo sem exceção, aquilo que eu próprio tenho: já não seria uma representação vazia ou não seria antes uma verdadeira duplicação de mim próprio? Se creio reconhecer uma duplicação semelhante em Deus, talvez não me engane tanto como a lingua-

gem que subjaz aos meus conceitos; e uma coisa não deixa de ser irrefutável: que aqueles que querem popularizar as ideias dificilmente se teriam podido exprimir mais compreensível e habilmente do que através da designação de um *filho* que Deus gerou desde a eternidade.

§ 74

O mesmo se passa com a doutrina do pecado original. Como pode existir, se tudo nos persuade por fim que o homem não seria, no *primeiro e mais baixo* grau da sua humanidade, pura e simplesmente tão senhor das suas acções de modo a poder obedecer a leis morais?

§ 75

O mesmo se passa com a doutrina da remissão pelo Filho. Como pode existir, quando tudo por fim nos obriga a aceitar que Deus, sem atender àquela incapacidade originária do homem, preferiu dar-lhe, contudo, leis morais e perdoar-lhe todas as infracções em consideração pelo seu *filho*, isto é, em consideração pelo alcance independente de todas as suas perfeições contra a qual e na qual toda a imperfeição do individuo desaparece, a não lhas dar e a excluí-lo de toda a felicidade moral que não se pode pensar sem leis morais?

§ 76

Não se objecte que raciocínios desta espécie sobre os segredos da religião estão interditos. O termo *segredo* significa nos primeiros tempos do cristianismo algo de totalmente diferente daquilo que entendemos hoje pelo termo. E a formação de verdades reveladas em verdades de razão é necessária sem mais, se o género humano deve ser auxiliado com elas. Quando foram reveladas, é claro que ainda não eram verdades de razão; mas foram reveladas, a fim de se tornarem tal. Eram como que o resultado que o professor de matemática prevê aos seus alunos, para que estes de algum modo consigam orientar-se no cálculo. Se os alunos se quiserem contentar com o resultado antecipado, nunca aprenderiam a fazer contas, e a intenção com que o bom mestre lhes deu um fio condutor para os seus trabalhos seria mal realizada.

§ 77

E porque não deveríamos poder ser também guiados por uma religião, cuja verdade histórica é, se se quiser, tão melindrosa de aspecto, igualmente aos conceitos mais eminentes e melhores do ser divino, da nossa natureza, das nossas relações com Deus, às quais a razão humana por si jamais chegaria?

§ 78

Não é verdade que a especulação sobre estas matérias alguma vez tenha acarretado qualquer desgraça e tenha sido danosa à sociedade civil. Não é às especulações que se deve fazer esta censura, mas sim ao absurdo, à tirania de guiar estas especulações, aos homens que tiveram como tarefa sua não se permitirem essas especulações.

§ 79

Especulações dessa espécie — seja como for que resultem no particular — são indiscutivelmente os exercícios *mais aptos* do entendimento humano em geral, enquanto o coração humano só conseguir amar a virtude por causa das suas conseqüências de eterna bem-aventurança.

§ 80

Pois, neste egoísmo do coração humano, querer exercitar o entendimento apenas no que diz respeito às nossas necessidades corporais significaria mais embotá-lo que aguçá-lo. Aquele quer ser exercido pura e simplesmente em objectos espirituais, se se quiser que chegue ao seu esclarecimento completo e suscitar aquela pureza do coração que nos torna capazes de amar a virtude por mor de si mesma.

§ 81

Ou nunca deverá o género humano atingir este estágio supremo de esclarecimento e pureza? Nunca?

§ 82

Nunca? — Não me permitas pensar esta blasfêmia, Ó de infinita bondade! A educação tem a sua *meta*; no género não

menos do que no indivíduo. Aquele que é educado é educado com vista a um objectivo.

§ 83

As perspectivas lisonjeadoras que se abrem ao jovem; a honra, o bem-estar que se simula perante ele: o que são senão meios de o educar para ser um homem que seja igualmente capaz de cumprir o seu dever, quando estas perspectivas da honra e do bem-estar tiverem sido suprimidas!

§ 84

A educação humana tem isto em vista: e a divina não alcançaria tal meta? Não deverá a Natureza conseguir igualmente com o todo aquilo que a arte consegue com o indivíduo? Blasfémia! Blasfémia!

§ 85

Não; virá, virá certamente, o tempo da perfeição, dado que o homem, quanto mais o seu entendimento se sentir convicto de um futuro sempre melhor, nessa mesma medida não será obrigado a pedir emprestado estes motivos das suas acções; dado que fará o bem porque é o bem, não porque estejam postas nele quaisquer recompensas, que deveriam antes pura e simplesmente fortalecer e revigorar a sua vista volúvel para conhecer as recompensas, melhores e interiores, daquelas acções.

§ 86

Virá certamente o tempo de um «novo evangelho eterno» que nos está prometido nos livros elementares da Nova Aliança.

§ 87

Talvez que mesmo certos visionários dos séculos XIII e XIV tenham interceptado um raio deste novo e eterno Evangelho, e tenham errado apenas no facto de terem anunciado a irrupção do mesmo para tão breve.

§ 88

Talvez que a sua tripla idade do mundo não tenha sido um capricho vazio; e certamente não tinham más intenções quando ensinaram que a Nova Aliança teria de ser considerada tão *antiquada* como aconteceu à Antiga. Neles permaneceu a mesma economia do mesmo Deus. Sempre — para os fazer falar na minha linguagem — o mesmo plano da educação geral do género humano.

§ 89

Só que precipitaram este plano; só que acreditaram poder fazer dos seus contemporâneos, que mal haviam saído da infância, sem esclarecimento, sem preparação, de um golpe, homens que fossem dignos da sua *terceira idade*.

§ 90

E foi justamente isso que os transformou em visionários exaltados. O visionário exaltado entrevê frequentemente com correcção o futuro: mas não aguenta ficar à espera deste futuro. Deseja apressar este futuro e deseja que ele seja por si apressado. Aquilo para o qual a natureza leva o tempo de milênios deve amadurecer no instante da sua existência. Pois o que é que ganha com isso, se aquilo que reconhece como melhor não se tornar o melhor durante o seu tempo de vida? Regressará? Crê que regressará? É singular que somente esta visão exaltada não queira estar mais na moda entre eles!

§ 91

Avança com o teu passo imperceptível, Providência eterna! Somente não permitas que por causa desta imperceptibilidade eu desespere de ti. Não permitas que desespere de ti, mesmo que os teus próprios passos me pareçam andar para trás! Nem sempre é verdade que a linha mais curta seja a linha recta.

§ 92

No teu caminho eterno tens muito para levar contigo! Tantos desvios para fazer! E como? Se tudo estivesse tão bem organizado de molde a que a grande, vagarosa roda que apro-

xima o gênero da sua perfeição fosse posta em movimento apenas através de rodas mais pequenas, mais rápidas, das quais cada uma contribuiria com a sua parte?

§ 93

E as coisas não se passam de outro modo! Justamente a vereda na qual o gênero alcança a sua perfeição, tem de ter sido percorrida antes por cada homem individual (mais cedo ou mais tarde). «Tê-la percorrido numa mesma vida? Poder-se-á ter sido na mesma vida um judeu sensível e um cristão espiritual? Poder-se-á na mesma vida ter ultrapassado ambos?»

§ 94

Tal não pode suceder! Mas porque não poderia cada homem individual já ter existido mais que uma vez neste mundo?

§ 95

É esta hipótese assim tão ridícula, só porque é a mais antiga? Porque o entendimento humano, antes da sofistica da escola o ter dispersado e enfraquecido, se lembrou imediatamente disso?

§ 96

Porque não poderia eu também aqui já ter dado todos os passos para o meu aperfeiçoamento que podem acarretar aos homens meramente castigos e recompensas temporais?

§ 97

E porque não poderia ter dado, noutra ocasião, todos aqueles para os quais as perspectivas de recompensas eternas nos ajudam tão poderosamente?

§ 98

Porque não se daria o caso de eu regressar tantas vezes quantas for enviado para adquirir novos conhecimentos, novas capacidades? Levarei eu tanto de uma só vez que porventura o esforço de regressar não valha a pena?

§ 99

Porque não? Ou porque me esqueço de que já cá estive? Será melhor para mim que o esqueça. A recordação dos meus estados anteriores permitir-me-ia apenas fazer um mau uso do presente. E aquilo que *tiver* de esquecer agora, tê-lo-ei esquecido para sempre?

§ 100

Ou estaria perdido para mim tanto tempo? Perdido? E que posso ter negligenciado? Não me pertence toda a eternidade?

MEMÓRIAS DE PETRÔNIO MALABAR

NORBERTO ÁVILA

A Mário Barradas

A acção decorre em Lisboa, numa instituição denominada Casa dos Actores, em 2008.

Quarto particular de Petrônio Malabar, um velho actor cuja aparência indicia bem uns 80 anos. Trata-se de um amplo e moderno aposento, com uma porta para o interior, a um dos lados, e uma porta-janela ao fundo, pela qual se vislumbra um trecho de jardim, de onde chega, atenuado, de vez em quando, o repousante pipiar dos pássaros.

Uma estante com livros, pequenos retratos emoldurados e bibelôs; um sofá e — em lugar de destaque — uma branca estátua, tamanho natural, immortalizando Petrônio na figura de Hamlet, aos 25-27 anos, melancolicamente contemplando, na destra avançada, a consabida caveira de Yorick. (De momento, porém, esse mortal despojo estará encoberto com um avantajado e colorido lenço de seda.)

A luz matinal alastra-se pelo aposento. E, chegando do jardim, entra Petrônio, com seu vistoso roupão; as pernas nuas, sandálias nos pés. No ouvido esquerdo, um auscultador, cujo prolongamento, em arco descendente, termina num minúsculo microfone. Traz na mão umas tantas folhas de papel, com seus apontamentos.

PETRÔNIO *(solenizando a voz)* — E acaba de regressar aos seus confortáveis aposentos, na benemérita instituição Casa dos Actores, o prestigiado comediante Petrônio Malabar. *(Normalizando o tom:)* Continuemos então o nosso diálogo, meu caríssimo Carlos Finisterra. — A propósito: estas últimas gravações têm saído bem? — Ótimo! Já não lhe bastava o talento

artístico... Mas agora a sério. Ia eu a dizer-lhe porque é que, no meu caso, a referência às minhas «quatro paredes»... (*ri-se*) toma um sentido muito especial. — Ó homem, desde que aqui estou, há cerca de um ano e meio, você já cá esteve uma dúzia de vezes! Pelo menos! E nunca lhe causou espécie o facto de a parede norte aqui do meu quarto, oposta ao jardim, eu a ter deixado completamente livre e desembaraçada, de um lado ao outro e de cima a baixo? Mantendo-a naquela nudez primordial, e naquela brancura, mais facilmente consigo admitir uma razoável abertura de quadro cénico, que me permite a consoladora presença imaginária dos meus queridos espectadores! — E agora reparo: Ainda não desembucei o tétrico despojo craniano de Yorick. (*Dirige-se para a hamléctica escultura e desvela a caveira; atira para o sofá o lenço colorido.*)

A Geraldina (uma viçosa e rosada moçoila do Alto Minho, que ingressou há poucos dias ao nosso serviço) já veio arranjar o quarto. A primeira vez que aqui entrou, ao deparar-se com a caveira, imagine!, ia morrendo de susto! E seria uma pena, na verdade, já que é bem apetecível criatura! — Como? Estão outra vez engalfinhados? Meu Deus! Vá lá apaziguar essas crianças!

(*Para os espectadores:*) Nestor e Alexandra! Adoráveis irmãozinhos! Excepto quando, por uma ninharia qualquer, chegam a estes extremos de enfrentamento bélico! Estes conflitos costumam prolongar-se. E, dado que o meu estimado público se vai continuamente renovando, não me cansarei de fazer passar alguma informação miudinha, indispensável ao melhor entendimento destas minhas divagações biográficas de velho comediante. (*Pausa.*) Este com quem tenho estado a falar, Carlos Finisterra de seu nome, anda agora pelos seus 30 anos. Casado com a Cláudia, professora do ensino secundário. Mas voltemos ao Carlos. É actor e encenador. Começou por representar em encenações minhas — Gil Vicente, Pirandello, Beckett... — num teatro universitário. Depois, dispondo eu da minha própria companhia — e reconhecendo-lhe o inegável talento — desviei-o da medicina (delito de certa gravidade, tendo em conta a insuficiência de médicos neste país!). Enfim... fui-lhe confiando papéis de mais e mais responsabilidade. Meu

assistente de encenação durante alguns anos, tornou-se ele próprio encenador de méritos largamente reconhecidos. Graças a Mestre Petrônio (se me é permitida a imodéstia). Mas ele não esconde a sua gratidão. Antes pelo contrário. E tanto assim que, quando um dos nossos mais prestigiados editores, persuadindo-se de que eu, mais ano menos ano, abandonarei o palco da vida, me desafiou a escrever as minhas memórias e eu entrei em pânico... foi ele que me salvou. (Sempre fui mais para falar que para escrever. Deveria ter optado pela política ou pela advocacia!) De modo que, aproveitando umas horas livres do Carlos (que não são muitas, coitado), comecei a ditar-lhe umas lembranças avulsas e dispersas, que irão constituir um grosso volume cujo título se impõe naturalmente: *Memórias de Petrônio Malabar*. Às vezes telefona-me... (*Apercebe-se de que Finisterra voltou a estar disponível.*) Só um segundo, Carlos. (*Tapa o minúsculo microfone e novamente se dirige aos espectadores.*) Dizia eu que às vezes telefona o diligente editor, tanto a mim como ao meu escriba oficial, a saber do andamento do trabalho. (*Agora para o microfone:*) Continuamos?

(*Passa para baixo uma das folhas soltas.*) Pág. 536. Logo em cima. Das minhas palavras... você registou, e muito bem: (*Lê:*) «Certa vez, num colóquio em que se discutia o meu contributo para o cinema, alguém afirmou que a minha técnica interpretativa se aproximava muito da de Michel Piccoli...» etc. Arranjei outra maneira de abordar o assunto: (*Pausa.*) «Consta que Manoel de Oliveira, em 2001, aquando da estreia de *Je rentre à la maison*, teria dito, num café do Porto: 'Confesso que, ao escolher o elenco para este meu filme, hesitei, alguns dias, entre Michel Piccoli e Petrônio Malabar.'» — Ó Carlos, não me contrarie, por favor! Assim fica muito melhor! — Ouça... O Manoel de Oliveira não tarda a fazer 100 anos! Quem ousaria agora perguntar-lhe tais miudezas... ou... se as águas do rio Douro correm da foz para a nascente?!

(*Busca outra passagem do texto.*) Pág. 209, aí em baixo. A história da cobarde agressão de que fui vítima. Encontrou? — Temos então: «E aconteceu até que, na telenovela *Entre a Cruz e a Caldeirinha*, tendo-me sido atribuído o papel dum atrevido

padre aldeão, que sexualmente se mete e se entrelaça com umas tantas paroquianas, solteiras e casadas...» etc., etc. ... «Caí na asneira de, num intervalo de gravação, deslocar-me a um café ali próximo, para desentorpecer as pernas, envergando ainda a negra batina sacerdotal. Ia eu a chegar mesmo à porta, quando um badameco que ali estava...» — Substituir badameco por brutamontes. — «... um brutamontes me descarregou dois tabefes, gritando: 'Seu ordinário!, seu pulha!, seu canalha!, levas dois tiros nos cornos... se te metes com a minha mulher ou com a minha filha!'» — Reajustemos o texto, Finisterra. (*Passeia de um lado ao outro.*) Talvez assim: «... me descarregou uma valente paulada no flanco esquerdo, o que se traduziu numa... digo: duas costelas partidas. Internado algum tempo no Hospital...» — Depois lhe direi qual será o hospital mais indicado. — «Ora estas coisas, queiramos quer não, constam aí pela Europa fora. Eis senão quando, imagine-se!, recebo um telefonema do meu queridíssimo Laurence Olivier, lamentando muito a bárbara agressão de que eu fora vítima... e desejando-me um rápido restabelecimento. (*Pausa.*) O Laurence ainda me telefonou duas vezes mais. Não: três vezes, creio eu.»

(*Passeia pelo quarto, procurando a próxima passagem do texto a modificar.*) Vejo que está muito bem-disposto, Carlos! Muito divertido! Ainda bem. Divirta-se agora, que eu não vou durar sempre. — Pág. 313, já nas últimas linhas. A história da malfadada separação litigiosa. Encontrou? — (*Lê:*) «A Elisabete Alfaiate, minha mulher e parceira na sociedade artística, ao saber da minha intenção de incluir no repertório a escaldante peça de Tennessee Williams *Um Eléctrico Chamado Desejo*, mostrou-se logo muito excitada, convencida de que lhe estaria garantido o papel da protagonista: Blanche du Bois. Quando a minha ideia era a de que ela se deveria contentar com o papel da irmã, Stella. E logo lhe afirmei isso mesmo, o que lhe causou um abalo do grau 5 da escala de Richter. Mais forte ainda foi a réplica, pouco depois, quando ela ouviu o nome da actriz que eu resolvera mesmo contratar para o papel principal: Vivalda Mantero. Já aí o abalo foi de magnitude 8, pelo menos!» — Ó homem, creio que lhe disse, em tempos, que a Elisa-

bete e a Vivalda foram colegas de curso no Conservatório Nacional! Se já então eram rivais... para além dos consabidos beijinhos na face, tchuc-tchuc... nem queira saber! Detestavam-se cordialmente! — E a partir daqui, meu querido Carlos, vamos introduzir no texto algumas alterações. Elucidativas, quanto a mim. Atenção! — «A Elisabete Alfaiate ficava sempre muito inquieta, e cheia de nervoso miudinho, quando se punha a hipótese de complementarmos o nosso elenco, recorrendo a alguma actriz do exterior. Isto, com receio de que a adventícia, a intrusa, pudesse ombrear com ela quanto a dotes físicos e talento artístico! Ora, devo confessar...» E aqui é que está a novidade, Finisterra! Texto alterado. «Devo confessar que o recurso aos predicados de Vivalda Mantero (bem servida de ancas, bem servida de peitos) não era inocente. De modo nenhum. Porque, assiduamente, já eu lhe frequentava a casa...» — Ponha antes «a cama», que é mais engraçado... e bastante mais explícito! — Como? É melindroso falar no assunto? Ó Carlos!, você nem parece ter nascido no século xx e entrado, descontraído, no século XXI! — Eu sei isso perfeitamente! Ora bolas! Sei que a Vivalda deixou um filho, residente em Barcelona. Que vem cá muitas vezes, aliás, participar em congressos, fazer conferências. E já tem aparecido na televisão... Ah, conhece o «sociólogo»! (Que assim lhe chamam.) Pois repare-lhe bem no rosto! Veja se não há ali... uns vestígios suspeitos da minha fisionomia! — De qualquer modo, nem eu nem ele, *por supuesto!*, estaremos interessados em testes ADN. Até porque não tenho nada que lhe deixar em testamento! A casa única que possuíamos... exigiu-a a Elisabete, aquela vaca!, como condição de consentir o divórcio! — Ah! O que você foi buscar!: o orgulho, o pretenso orgulho do nome paterno! — Pronto, pronto. Fica o assunto em aberto. E depois lhe direi... — O quê? Outra vez, Carlos?! Vá lá apartar os gladiadores...

(*Para o público, novamente:*) Uma vez mais engalfinhados, Nestor e Alexandra! Adoráveis criancinhas! (*Folheando a papelada:*) Mesmo assim, não nos podemos queixar: parece muito bem encaminhada esta nossa sessão de trabalho matinal. Ainda quero discutir e arredondar duas ou três passagens das *Memórias* gloriosas... Uma delas tem a ver com o meu nome

artístico. — Pensando melhor... essa há-de ficar para outro dia. — Ou talvez não. Nada impede que vá exercitando as biográficas reminiscências, na consoladora presença imaginária dos meus queridos espectadores!

(Decididamente voltado para o público:) O meu verdadeiro nome começa por ser bastante vulgar: Pedro da Silva. Mas logo prossegue e termina com o apelido paterno: Gambozino. E, quando comecei a andar numas comédias, ainda aluno da Casa Pia de Lisboa, era esse o nome por que todos me conheciam. Só depois, no último ano do Conservatório, estagiário no Teatro Nacional D. Maria II, é que Amélia Rey Colaço (minha grande protectora!) me aconselhou a inventar um nome artístico. Que, já agora, havia de ser sonante! De Pedro tirei Petrónio. Quanto ao Malabar... surgiu-me, felizmente, ao folhear, por acaso, uma enciclopédia. *(E desata uma gargalhada.)* Queiram desculpar. Esta estridente gargalhada justifica-se não pelo que acabo de dizer, mas sim por aquilo que vou dizer a seguir.

(Passeia de um lado ao outro.) Há-de haver uns 5 ou 6 anos, concedi uma longa entrevista a uma dessas revistas mais fofoqueiras. A certa altura, a jovem jornalista (hmm, um verdadeiro bombom!) quis saber a origem do meu nome artístico. Tartamudeei umas sílabas preambulares. Não lhe falei de Pedro-Petrônio nem da enciclopédia. Disse-lhe, muito calmamente, que o sonoro topónimo Malabar me ficara no ouvido desde o meu tempo de Goa, em serviço militar. (Quando a verdade é que eu nunca tinha posto os pés na Índia, nem por lá perto! E o meu serviço militar foi... em Mafra!) Eis senão quando... ele há coisas!, recebo um telefonema do director da revista, convidando-me para «reviver», ou «evocar», no próprio local, a minha estada de oficial em Goa. Estranharão, meus estimados espectadores, se lhes disser que... aceitei? E lá fomos nós. Claro que a jovem jornalista... *(Apercebendo-se de que Finisterra volta a estar disponível:)* Só um segundo, Carlos. *(Tapa o minúsculo microfone e novamente se dirige ao público.)* Dizia eu que a referida jornalista, Diana de seu nome, me ia perguntando e eu ia engendrando, com a maior desfaçatez, as respostas adequadas. *(Agora para o microfone:)* Continuamos?

(Prossegue a vagarosa deambulação pelo quarto.) Pág. 228. Mesmo ao alto. A segunda viagem a Cuba (1990). O relato da primeira (1962) não sofrerá, creio eu, grandes alterações. Quando muito terei de justificar como é que eu, em plena ditadura salazarista, ousei dirigir-me a Cuba, logo depois da triunfante revolução, e regressei um mês depois, como se tivesse ido ali à outra margem do Tejo, saborear uma lagosta e umas cervejas com uns colegas... A verdade é que regressei calmamente, como se nada fosse, sem que a PIDE viesse pedir-me satisfações. Um passaporte falso, quando bem preparado... O que poderei dizer é que tinha um amigo muito seguro no Ministério dos Negócios Estrangeiros... (mas não será preciso nomeá-lo)... que me facilitou a ida por Madrid e Caracas, e o regresso por Nova Iorque (digo: Montreal). Sendo assim... passemos à minha segunda viagem à ilha revolucionária.

A propósito e por coincidência: sabe que o Fidel Castro anunciou ontem a sua decisão oficial de abandonar o governo? — Claro que lhe enviei uma mensagem de muito apreço... — Não se ponha com gracinhas, Carlos! — Apreço... não por abandonar o governo de Cuba, mas por tudo quanto fez pelo povo cubano! — De modo que, já esta manhã, o sorridente Félix (um dos fidelíssimos acólitos presidenciais) me telefonou... transmitindo os agradecimentos... — Homem, acabe lá com isso!, caramba!

(Acalmando-se, prossegue nas suas revelações:) No 1.º de Abril de 1990, lá vou eu, já em voo directo, de Lisboa para Havana. Trato, logo nos primeiros dias, de conhecer bem a cidade e contactar com o meio teatral. Apresento-me como actor e encenador português. E logo me recebem entusiasticamente. É então que o director do Teatro Fuenteovejuna se oferece para apresentar-me a Fidel, que logo no dia seguinte me recebe, com grande cordialidade, por entre fumarada de havano (genuíno, claro!). — Ó Finisterra, pare com essas risadas que me dão volta ao estômago! *(Pausa. Serenando:)* Não tardou o convite para encenar em Cuba uma peça portuguesa. Talvez esta, talvez aquela... E adiantei-lhe um título: *O Pavilhão dos Sonhos*. Fidel fixou-me um instante, desconfiado. Expliquei-lhe

que a acção da peça decorria num país imaginário da América Latina: Panamá, que teve uma revolução bem sucedida; depois, triunfoso, esse país a foi deixando perder. Ele, com os nós dos dedos, bateu 3 pancadas no tampo da mesa. E congeinou então uma resposta breve, nestes termos: Que voltaríamos a falar no assunto. Mas que, para já, receava ser aquela uma das peças que trazem mau agoiro, como o *Macbeth*, cujo nome alguns britânicos não ousam pronunciar, dizendo sempre «a peça escocesa»... — Um momento. *(Aperta o minúsculo microfone entre os dedos. Para os espectadores:)* Só não sei se o «compañero» Fidel Castro será muito versado em teatro. Terei de investigar. Pelo sim pelo não, atribuo a mim próprio a referência erudita à obra shakespeariana! — Está perdido de riso, este diabo!

(Liberta o microfone.) Mas o que se passa aí, afinal? *(Arregaça os olhos, numa longa pausa.)* Nestor e Alexandra abraçados pela cintura? Ele, com as roupas da mamã?, ela com as roupas do papá? *(Aos espectadores:)* A velha técnica telefónica de perguntar, repetindo elementos indispensáveis aos circunstantes... *(Encaminhando-se para o sofá:)* Adoráveis criancinhas. *(Senta-se, lentamente, um tanto desanimado.)* Carlos! Carlos Finisterra! — Será que posso mesmo contar consigo para a continuação destas *Memórias*? *(Pausa.)* Obrigado, meu amigo, discípulo exemplar! — Até amanhã. — Descanse esta tarde, que bem precisa. — Até amanhã. *(Retira a aparelhagem do ouvido. Recosta-se no sofá e lança a cabeça para trás.)*

Nota do Autor. — Esta peça, expressamente escrita para a revista *Prelo*, na dimensão que pareceu adequada e no momento em que a Imprensa Nacional-Casa da Moeda prepara a publicação da colectânea *Algum Teatro*, do dramaturgo, é susceptível de ampliação, mais conveniente a um espectáculo de duração normal.

CRÍTICA

AA. VV.

Teatro Romântico Português O Drama Histórico

Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda,
420 pp., 2007

AA. VV.

Teatro Romântico Brasileiro

Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda,
504 pp., 2007



Teatro Romântico Português. O Drama Histórico, com prefácio, selecção e notas de Luiz Francisco Rebello, apresenta quatro autores e respectivas peças, representativas de um género dramático e de uma época muito definida, clara e circunscrita: *Um Auto de Gil Vicente* (1838), de Almeida Garrett, *O Emparedado* (1839), de António Maria de Sousa Lobo, *Os Dois Renegados* (1839), de José da Silva Mendes Leal, e *O Cativo de Fez* (1841), de António Joaquim da Silva Abranches.

As primeiras palavras de apreciação vão, obrigatoriamente e de toda a justiça, ao extenso e excelente prefácio de Luiz Francisco Rebello. De escrita elegante e horizontes amplíssimos, o texto fornece as coordenadas para o exacto enquadramento do romantismo na história da literatura, tanto nas letras propriamente ditas como no teatro europeu, para a seguir focar várias faces do mesmo poliedro: os anseios pré-românticos em Portugal; a reforma

teatral segundo a legislação aprovada em 1836; a dedicação e inspiração garrettianas pelas coisas de teatro; a difusão, o apogeu e a quase exaustão do género; a elucidação das valências inerentes ao adjectivo «histórico», quando aplicado ao teatro. Muito informado e, como sempre, ciente de que toda e qualquer antologia está sujeita a critérios pessoais e discutíveis, neste caso porém justificáveis e muito bem ponderados, rigorosos e sabedores, Luiz Francisco Rebello decidiu abrir a antologia com o autor e a peça considerados fundadores do ro-

mantismo em Portugal, em detrimento do *Frei Luís de Sousa*, soberanamente conhecida e editada, ficando assim o leitor a ter um parâmetro de avaliação para as restantes peças seleccionadas. Refira-se que cada peça é antecedida por uma ficha biobibliográfica esclarecedora e irrepreensível pela concisão e densidade.

Almeida Garrett define *Um Auto de Gil Vicente* como sendo «uma pedra lançada no edifício do nosso teatro» (p. 96). E é-o, na medida em que adopta os modelos coevos, amenizando o divórcio entre Portugal e a modernidade europeia. Como é sabido, ao localizar a acção no tempo de Gil Vicente, o dramaturgo quis manifestar a ligação que o teatro português tinha com o autor quinhentista, que afinal foi o primeiro autor dramático nacional com uma obra dotada de fisionomia própria. O recurso ao teatro no teatro, pela evocação da representação das *Cortes de Júpiter*, bem como a presença do seu autor e da filha Paula, é claro sinal de reconhecimento literário, gratidão intelectual e calorosa homenagem. O enredo transfigura a verdade histórica, ficcionando impossíveis amores entre Bernardim Ribeiro e a infanta D. Beatriz, destinada ao casamento com o duque de Sabóia, desenrolando-se a acção na corte de D. Manuel. As peripécias, as palpações e os suspiros são relativamente comedidos, não havendo forças que elevem as per-

sonagens acima dos seus limites ou que as arrastem para uma queda fatal e sem retorno. Comparar *Um Auto de Gil Vicente* com *Frei Luís de Sousa* é uma tentação irresistível, mas afinal cada uma das peças tem dignidade e valor em si, e a segunda muito deve à primeira, que desencadeou as vontades de outros autores, incluindo Silva Abranches e *O Cativeiro de Fez*, inspiradora da obra-prima garrettiana.

O Emparedado recua até 1383, a fim de tratar da crise dinástica e da revolta popular que permitiu a instauração do reinado de João I, Mestre de Avis. O fundo histórico e político predominam até invadir toda a peça. O seu autor, António Maria de Sousa Lobo, apropriou-se de uma economia de recursos, estilístico e temáticos, pela sobriedade da linguagem e pela falta de interferências de enredos menores ou secundários, que fazem dela um objecto literário contido e sóbrio. Mesmo assim, os confrontos — a sós ou juntos — entre o *Emparedado*, a Rainha e o Mestre de Avis têm uma intensidade dramática que culmina com a revelação da identidade do *Emparedado*. Não se pense por isso que a presença de características românticas seja limitada, pois é bem ao gosto da época que a última cena, ao desvendar o mistério ocultado pela personagem aludida no título, exhibe um desmaio em perfeita consonância com outros que assolavam os palcos de então.

«Na cena as paixões são grandes, fortes e sublimes; devem comover todos os corações, abalar todas as almas, chegar a todas as inteligências» (p. 236). À luz destas palavras, retiradas daquele que poderá ser visto como uma espécie de programa artístico de José da Silva Mendes Leal, não há equívocos quanto às intenções de *Os Dois Renegados*. Shakespeare, Calderón, Schiller, Corneille e Racine, filtrados pelo gosto romântico, deveriam ser os modelos superiores para o dramaturgo do século XIX e são-no, pelo menos para Mendes Leal. Mas o enredo é bastante emaranhado: estamos em 1498, dois anos depois de D. Manuel expulsar os judeus do país e começar a obra do Santo Ofício; assiste-se às peripécias, também íntimas, de dois homens, um católico e um judeu, que por amor estão dispostos a renegar as suas religiões, havendo de permeio «toda uma sucessão arbitrária de traições, delações, assassinatos, excessos de loucura, mortes supostas» que, para Luiz Francisco Rebello, têm a sua origem nos autores menores do teatro romântico francês, ou seja «Pixérécourt, Lemerrier, Raynouard» (p. 48). O epílogo vê de certa forma triunfar os justos, para quem neste caso parece deslumbrar-se uma felicidade possível.

Como foi acima referido, *O Cativo de Fez* sugeriu a Almeida Garrett

a matéria temática do *Frei Luís de Sousa* e, mesmo não chegando aos vértices desta, destacou-se em 1840 chegando a ser premiada pelo júri do Conservatório Real de Lisboa por ocasião do 1.º concurso de originais portugueses. E Garrett não é alheio à sua versão final, já que, sendo-lhe remetida a peça, praticou «alguns retoques [...] abreviou e encurtou alguns monólogos, deu a alguns diálogos mais precisão e naturalidade, e sobretudo uniu o 5.º ao 6.º quadro, fazendo de ambos um só» (pp. 335-336). Este enredo, todavia, tem menor eficácia, porque desnecessariamente enfatizado por excessos de exclamações e complicado por peripécias secundárias e perda de integridade moral por parte da personagem cujo regresso inesperado determinará uma reviravolta na existência de outras. Por exemplo, durante o cativo em terras de África, o desaparecido D. Fernando de Castro tinha seduzido e abandonado uma donzela, que aparece com o pai à procura do sedutor; D. Fernando deu provas da sua morte em Portugal a fim de manter um confortável anonimato longe da pátria; ao cansar-se, regressar e querer vingar-se do melhor amigo e da mulher, que entretanto tinham casado, surge como uma figura volúvel e sem grandeza moral; o duelo final entre os dois contendentes, que acabaria com a morte de ambos, é

interrompido pela tão providencial como inverosímil morte de D. Leonor de Castro, que não aguentou tantas emoções. Enfim, o texto justifica o prémio com que foi galardoado, todavia não lhe teria vindo mal algum se Garrett tivesse tido maior severidade nos retoques. Percebeu, todavia, como nota Luiz Francisco Rebello, que havia um potencial imenso na história de Manuel de Sousa Coutinho narrada por Frei António da Encarnação. Tanto assim que decidiu reescrevê-la ele mesmo.

Perante a excelência desta antologia, aguarda-se com muita expectativa a saída de *Teatro Romântico Português. O Drama de Actualidade*, anunciado por Rebello no seu prefácio. Será uma óptima oportunidade para conhecermos melhor uma outra importante vertente da dramaturgia portuguesa do século XIX.

Por comungar do espaço linguístico, do género dramático e da época de redacção dos originais, *Teatro Romântico Brasileiro*, prefaciado e organizado por Duarte Ivo Cruz, é um livro que, muito certamente, é apresentado na badana como sendo complementar ao *Teatro Romântico Português*. A coincidência ocorre também a nível cultural e literário em sentido mais amplo, estando patente a influência dos modelos europeus no Novo Mundo e podendo-se verificar a ramificação efectiva de

todo um modo de se entender a criação e a realidade, que produziu efeitos análogos nos dois países em causa. Para maior exactidão, o paralelismo pode ser observado no que diz respeito aos dramas históricos, género a que se restringe o volume de *Teatro Romântico Português*, enquanto *Teatro Romântico Brasileiro* propõe quatro dramas e duas comédias. Os dramas são *António José, ou O Poeta da Inquisição* (1837), de Gonçalves de Magalhães, *Leonor de Mendonça* (1846), de Gonçalves Dias, *Macário* (1851), de Álvares de Azevedo, e *Gonzaga, ou A Revolução de Minas* (1867), de Castro Alves; quanto às duas comédias, foram seleccionadas *O Noviço* (1845), de Martins Pena, e *A Torre em Concurso* (1861), de Joaquim Manuel de Macedo.

António José, ou O Poeta da Inquisição recua historicamente ao ano de 1739. A acção desenrola-se em Lisboa e, tal como o título anuncia, verte sobre a penosa e execrável perseguição do Judeu pelo Tribunal do Santo Ofício. Pelas suas características e datação, a peça poderia ser considerada o primeiro drama romântico redigido em português, a não ser que seja perspectivada como tratando-se da lógica continuação de uma genealogia que, forçosa e inequivocamente, deveria produzir esta filiação. Isto é, tendo em conta as suas especificidades, talvez fosse mais exacto catalogá-la

como congregando curiosamente peculiaridades de três fases do movimento em questão: o pré-romantismo, o romantismo propriamente dito, e até, pelos excessos do epílogo, o ultra-romantismo. Isto porque o discurso é grandiloquente e não desdenha ímpetos retóricos; os presságios de desventura e a exaltação das paixões são constantes; há apontamentos metateatrais, devido à citação de Gil Vicente, António Ferreira e Molière; na cena final, «grã-guiñholesca» nas palavras de Duarte Ivo Cruz (p. 16), a morte sucessiva de quase todas as personagens desvia o possível sentido de trágica fatalidade para os tons da caricatura.

Casualidade ou premeditação, em *Leonor de Mendonça*, de Gonçalves Dias, o nome da protagonista coincide com o da heroína (Leonor de Mendoza) do drama calderoniano *A secreto agravio, secreta venganza* (1635). Esta peça faz parte duma trilogia de dramas de honra (juntamente com *El medico de su honra*, de 1635, e *El pintor de su deshonra*, de 1648-1650?), e confluirá no libreto romântico italiano *Inês di Mendoza* (1855), de Giuseppe Torre, musicado por Francesco Chiaromonte. Os tópicos dramaturgicos são meras variantes, mantendo-se os traços fundamentais, havendo um marido que se julga atraído, um rival que aspira ao amor da mulher casada, uma esposa que na

aparência é culpada de adultério e está porém inocente, um julgamento sumário e irreversível, uma vingança trágica, que será terrível e sem apelo. Contudo, a fúria dos sentimentos românticos expressos pelas personagens de Gonçalves Dias é extraordinariamente mais impetuosa do que no teatro do Siglo de Oro.

Macário foi escrita por Álvares de Azevedo aos 20 anos, um ano antes da sua morte prematura, e é efectivamente, como a descreve Duarte Ivo Cruz, uma «peça indefinida» com laivos «simbolistas» (p. 24). Parece-me, no entanto, que se pode acrescentar que não seria descabido considerá-la também a meio caminho entre a novela filosófica iluminista e o drama romântico. Bem recheada de citações literárias, esta peça é uma curiosa recriação do mito faustiano, mergulhando o seu protagonista em atmosferas feitas de estranheza, oníricas e funestas. Ambiente e personagens são locais na peça *Gonzaga, ou A Revolução de Minas*. Castro Alves fala de uma época conturbada da história nacional: a revolta popular, chefiada pelo lendário Joaquim José da Silva Xavier, melhor conhecido como Tiradentes, em finais do século XVIII (mais exactamente, a acção passa-se no Rio e em Minas, de 1789 a 1792). Portanto, mesmo que o modelo seja ainda europeu, a sua adaptação elege terras e personagens nacio-

nais, falando do desejo de independência e do fim da sujeição colonial a Portugal por parte do Brasil. Ou seja, descreve-se uma sociedade que estava a interiorizar e reivindicar instâncias revolucionárias e valores liberais. Porém, as forças conservadoras acabam por prevalecer, esmagando no sangue a revolta. Para a escravidão, e para os abusos que sobre ela praticam os colonialistas, ainda não chegou a hora do resgate. *Gonzaga, ou A Revolução de Minas*, não seria uma peça romântica se não tivesse enredos sentimentais à mistura com a política e com a história, bem como momentos de enlevo e comoção irrefreáveis.

No que diz respeito às comédias, *O Noviço* situa-se a meio caminho entre a comédia de enganos e a comédia de costumes, tendo como pano de fundo a sociedade brasileira e as suas convenções, o mes-

mo acontecendo com *A Torre em Concurso*, inscrita pelo autor no género da «comédia burlesca», acrescentando porém traços satíricos pela visão paródica da actividade política, consumada à sombra de corrupções e lutas inertes (nas escaramuças entre vermelhos e amarelos o referente concreto são os liberais e os conservadores brasileiros). Em quadros da vida corrente, movimentada por peripécias mais ou menos mirabolantes, sustenta-se a arquitectura dramatúrgica da comédia romântica. Para benefício do leitor, contudo, teria sido desejável que o prefácio desenvolvesse mais as suas especificidades. Apesar disso, o que mais importa reter é que a antologia fornece uma amostra significativa do entendimento do teatro romântico no Brasil.

SEBASTIANA FADDA



António Braz Teixeira
O Essencial sobre a Filosofia Portuguesa (Sécs. XIX e XX)

Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 128 pp., 2008



José Esteves Pereira
O Essencial sobre Silvestre Pinheiro Ferreira

Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 96 pp., 2008



Com estes dois volumes (entre outros) da colecção «Essencial» (respectivamente os n.ºs 100 e 105), a INCM prolonga a evolução desta sua série particular, tanto pelas suas características quanto pela sua durabilidade, e inflectindo a sua natureza de forma coerente com o passado mas nem por isso menos nítida. Com efeito, se o formato e o modelo inicial foi pensado para divulgar temas da actualidade (de que o título modelar será porventura *O Essencial sobre Drogas e Drogados*), a partir da subdivisão da série em linhas temáticas tornou-se claro que uma das marcas da administração de António Braz Teixeira seria tornar a colecção de divulgação numa colecção votada a estabelecer o estado da arte nos objectos de vários campos de investigação académica. Simbolicamente, o próprio Braz Teixeira, sem dúvida um dos nomes maio-

res da Filosofia Portuguesa, entendeu encarregar-se do número 100 da colecção, escrevendo pessoalmente o texto de que é desde já de referência sobre uma matéria da qual apenas por modéstia omite o seu próprio nome. Essa omissão, bem como a de alguns outros autores ainda «no activo» (pensemos em José Gil ou em Viriato Soromenho-Marques), é talvez a mais significativa reserva a apontar ao estudo. Estruturado em função de cinco períodos históricos, o livro abarca o período compreendido entre 1803 e

2000, articulando de forma cronológica e ideográfica as sucessivas gerações de nomes marcantes da cultura filosófica em Portugal. Esta estratégia funciona particularmente bem no caso nacional, marcado pela estreiteza dos círculos e pelo escasso número dos centros de ensino e investigação, o que gera contactos muito estreitos entre os nomes a reter e facilita a identificação de influências entre correntes de pensamento. O resultado, até pela exposição cuidada e atenta à diversidade dos pormenores a tratar por parte do autor, é exemplar.

Igualmente ilustrativo da personalidade renovada da colecção «Essencial», o estudo de José Esteves Pereira dedicado a Silvestre Pinheiro Ferreira firma-se de imediato como um instrumento de trabalho precioso para os estudiosos de um dos maiores autores da filosofia portuguesa do perio-

do anterior ao trabalhado no volume de António Braz Teixeira. Isto porque, além de uma apresentação fundamentada dos traços principais do seu pensamento, inclui ainda um levantamento bibliográfico das suas obras e das que lhe foram dedicadas recentemente. Se, em aspectos como a distinção entre as ideias sociais e as ideias políticas, nos parece que o modelo de exposição desarticula elementos naturalmente conexos, não obstante o conjunto, que inclui além daquelas também as ideias filosóficas e económicas de Silvestre, resulta equilibrado e útil a todos aqueles que procurem interpretar com olhos lavados um período da cultura portuguesa (séculos XVIII e XIX) que não só esta mas várias outras publicações da INCM muito têm contribuído para reapreciar.

CARLOS LEONE

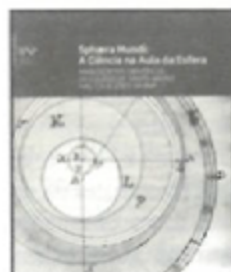


Henrique Leitão (comissariado científico),
Lígia Martins (coordenação técnica
e catalográfica) *et al.*

**Sphaera Mundi: a Ciência
na Aula da Esfera**

**Manuscrtos Científicos do Colégio
de Santo Antão nas Coleções
da Biblioteca Nacional de Portugal**

Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal,
248 pp., 2008



Publicado por ocasião da exposição «Sphaera Mundi: a Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da Biblioteca Nacional de Portugal [BNP]», patente ao público entre 21 de Fevereiro e 30 de Abril de 2008, o presente catálogo bibliográfico configura, a vários títulos, um instrumento de divulgação histórico-científica modelar. Resultado de um mais vasto projecto de inventariação, catalogação e estudo do *corpus* de manuscritos científicos que integram o Fundo de Reservados da BNP¹, sob coordenação

de Henrique Leitão (Centro de História das Ciências, Universidade de Lisboa), o volume apresenta oitenta e seis documentos produzidos entre 1595 e 1721, testemunho da actividade empreendida no seio da mais relevante instância de estudo formal das ciências exactas no Portugal moderno. Merece destaque, desde logo, o facto de a obra não se circunscrever a um simples rol de notas bibliográficas sumárias — opção ainda comum no panorama catalográfico português —, antes estruturar-se de forma triptica. Precedem a listagem documental

¹ Cf. *Património Científico e Cultura Manuscrita: A Coleção de Manuscritos Científicos da Biblioteca Nacional, Lisboa*. Este projecto, fruto do trabalho conjunto do Centro de História das Ciências, da Universidade de Lisboa, e da Divisão de Reservados da BNP, foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia [POCTI/HCT/58543/2004]; visou, a montante, a catalogação exaustiva, o tratamento normalizado e contextualização do património documental de natureza científica identificado no referido acervo; a jusante, pretendeu divulgar junto de diferentes públicos os resultados obtidos.

propriamente dita (pp. 101-243), organizada de modo diacrónico e em torno dos sucessivos mestres da Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão, dois textos introdutórios e quatro estudos relativos a outras tantas faces do trabalho que ao longo de mais de século e meio teve lugar nessa instituição. Fundado em Lisboa pela Companhia de Jesus² no ano de 1553, o Colégio de Santo Antão começou por ocupar, à Mouraria, o convento (hoje designado Santo Antão-o-Velho) no qual onze anos mais cedo Simão Rodrigues havia estabelecido um primeiro grupo de congregados, base a partir da qual a comunidade irradiou para diversos pontos do reino e para o Padroado Português. Como enfatiza Jorge Couto (Biblioteca Nacional de Portugal) no prómio a esta obra (pp. 11-17), o múnus docente não estava inscrito na linha de acção dos primeiros jesuítas. Porém, a necessidade de recrutamento de futuros membros da Companhia para a missão continental e o anúncio *ad*

gentes originaram a abertura de colégios residenciais junto das Universidades de Paris, Coimbra, Lovaina, Colónia e Valência. Por insuficiente (e acrescida do apelo de algumas comunidades locais para a formação das suas elites), esta estratégia viria a ser reorientada desde final da década de 40 do século XVI no sentido do desenvolvimento de um novo currículo e metodologia educativos, alternativos aos estudos elementares e superiores até então praticados. Tal iniciativa resultou na constituição de uma rede de unidades de ensino médio não exclusivamente frequentadas por aspirantes à congregação, a qual se expandiu em contexto europeu e ultramarino até à supressão da mesma, determinada por ordem papal no ano de 1773. Nesse cenário, as matérias de Esfera — denominação alusiva ao tratado medieval de João de Sacrobosco e ao universo da Cosmografia — foram formalmente integradas no plano de estudos do colégio lisbonense somente após 1573, data

² Vide Nuno Silva Gonçalves, «Jesuítas (Companhia de Jesus)», in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, de Carlos Moreira de Azevedo (dir.), vol. J-P, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, pp. 21-31. O grupo fundador da Companhia, também conhecido por «grupo de Paris», compôs-se de um escol de clérigos universitários (Inácio de Loyola, Francisco Xavier, Pedro Fabro, Simão Rodrigues, Diego Laínez, Afonso Salmerón e Nicolau de Bobadilla) que fez o seu primeiro compromisso colectivo em 1534. Seis anos mais tarde, Paulo III confirmou a erigenda congregação por via da bula *Regimini militantis ecclesiae*.

da transferência de instalações para Santo Antão-o-Novo (actual Hospital de São José); as fontes disponíveis apontam para o início da sua leccionação regular por João Delgado, c. 1590. Desde então até meados de Setecentos, aí foram ensinadas por um corpo docente prestigiado e transnacional diversas disciplinas físico-matemáticas.

Os estudos apresentados por Henrique Leitão (pp. 27-44), Bernardo Mota (Centro de História das Ciências/Centro de Estudos Clássicos, Universidade de Lisboa; pp. 45-70) e Samuel Guessner (Centro de História das Ciências, Universidade de Lisboa; pp. 71-88) consubstanciam alguns dos aspectos mais bem conhecidos acerca da Aula da Esfera: respectivamente, é abordada a recepção e participação no debate cosmológico acontecido entre 1610 e 1640, no qual teve início a revisão dos princípios aristotélicos e ptolomaicos; o estatuto epistemológico da Matemática em Santo Antão e no meio académico português; e o papel dos instrumentos matemáticos no contexto da referida aula. Deles se pode inferir uma dinâmica institucional facilitadora do

influxo de importantes debates e novidades científicas europeias, no qual foram formadas várias gerações de estudantes e professores portugueses, com consequências no impulso a investigações e a expedições em território continental e ultramarino. No catálogo, constituído por notas de aula, obras teóricas e miscelâneas de apontamentos — descritos segundo critérios explicitados por Ana Cristina Silva, Lígia Martins e Teresa Duarte Ferreira (Divisão de Reservados da BNP; pp. 89-98) —, avultam manuscritos destinados à circulação e reprodução do saber aprendido em aula, em alguns casos detalhadamente ilustrados. É, pois, na opção de aliar a descrição pormenorizada do compósito documental catalogado e a sua substancial contextualização prévia, complementadas por uma apresentação gráfica apelativa, que reside a exemplaridade desta obra. Como a exposição epónima denunciara, o catálogo *Sphaera Mundī* apresenta-se, a um tempo, útil à comunidade de investigadores e passível de ser fruído por um público mais alargado.

ANA CLÁUDIA VICENTE



Alexander von Humboldt

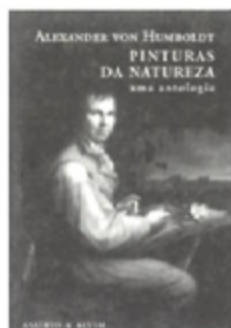
Pinturas da Natureza

Uma Antologia

Lisboa, Assírio & Alvim,
206 pp., 2007

Este *Pinturas da Natureza* propõe um primeiro contacto com a obra de Alexander von Humboldt a partir de alguns capítulos do texto monumental *Viagem às Regiões Equinociais do Novo Continente nos Anos de 1799, 1800, 1801, 1802, 1803 e 1804*, o relato da expedição ao continente americano que o celebrou, publicado originalmente em francês, em trinta volumes, em co-autoria com Bonpland, companheiro de viagem; de *Perspectivas da Natureza*, síntese de resultados e conclusões a partir das suas observações que se tornou popular; e *Cosmos*, uma tentativa de sistematização das suas teorias e intuições que foi o derradeiro e inacabado projecto de Humboldt (o último dos cinco volumes publicado já após a morte do autor).

A expedição científica ao Novo Continente — a que Bolívar daria o título elogioso de «segunda descoberta da América» — destacou-se certamente das várias expedições e viagens com propósito científico realizadas entre finais do século XVIII e o século XIX pela duração e objectivos, com uma quantidade imensa de dados recolhidos nas áreas da geografia,



astronomia, geologia, botânica, zoologia, etnografia, desde Cuba até ao Peru, e incluindo a exploração de territórios pouco ou nada conhecidos de europeus, incluindo uma subida do rio Orinoco e a ascensão do vulcão Chimborazo. Mas o que torna a obra de Humboldt particularmente interessante é antes de mais o facto de se diferenciar precisamente da corrente que animava os restantes viajantes do mesmo período, essencialmente empenhados na descoberta e classificação de novas espécies, na esteira de Lineu. Ora Humboldt estava menos interessado em descobrir novas espécies do que em compreender a relação entre elas, e o seu meio (o que para alguns lhe vale o título de «pai da ecologia», embora o próprio termo só viesse a ser cunhado alguns anos depois da sua morte, por Haeckel).

Na introdução à *Viagem às Regiões Equinociais* isto mesmo é declarado: «Eu gostava apaixonada-

mente de botânica e de alguns ramos da zoologia e regozijava-me com a ideia de as nossas investigações poderem vir a adicionar novas espécies às espécies já descritas. Mas, como sempre dei a primazia à relação entre factos há muito conhecidos, em detrimento do conhecimento de factos isolados, ainda que novos, a descoberta de uma espécie ignorada afigurava-se-me de muito menor importância do que as observações que contemplassem a relação geográfica entre vegetais, a migração das plantas e o limite de altitude alcançado pelos vários troncos no cimo das cordilheiras.» (P. 102.)

Nos três ensaios de *Perspectivas da Natureza* apresentados nesta colectânea, em que as observações de geografia física se misturam com notas sobre a vegetação, a fauna e as populações humanas, pode detectar-se esta inclinação por uma visão integral. Claro que, nessa visão, Humboldt não foi absolutamente original. Ele é aliás o representante, porventura o mais ilustre, de uma filosofia da natureza e da ciência germinada na universidade alemã a partir da ideia de história natural de Kant, a qual continha precisamente uma crítica ao carácter reducionista do método taxonómico de Lineu.

É significativa a omnipresença da categoria de «natureza» nestes textos, nos quais, a par das observações de carácter científico, se

juntam impressões estéticas que, no seu conjunto, formam uma celebração do mundo natural como *totalidade*. Certamente aqui se detecta o espírito do romantismo, mas porventura mais ainda as influências de Goethe e Schiller, com quem Humboldt privara e que haviam defendido, como sinal de maturidade do espírito, uma literatura científica enformada por uma linguagem poética.

Tal como eles, Humboldt parece ensaiar uma terceira via perante o confronto entre o romantismo e as Luzes e, com toda a celebração da natureza e liberdade poética na redacção de textos científicos, é ainda segundo o paradigma da ciência moderna que mede a tarefa do investigador na construção do edifício do conhecimento, como pode perceber-se nos parágrafos finais da introdução a *Cosmos*. De passagem, refere-se aí também a opinião de que, «devido à forma como nos expressamos, os artigos antiquados sobre as ciências da natureza se tornarão ilegíveis e pertença do passado» (p. 140). O Humboldt da velhice terá intuído que esse período em que Schiller publicava na revista *As Horas* os poemas de Goethe sobre as nuvens fora um momento singular da história da ciência, condenado a extinguir-se. Talvez o tenha percebido no comentário do seu irmão — o filósofo Wilhelm von Humboldt — a um seu artigo numa correspon-

dência, que cita (p. 24): «O desenvolvimento de uma ideia fisiológica é o desígnio de todo este artigo. Na época em que foi escrito, apreciava-se, mais do que hoje,

o envolvimento de verdades sérias neste tipo de roupagem semipoeética».

DAVID SILVA E SOUSA



Sigmund Freud
O Mal-Estar na Civilização

Lisboa, Relógio d'Água,
168 pp., 2008

Fazer a crítica a um livro ou a uma doutrina de Freud visa sempre a expressão de um pensamento marcado pela circunstância decisiva de a sua obra ter conformatado a nossa cultura e a nossa maneira de conceber o homem e o mundo. Estamos sempre já a falar de um pensamento e de uma prática terapêuticas que moldaram a concepção contemporânea do humano e penetraram da forma mais profunda a linguagem corrente, por vezes sob a forma de um jargão popularizado, é certo, mas que moldou a linguagem em que pensamos, escrevemos e falamos. Mesmo quando o discurso dos diversos saberes que intervêm na esfera psicológica



deixou de ter em elevada consideração a doutrina psicanalítica e passou a combatê-la de forma explícita, abandonando a sua concepção terapêutica e confrontando-a continuamente com a insuficiência de elementos para sustentar o estatuto de cientificidade a que se arrogava, persiste uma influência profunda. Na esfera da cultura e da análise psicológica estamos sempre já numa situação de imersão no seu pensamento.

Por outro lado, o estilo literário de Freud não é somente um adeço ou uma forma elegante de se expressar, resulta também de uma atenção aos movimentos das placas tectónicas da língua alemã, da vida da língua nos seus estratos mais profundos. À linguagem de Freud e à elaboração do seu aparato conceptual não é indiferente esta teia de relações, que evoluem num plano profundo da língua, mas também num plano mais superficial. Por isso, não é indiferente que Freud tenha escrito em alemão e não numa outra língua, e que muitos dos seus aspectos tenham cunhado decisivamente os conceitos da psicanálise. A atenção do próprio Freud à inserção de diversos conceitos na língua alemã, e a discussão minuciosa de alguns vocábulos, partindo do seu uso quotidiano, da etimologia, bem como o interesse revelado por inúmeros exemplos literários, revela como a língua desempenha um papel central na elaboração do pensamento de Freud. Se a escrita de Freud tivesse sido forjada numa linguagem neutra e num ambiente esterilizado, com uma pretensão científica imune ao estilo, ou mesmo construída numa armadura estritamente argumentativa, o seu pensamento não seria o que foi e não teria influenciado a nossa imagem do homem, tal como aconteceu. Tudo isto a propósito da edição portuguesa da Relógio d'Água do

escrito de 1930, *O Mal-Estar na Civilização*, e de *Reflexões em Tempo de Guerra e de Morte*, de 1915, escrito publicado imediatamente a seguir ao fim da Primeira Guerra Mundial. A editora Relógio d'Água editou recentemente uma nova tradução do alemão cuja autoria é de Isabel Castro Silva, existindo já uma outra da Europa-América, de 1996, que reúne exactamente os mesmos escritos e as notas originais de Freud, a qual tudo indica foi feita a partir do inglês.

A aparição deste ensaio tem lugar na sequência da discussão sobre a possibilidade de prevenção da neurose, e em articulação com este propósito o advento da possibilidade de politização do movimento psicanalítico. As suas conclusões permitem a Freud alimentar a pretensão de evitar uma politização da psicanálise combatendo a ideia de Wilhelm Reich de uma política preventiva da neurose.

Freud inicia o seu ensaio com uma teoria da constituição da civilização através da conjugação dos princípios de *Eros* e *Tanatos*. O processo de constituição que a própria cultura representa está ao serviço de *Eros*. Esta teoria dá origem a uma discussão em torno do conflito entre a descrição da natureza do homem e a descrição da cultura. O mal-estar da civilização constitui um desenvolvimento da teoria dos instintos ou das pulsões de Freud, conferindo-

-lhe a orientação que ela já vinha a adquirir na sua obra *Para Além do Princípio do Prazer*, de 1921, com a afirmação do instinto de morte como um instinto originário que molda a existência humana. Freud aplica-o à compreensão da evolução da espécie humana e da vida colectiva, dando uma direcção antropológica à sua doutrina, balanço que já vinha de trás. Em poucos textos seus este ingrediente está presente de forma tão clara associando-se a uma nota fundamental de resignação e de aceitação do destino humano, à presença do elemento estóico do seu pensamento, que aqui chega a ser tão tocante.

A tradução da *Relógio d'Água* é bastante cuidada e revela a capacidade de recriar o estilo elegante de Freud, com uma articulação muito desenvolvida em português, procurando recriar a clareza e a graça do estilo de Freud, sem perder de vista o sentido psicanalítico, defeito que se verifica em inúmeras traduções dos seus escritos. É, sem qualquer dúvida, uma das melhores traduções de Freud em português e uma das poucas com esta rara qualidade. A edição inclui as notas de Freud e diversas notas de tradutor que fazem uma identificação quase integral das citações ou referências que Freud não identifica nas suas notas, o que exigiu um trabalho aturado e cuidadoso, bem como algumas notas de tradução, esclarecedoras e atentas sem se-

rem exaustivas. É também apresentada uma justificação das escolhas de tradução, conscienciosa, informada e clara. A circunstância de este escrito não ser tão técnico como muitos outros do autor facilita o desiderato de a tradução ir ao encontro do uso comum da língua alemã, de usar o ouvido como critério de escolha. Esse seria um motivo adicional para que menos ainda do que em outras situações se possa aceitar como boa a opção de traduzir do inglês, mesmo nos casos em que as traduções tiveram a aprovação de Freud. É precisamente o que sucede com a tradução da editora Europa-América, com algumas virtudes e até com uma ou outra opção semelhante à tradução mais recente, mas com descuidos diversos, uma sintaxe que nem sempre é clara e a dificuldade em procurar recriar o estilo de Freud, além de inúmeros descuidos de revisão e de correcção da língua. Gostaríamos de deixar uma última nota sobre a tradução de um conceito central no pensamento de Freud e que é um caso interessante. Pensamos que a escolha de instinto, em vez de pulsão, para traduzir *Trieb* não é a melhor opção e seria difícil sustentá-la numa tradução de umas obras completas de Freud ou até mesmo na tradução de vários escritos de natureza técnica pois a palavra evoca e desperta outros campos semânticos. Estamos perante um daqueles casos em que

a natureza de conceito, ou o uso técnico de um vocábulo, se deveria sobrepor ao critério de escolha que assume o parentesco com o uso comum da língua. É certo que nenhuma das duas opções cobre de forma perfeita a palavra alemã, mas instinto comporta necessariamente uma dimensão de inclinação natural herdada biologicamente, de um impulso movente com um carácter primitivo e natural, definitório da espécie. *Trieb* remete para uma propulsão, para um acto de pôr em movimento, de um aguilhão que impele e põe em marcha, e ao substantivo corresponde o verbo *treiben*. A *Trieb* é anterior ao querer e ao instinto e, enquanto base não categórica de um instinto, uma força poderosa que impele; circunstância pela qual pode ou não ser um instinto. *Trieb* recobre o campo semântico de instin-

to, mas excede-o, pois não é simplesmente um instinto, e sucede que tanto pode assumir essa figura como a de um querer que é diferente dele. Se é certo que *Trieb* mergulha as suas raízes no uso comum da língua alemã, passou a ser um conceito cunhado e com um sentido preciso no pensamento de Freud, motivo pelo qual dificilmente pode ser traduzido de forma variável. No contexto da antropologia e do pensamento sobre a espécie humana é um facto que instinto soa bem e que a justificação apresentada tem cabimento.

Podemos concluir com um elogio da aposta na edição dos escritos de Freud que actualmente tem reduzido reconhecimento, mas é um serviço inestimável que se presta à cultura e ao pensamento.

PEDRO PANARRA



Rudolf von Sebottendorff
Antes de Hitler Chegar

Lisboa, Atomic Books,
204 pp., 2007

Nem todos os livros que merecem ser lidos são bons livros. *Antes de Hitler Chegar* pertence a este grupo. Trata-se de um mau livro, que vale como fonte de uma época e de um tipo de literatura que dificilmente é traduzido — e isto independentemente do conteúdo —, por isso, esta edição é preciosa, tanto mais que o original é quase inacessível. Em Portugal, as últimas publicações semelhantes foram as duas obras de Otto Rahn na Hugin, respectivamente *A Cruzada contra o Graal* e *A Corte de Lúcifer*. A edição portuguesa conta ainda com uma introdução que situa o texto historicamente e sobretudo no seio da maçonaria e das sociedades ocultas.

Sobre Sebottendorff não se sabe muito, mas sabe-se o suficiente para perceber que era uma figura dúbia, sobre ele pendiam acusações de fraudes e imposturas diversas, a começar pelo título de barão, e a terminar em questões financeiras. O texto agora publicado (o original foi publicado em 1933) segue-se a dois romances semiautobiográficos (*Erwin Halle*, 1918-1919, e *Der Talisman des Rosenkreuzers*, 1925) onde se podem colher várias informações sobre a vida da personagem, confir-



mas historicamente, e o seu interesse reside na reivindicação da Sociedade Thule como antecâmara do nazismo, não só pela acção desenvolvida, como também pelo facto de ter sido o primeiro grupo em que Hitler procurou apoiar-se. Ainda que os factos possam não corresponder inteiramente à verdade, são hoje corroborados em certa medida pela investigação histórica. Um bom ponto da situação está feito no capítulo 11, «Rudolf von Sebottendorff e a Sociedade Thule» (pp. 151-168), de *Raízes Ocultistas do Nazismo — Cultos Secretos Arianos e Sua Influência na Ideologia Nazi* (Terramar, Lisboa, 2002), de Nicholas Goodrick-Clarke, e que é um excelente guia na maranha monótona e desinteressante das seitas, maçónicas, ocultistas, etc. *Antes de Hitler Chegar* ofereceu-nos, com as necessárias cautelas, uma visão da contra-revolução alemã, alarmada pelo perigo bolchevista, e que provocou mais mortes que a revolução alemã, em

particular pela actividade dos corpo-francos. Podemos ver aqui a acção das forças nacionalistas em conluio com a pequena e média burguesia, e devidamente financiada e apoiada por forças mais altas. O roteiro de Sebotendorff, com uma intriga pormenorizada, é instrutivo a esse respeito. Ressalta, quase a cada página, o anti-semitismo primário, a «camarilha judia», «Judá», etc., em ligação com os líderes «vermelhos» da República dos Conselhos, fruto dos temas do anti-semitismo oitocentista que sobreviveram desde então: o culto de Mamon, a democracia, a mestiçagem das raças, a dissolução da hierarquia, o cristianismo, a tolerância, o hiperdesenvolvimento do intelecto e a artificialização da vida (veja-se a pérola: «o Judeu não se interessa por desporto, a menos que daí possa tirar algum dinheiro», p. 62).

Se todos estes escritos se perfilam como rebotalho intelectual, a verdade é que nos anos a seguir à Primeira Guerra Mundial conseguiram congregar várias classes sociais e não apenas as inferiores. Durante a chamada República de Weimar, proliferaram os salvadores de café. Não havia cidade de província que não contasse com umas quantas figuras excêntricas detentoras de alguma mensagem e pregando no seu círculo, e que um autor já apodou de «profetas pé-descalço». Não se trata de um fenómeno isolado ou margi-

nal, o próprio *Georg-Kreis* teve a sua parte de mistificação. Ou seja, a linha divisória entre subculturas fraudulentas e a cultura séria, e até universitária, nem sempre é fácil de traçar, sendo o retrato da *Ratlosigkeit* que grassava na Alemanha. Não nos espantamos por encontrar «iniciados» entre as figuras gradadas da hierarquia nacional-socialista, mas já nos perturba que Goebbels tenha frequentado a fina-flor das universidades alemãs; antes de se doutorar em Heidelberg, em 1921, estudou nas Universidades de Bona, Freiburg, Colónia, Würzburg, Munique e Frankfurt. Mesmo figuras destacadas do pré e pós-guerra, que não eram de modo nenhum *outsiders* ou arrivistas políticos, herdaram e desenvolveram os diversos neo-espiritualismos de pacotilha; um caso emblemático é o de Ludendorff, cuja mulher escreveu vários livros sobre os temas — e de cunho racista — por ele citados com aprovação.

Se este caldo cultural vem a propósito para o estudo das origens do nacional-socialismo, é talvez mais importante saber o que lhe sucedeu depois da tomada do poder. E aqui os factos são mais incomodativos. Toda esta gente que não se converteu — e mesmo alguma que o fez — acabou fisicamente eliminada ou remeteu-se *motu proprio* ao silêncio. Por excêntricas que fossem estas ideias, eram ainda ideias. O que o nazismo não permitiu. Sob o seu do-

minio total nada pode florescer que não o seu domínio total. Por isso, *Antes de Hitler Chegar* foi apreendido pelos novos senhores, e Sebottendorff chegou a ser encarcerado durante um curto período no início de 1934, conforme testemunhado pelos arquivos das

S. A. Depois de libertado, voltou à Turquia, onde esteve envolvido em actividades de contra-espionagem donde extraía os seus proventos. Lançou-se ao Bósforo a 9 de Maio de 1945.

JOÃO TIAGO PROENÇA



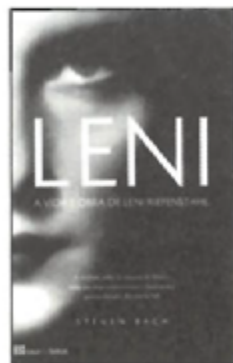
Steven Bach

Leni

A Vida e Obra de Leni Riefenstahl

Lisboa, Casa das Letras,
470 pp., 2007

Leni Riefenstahl é o nome de um lugar. Um lugar onde se vêm combater duas visões sobre a responsabilidade política do artista, e isso porque se ligou ao mal político por excelência, o nazismo. Comprovar uma tese num caso extremo provaria a sua validade universal, é o pressuposto que acicata tantos autores que se ocupam da realizadora alemã. Daí tantas apostas. Mas não só. O facto de se tratar de cinema, a arte que chega a mais pessoas e que necessita de mais meios técnicos, económicos e humanos, faz subir ainda mais a parada. Tudo se passa como se a dimensão do cinema o politizasse automática-



mente, o tornasse um factor social de manifesta importância. O cinema seria assim o lugar da completa implicação e compromisso, ou, pelo contrário, mostraria a inocência política radical de toda a obra de arte. A ambiguidade, se algum dia existiu, já foi desfeita. Se o cinema for político (em sentido didáctico), é obra de propaganda, se não é obra de propaganda, pode ser uma obra de arte. Mas também pode ser uma obra

técnica. É o caso de Riefenstahl. Nenhum dos seus filmes é julgado artisticamente, nenhum dá que pensar. Apenas as qualidades técnicas permaneceram, porque foram inovadoras. Essas qualidades são, usando os termos de Kant, algo que se pode admirar, mas não respeitar. Produzem efeito, são bonitas, mas não belas. Como qualidade técnica, actuam também, ainda que noutro plano, as qualidades pessoais, a força de vontade, a eterna juventude, tão ao gosto de hoje, ou a coerência estética (pense-se nos nus, na natureza selvagem dos Alpes ou dos Nuba).

Mas não é esse o plano em que Steven Bach se coloca. Em certa medida, Bach dá como adquirida a mediocridade artística da autora, desde a dança até aos filmes alpinos, mostra-se sempre o gosto pelo efeito isolado, que, por mais exigente ao nível físico que possa ser, não passa disso mesmo: uma exibição de uma capacidade técnica que se esgota em si mesma. Não se trata de uma apreciação retrospectiva, já enviesada pela restante carreira. Bem pelo contrário, isso foi desde logo assinalado pelos críticos de Leni bailarina. Veja-se a crítica da época reproduzida nas páginas 56-57, que, depois do encómio hiperbólico inicial, afirma com frieza: «a visão inspira... uma silenciosa tristeza de que essa perfeição superficial não foi abençoada pela graciosidade ou um dom inato,

com a grandeza do génio ou com a chama do demoníaco», e ainda outro crítico: «uma forte natureza artística, que no seu território é perfeitamente adequada. Mas esse território é deveras limitado e perde a mais alta, a mais importante qualidade: a da alma» (p. 57). Mas também nos filmes alpinos, Leni capitaliza a sua boa forma, coragem e resistência físicas, e a mesma incapacidade para produzir mais do que efeitos, agora em clave do homem contra a natureza e a respectiva inflação sentimental do risco e do sacrifício, e o contrabando de sentido induzido pela autenticidade das filmagens.

O que se revela nos primórdios da sua carreira é a necessidade desmedida do aplauso monopolizado sustentada por um carreirismo *über alles*. É aqui que Steven Bach investe. Passa pelo crivo todas as fontes de todos os intervenientes, friccionando-as entre si, e o que se obtém na instrução do processo não deixa margem para dúvidas. As versões dos acontecimentos apresentadas por Leni nunca correspondem aos outros testemunhos. E convergem sempre para o seu umbigo. Nada é sagrado: nem o amor — Leni usa e usa-se para os objectivos a alcançar; nem honra profissional — retira o nome dos judeus dos créditos dos filmes, não paga a colaboradores; nem honestidade pessoal — serve-se de todas as relações, *maxime* Hitler *himself*, para sustentar todas as ambiguidades, tyrannizar

subalternos e extrair lucros financeiros. Com este pano de fundo, o episódio nazi é facilmente explicável. Trata-se de apanhar o comboio do poder. E se não há uma prova conclusiva a propósito de quais eram realmente as ideias políticas de Leni, sem que, contudo, seja discutível o entusiasmo pelas direitas e por Hitler, há várias a respeito do oportunismo de Leni. É este ponto e as posteriores denegações de Leni que são o fulcro desta biografia. Bach não pretende apresentar uma época através da óptica de uma «personalidade representativa». Aliás, pode-se dizer que isso lhe interessa muito pouco ou quase nada. E não porque já esteja feito. É uma preocupação de justiça prévia a qualquer juízo sobre a obra de Riefenstahl que o move. É, antes de mais, uma questão de justiça factual: o que fez, o que sabia, o negou? E porquê? O padrão anterior repete-se, a sede de poder, de aplausos, de uma carreira a qualquer preço. Só que o preço aqui foi mais alto. Foi pactuar com o regime mais criminoso que se conhece e ainda por cima sem o álibi da fé incondicional ou das boas intenções enganadas. Os factos ardem como carvão por cima da sua cabeça. Dois merecem atenção entre as dezenas de men-

tiras. Em primeiro lugar, a recente (a partir de 1987) publicação dos diários inéditos de Goebbels, que mostram como o *Triunfo da Vontade* foi realizado com todo o cuidado por parte de Leni, destrói a ideia de que se tratou de uma incumbência do *Führer* cumprida a contragosto. Em segundo lugar e passando por cima de várias mentiras em ocasiões cruciais, como a *Noite de Cristal*, o presenciamento de um massacre na Polónia (cf. pp. 273-276), a despeito da sua afirmação de nunca ter visto um cadáver sequer. Os factos, neste caso uma fotografia de Leni, comprovam, juntamente com os vários relatos, o que Leni sabia que se fazia.

Se antes do nazismo não há culpas políticas, depois do nazismo há a forma superior da culpa que consiste na sua negação. Mas, ao contrário de Speer, perturbado pelo que fez e ajudou a fazer, que não conseguiu ir até ao fim da sua culpa, Leni inocenta-se com o maior dos despudores. Daí a conclusão: «Leni morreu como viveu: sem arrependimento, enamorada de si própria, revestida de armadura» (p. 424). É para estabelecer este *facto* que Bach escreveu. Agora já ninguém pode dizer que não sabia.

JOÃO TIAGO PROENÇA



Karl-Otto Apel
Ética e Responsabilidade
O Problema da Passagem
para a Moral Pós-Convencional
Lisboa, Piaget,
346 pp., 2007

Ética e Responsabilidade reúne um conjunto de nove conferências da década de 1980 que consistem, essencialmente, noutras tantas ocasiões para a divulgação e esclarecimento das teses fundamentais de Karl-Otto Apel surgidas com o ensaio «O apriori da comunidade de comunicação e os fundamentos da ética» (1973) e desenvolvidas no início daquela década na investigação sobre a «pragmática transcendental». Nesta colectânea, essas teses são referidas a contextos específicos — a crise ecológica, a ameaça nuclear, a ética desportiva, a Alemanha do pós-guerra — ou tendo como ponto de referência o pensamento de outros autores — Kant em particular, mas também Hans Jonas e Kohlberg.

O primeiro artigo, «A situação do homem enquanto problema ético», serve bem de guia para a leitura dos restantes, nos quais Apel retorna sucessivamente aos mesmos argumentos a favor de uma «ética do discurso». Trata-se aí de reconstituir o percurso teórico que parte do estabelecimento de uma fundamentação racional da ética, através do carácter superlativo da norma de formação de consenso



no discurso argumentativo, para desenvolver uma ética da responsabilidade, universal, capaz de responder aos desafios de uma era de crise global do ambiente e tensão internacional pautada pela proliferação da capacidade nuclear. Com Hans Jonas — a proximidade e a diferença serão explicitadas no artigo de confronto com esse autor («Responsabilidade hoje», p. 131) —, Apel considera a crise ecológica como implicando um alargamento da esfera moral, em função do alcance nunca antes adquirido da acção humana: «Perante a amplitude espacial e temporal, particularmente das acções colectivas do homem — das acções de guerra, assim como das actividades tecno-industriais — é agora quase impossível para o homem ser atingido sensível-emocionalmente de um modo directo pelas consequências das suas acções. No lugar de uma consciência de pecado num certo grau instintiva-residual deverá agora surgir definitivamente a *responsabilidade da razão*.» (P. 19.)

Kant é a figura central de três dos textos, revelando o carácter tutelar que a «filosofia prática» ainda detém sobre o debate em torno de questões éticas-morais. Apel alia-se num primeiro momento a Hegel na crítica ao dualismo metafísico da filosofia transcendental, apenas para recentrá-la em torno do seu programa pragmático: «O ponto fulcral do ponto de partida filosófico-transcendental [...] deveria [...] situar-se em que, naquilo que tem a ver com toda a pensável experiência empírica da realidade, contanto que esta deva ser *intersubjectivamente válida*, deverão ser indicadas as condições *necessárias* da sua possibilidade.» (P. 41.) É já nos seus próprios termos, e não nos de Hegel, que propõe uma via de unificação de teoria e prática: «No facto de as condições de legitimidade da argumentação serem condições *normativas*, demonstra-se então que o ponto de partida da reflexão da pragmática linguística transcendental [...] conduz de imediato à *unidade da razão teórica e prática*.» (P. 63.) A Hegel é por outro lado negada a possibilidade de superação da moral universal kantiana numa moral substancial, segundo a Filosofia do Direito. Sendo, claro, que a moral de cariz universalista deverá ser restaurada em termos pós-kantianos e à luz da pragmática transcendental. A proximidade de Kant manifesta-se ainda na conferência de reflexão sobre as teses de Jonas em *Princípio da Responsabilidade*. Apel defende aí

o conceito de progresso do impulso derrotista de Jonas, instituindo a «comunidade de comunicação ideal» como foco regulador. Em «O significado ético do desporto na perspectiva de uma ética do discurso universalista», revê-se a função de exemplaridade do desporto nos termos convencionalmente admitidos. Apel fixa-se no conceito de *fairness* para conceder antes ao desporto um papel entre os «mecanismos de dinâmica de desenvolvimento do comportamento que pudessem ser úteis na realização das condições de aplicação de uma moral de reciprocidade universal» (p. 185), em concreto, pela sublimação do instinto de agressão e rivalidade e como promotor da noção de justiça.

«Solução de conflitos na era atómica» retoma questões de conferências anteriores, aqui com uma estratégia de denúncia das contradições das soluções morais a que a «ética universalista do discurso» veio opor-se. Visada em particular é a ideia — ainda corrente e particularmente visível nas relações internacionais — de uma esquizofrénica complementaridade entre moral (privada) e razão estratégica (pública), tal como representadas nas duas éticas políticas de Max Weber. A resposta ao problema surge contudo na forma de uma solução de compromisso: «Da tensão dialéctica entre norma fundamental ideal e realidade política resulta também de imediato, a meu ver, ainda uma terceira norma [...] de poder

actuar sobre uma alteração das relações a longo prazo [...] com o objectivo de diminuir a tensão [...] e de assim se aproximar das condições ideais da solução consensual de conflitos.» (P. 199.) Apel admite mesmo que «o salto para além da realidade em direcção à condição ideal não é permitido ao político» (p. 204).

A adaptação à moral por Lawrence Kohlberg dos estádios do desenvolvimento cognitivo de Piaget é a base de trabalho da conferência dedicada a «A Fundamentação Transcendental-Pragmática da Ética de Comunicação e o Problema do Nível Supremo de uma Lógica de Desenvolvimento da Consciência Moral». Trata-se do contributo de Karl-Otto Apel para a revisão da teoria de Kohlberg antes encetada por Jürgen Habermas, com o designio de criar um estádio suplementar derradeiro no desenvolvimento moral. Em causa está a inclusão da *reciprocidade* na formação dos juízos morais (ética da responsabilidade), pela extensão do juízo a todos os possíveis implicados da acção. Este texto é particularmente relevante para a compreensão do pensamento de Apel uma vez que as categorias de Kohlberg são uma referência importante na sua apreciação de propostas éticas-

-morais — assim, por exemplo, a «moral substancial» de Hegel é categorizada como pertencendo aos níveis intermédios 4 e 5.

«De regresso à normalidade? Ou poderíamos ter aprendido algo de especial a partir da catástrofe nacional?» não é propriamente, como poderíamos esperar, uma abordagem do «passado indómito» alemão. Em vez disso, temos uma autobiografia intelectual de Karl-Otto Apel, ele próprio combatente no exército alemão até 1945, e a sua relação com as correntes de pensamento e os blocos ideológicos que se bateram para preencher o vácuo do pós-guerra. O texto desemboca — nada de novo — num confronto com a pós-modernidade nas versões francesa (Lyotard) e americana (Rorty), com pontos de referência em Heidegger e num Nietzsche que sai bastante maltratado. Visivelmente, Apel é um autor empenhado numa campanha, o que não justifica tudo. Nomeadamente, a reiterada alusão a que o nazismo correspondia à «Law and Order» de Rawls ou aos níveis 4 e 5 de Kohlberg. Como se esse nível não pressupusesse a aquisição dos patamares mais elementares de moralidade.

DAVID SILVA E SOUSA



Diogo Pires Aurélio
Razão e Violência

Lisboa, Prefácio,
190 pp., 2007

Teve uma recepção demasiado discreta no ano da sua publicação este pequeno livro de Diogo Pires Aurélio. Contudo, merece leitura e reflexão pelo menos a três títulos: pelo que indica na evolução da obra do seu autor; pela sua utilidade para o público a que se destina; e, ainda, por servir de exemplo das tendências e características dominantes da actividade filosófica (e intelectual, em geral) na contemporaneidade. Composto por ensaios do autor acompanhados por extractos dos autores que comenta, o volume destina-se a um público ainda em fase inicial do seu contacto com a filosofia política, servindo os dois conceitos que compõem o título de fios condutores para a exposição de momentos capitais da filosofia política moderna. Inéditos, estes ensaios de Pires Aurélio são acompanhados por um texto já com quase vinte anos, incluído num *Dicionário do Pensamento Contemporâneo* organizado por Manuel Maria Carrilho em 1991. É significativo que seja um texto marcado pela formalidade e consensualidade expectáveis num trabalho destinado a servir de consulta (ainda que aquele *Dicionário* requeresse alguma latitude no uso desse termo) que ocupe aqui o



lugar de uma conclusão. Ao contrário de trabalhos como *Um Fio de Nada* (1997) e *A Vontade de Sistema* (1999), apostados na elaboração de uma abordagem original de temas fundamentais da filosofia política da modernidade (elaboração, aliás, bem sucedida), este *Razão e Violência* mantém-se sempre dentro de limites previamente estabelecidos. Na linha ainda de *Imaginação e Poder* (2000). Para encontrar trabalho renovado, talvez seja mais interessante comparar com os textos que o autor, organizador da colecção «Clássicos da Política» (publicação em curso no Círculo de Leitores), vier a publicar aí, como estudos introdutórios a textos de autores modernos. Aqui, a divisão dos capítulos entre os dedicados ao Poder (Aristóteles, Maquiavel, Hobbes, Arendt) e os dedicados ao Direito (Rousseau, Kant, Rawls), duas secções que se seguem e ordenadas internamente de forma cronológica, apenas facilita a leitura dos não-iniciados.

A utilidade para o público merece igualmente uma palavra. Salvo casos raros, em Portugal é norma procurar a *gravitas* autoral com maior interesse do que o benefício do leitor. Aqui, apesar da prosa por vezes pesada do autor, o leitor não é esquecido, sendo-lhe mesmo disponibilizados certos trechos de obras comentadas nos capítulos do livro (Viriato Soromenho-Marques, na década de 1990, publicou alguns livros com esta mesma estrutura, explorando as suas virtualidades ainda mais a fundo). Isto, e a relativa brevidade do livro, como de costume nas obras do seu autor dotado uma estrutura clara, tornam-no uma leitura instrutiva para um público mais vasto do que o que podem aspirar obras de filosofia política.

E, último aspecto relevante, será na caracterização desta obra como «filosofia política» que maiores reservas podem ser suscitadas. Apesar do esforço do autor em diferenciar a «disciplina» face a outras e face à própria actividade política, é a própria realidade mutável e complexa da política que dificulta essa tarefa. Se, face à vida política, é relativamente pacífico

distinguir a reflexão filosófica sobre ela, já a argumentação em favor de uma especificidade da filosofia política face à História das Ideias e face às ciências sociais resulta curta. Não só a caracterização da História das Ideias (para ficarmos por esta) é inaplicável aos autores relevantes nela (tão diferentes como, digamos, I. Berlin ou H. Blumenberg), como a própria exposição de Pires Aurélio, mesmo na sua subdivisão interna (entre Poder e Direito), assenta sempre numa linearidade cronológica que ordena a análise conceptual a uma lógica histórica que, segundo a concepção de filosofia política que move o autor, lhe seria estranha. Nada a objectar, pelos motivos já referidos. Em rigor, ilustra bem como os limites da especialização do saber científico se fazem sentir numa tradição, a filosófica, que é das mais antigas na reflexão humana sobre o mundo. Uma longa história ainda relevante por nela não pesar muito a preocupação com uma diferenciação face a esse mundo e aos restantes saberes, é de crer.

CARLOS LEONE



Lothar Müller

**Die Zweite Stimme [A Segunda Voz]
Vortragkunst von Goethe bis Kafka**

Berlin, Klaus Wagenbach Verlag,
160 pp. + CD, 2007



O livro de que aqui se faz crítica é um entusiasmante ensaio de análise e história da cultura literária, e em particular de expressão alemã, mas acompanhada de uma reflexão sobre o mesmo fenómeno na literatura europeia. Estão já previstas a tradução para francês e inglês.

A arte da recitação ou da declamação são o tema deste maravilhoso ensaio do especialista em história da cultura e jornalista Lothar Müller. Nele se procura perceber a relação entre a oralidade e a escrita, sendo a arte de dizer concebida como uma manifestação importante que interfere no próprio fazer-se da literatura em vez de ser somente um instrumento da sua divulgação ou promoção, como sucede, por exemplo, na tradição portuguesa. É um facto que, em Portugal, esta arte sempre foi menor e tem alguma expressão na poesia, mas raramente na prosa. Ainda hoje o livro-áudio só existe no caso da poesia dita, mas raramente no do romance. Nos países de língua alemã, ouvir um livro ou mesmo ouvir um jornal é tão banal como lê-lo. Neste ensaio é apresentado e descrito como um livro em pro-

cesso de gestação era lido publicamente, à medida que ia sendo escrito. As leituras particulares ou em ambiente literário público eram um aspecto decisivo da composição do próprio livro. A leitura pública de partes de um livro não era somente um meio de divulgação e promoção comercial do livro já acabado, mas um momento importante da sua feitura. E isto porquê? Precisamente porque se tratava da reacção de um público esclarecido e escolhido, mas igualmente de o peso da palavra ser dita, da sua espessura que no dizer alto se revela. Goethe ou Hermann Broch foram mestres deste tipo de apresentação, mas houve muitos outros. Claro está que também eram lidos livros acabados e já publicados, mas muito mais como uma apresentação do que como simples método de divulgação.

Kafka é utilizado como um fio condutor desta narrativa ensaística pois era uma apaixonado pela arte da recitação e nunca perdia uma oportunidade de ir ouvir uma

conferência ou uma recitação, até mesmo quando não tinha interesse pelo texto. Não há nenhuma gravação da voz de Kafka, ainda que saibamos que ele fez duas leituras importantes da sua obra; a primeira em Praga, a segunda em Munique e inúmeras leituras para grupos de familiares ou amigos. Müller procura reconstituir a arte da recitação, desde a época de Klopstock, passando pelos vários momentos diferentes com diferentes concepções de recitação ou declamação, e as diferentes articulações entre ambas, em cada época. Goethe aparece como um mestre da arte da recitação, Tieck como um obsessivo que exigia o total silêncio da parte do público ouvinte. Interessante é também o acesso à arte de recitação do passado que tanto contras-

ta com o estilo vigente actualmente. Por exemplo, o R rolado que tão importante foi na arte de representar e falar em público, bem como um certo estilo de representação patético; ambos ficaram de tal forma associados à forma de propaganda durante o período do nacional-socialismo que se viram totalmente abolidos. São também discutidas a articulação, a intensidade e a forma de interpretar. É possível ouvir grandes escritores e grandes actores recitarem ou simplesmente dizerem os seus textos, comparando com o estilo de dicção actual, pois o livro é acompanhado de um CD com várias horas de gravação. Um livro que valeria a pena traduzir e editar em Portugal.

PEDRO PANARRA

Este n.º 8 da 3.ª série de
PRELO
foi composto em caracteres Bookman
e acabou de imprimir-se em Agosto de 2008
na Imprensa Nacional-Casa da Moeda,
Lisboa.



3.ª série • revista quadrimestral

«COMO SE SABE POUCO, ENSINA-SE MUITO:
O HOMEM É UNO E MÚLTIPLO» (EVOCAÇÃO
DE JOEL SERRÃO)
CARLOS LEONE

SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA E A FILOSOFIA
BRASILEIRA
ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA

REESCRITAS DA HISTÓRIA, CARTOGRAFIAS
DA NAÇÃO EM *A TORRE DA BARBELA* DE RUBEN A.
(*continuação da Prelo n.º 7*)
MARIA-BENEDITA BASTO

A NOÇÃO DE CIÊNCIA E A IDEIA DE PORTUGAL
NA OBRA DE FERNANDO OLIVEIRA
JOSÉ EDUARDO FRANCO

*

TRADUÇÃO

*

TEATRO

*

CRÍTICA